

EBV  
200  
1987

IRANDUBA: RIBEIRINHOS NA TRAVESSIA PRODUZIDA -  
ANÁLISE DE UM PROJETO PARA  
POPULAÇÕES RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS

MARIA DO CÉU CÂMARA CHAVES<sup>of</sup>

IRANDUBA: RIBEIRINHOS NA TRAVESSIA PRODUZIDA -  
ANÁLISE DE UM PROJETO PARA  
POPULAÇÕES RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS

**Maria do Céu Câmara Chaves**

**Maria Julieta Costa Calazans**  
(Orientadora)

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em educação.



Rio de Janeiro - Brasil

Fundação Getúlio Vargas

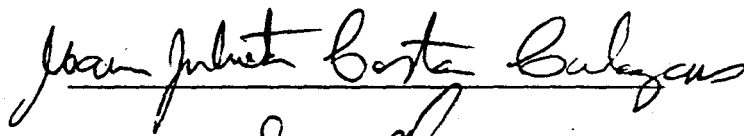
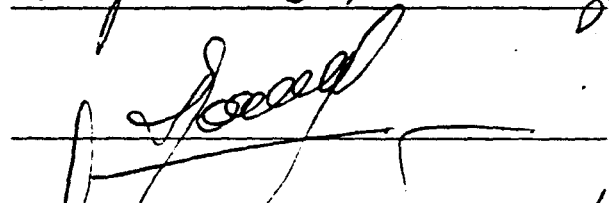
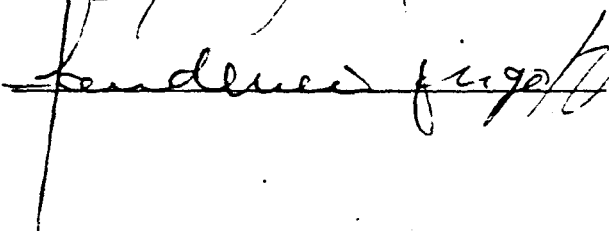
Instituto de Estudos Avançados em Educação  
Departamento de Administração de Sistemas Educacionais

1990

P A R E C E R

A Comissão de Exame, designada pela Resolução nº 05/1990, do Diretor do IESAE/FGV, para julgar a dissertação intitulada: " IRANDUBA: RIBEIRINHOS NA TRAVESSIA PRODUZIDA-ANÁLISE DE UM PROJETO PARA POPULAÇÕES RURAIS NO ESTADO DO AMAZONAS ", de autoria da aluna MARIA DO CÉU CÂMARA CHAVES, e composta pelos abaixo assinados, após a apresentação pública da mesma pela candidata e de ter esta respondido às arguições que por seus membros foram feitas, concorda em que a referida dissertação merece ser aprovada com louvor. A banca recomenda prosseguir a análise dos dados pesquisados, quer no sentido de uma futura tese de doutoramento, quer como uma futura publicação.

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1990.

A

Meu pai, amigo, caboclo ribeirinho, ator principal de minha história, de quem a vida e a morte deram origem a este trabalho.

Minha mãe, retirante nordestina, fugitiva do "sertão seco" para Manaus, professora rural, "leiga", mãe de meus filhos nas minhas constantes ausências.

Meus filhos Davy, Marcelo, Paulo e André, que construíram comigo esta primeira travessia.

Paulo, meu companheiro e amigo, que soube atravessar comigo.

(...) Chegou um homem lá da cidade pra tomar a nossa terra, aí lutamos e rezamos e apareceu um homem, um tal de Antunes de Oliveria (...) era pastor, doutor advogado; abraçou a nossa causa e lutou com a gente até que ganhamos a causa. As terras de Jacurutu ficou nossa finalmente (pequena produtora ribeirinha da ilha de Jacurutu, no município de Iranduba).

Este personagem mencionado neste depoimento foi um grande educador-político e/ou um grande político-educador. Como pastor evangélico, deu exemplo de uma prática comprometida com os cidadãos excluídos colocando o Evangelho em ação na luta pela liberdade de um povo. Participei dessa prática e aprendi que há um hiato no espaço religioso, onde pode haver um encontro com o sentido existencial da vida que faz vir à tona o homem político ... ao contrário do conformismo. Divido este trabalho com Antunes de Oliveira.

## AGRADECIMENTOS

Uma travessia não se faz solitariamente. Todos os que caminham à frente, ao lado, atrás estão participando, e meus agradecimentos iniciais são para todos os amigos, professores e familiares que contribuíram com suas idéias, críticas e sugestões, em todas as etapas deste trabalho.

Dentre tantos que contribuíram, ressaltar aqueles que, sendo objeto deste estudo, foram ao mesmo tempo sujeitos fundamentais, os ribeirinhos de Iranduba, que "à maneira cabocla", como eles dizem, me receberam e pacientemente me ouviram e colaboraram na construção do trabalho.

Houve um ponto de partida, um momento inicial no qual recebi apoio da Fundação Universidade do Amazonas, Secretaria da Educação do Estado do Amazonas, Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Nível Superior (CAPES) e Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), da Fundação Getúlio Vargas.

No decorrer do trabalho de campo, estiveram sempre ao meu lado, incentivando-me para superar os "obstáculos" próprios da pesquisa e outros que, às vezes, não se circunscrevem como específicos do trabalho mas interferem na sua produção, as colegas Valdete, Valéria, Maria José e o Dr. Alcidharta Gadelha, que sempre chegaram no momento certo.

Sou muito grata também a outros companheiros que, mesmo sem estar fisicamente próximos, facilitaram o meu caminho, por entenderem que "um projeto em construção de manda tempo e depende de outros construtores". São eles Profs. Raimundo Martins e Garcitilzo do Lago e Silva.

Agradeço ainda ao amigo Prof. Júlio Dellome Fi lho, que com sua experiência obtida como pesquisador da Universidade do Amazonas, na região do médio Amazonas, de dicou horas do seu tempo para a leitura e discussão deste trabalho.

Quero ainda evidenciar a valiosa colaboração de Celeste, Ana de Ava e Ray (minhas irmãs), Ildete, Leonida Zadorosny e Betty Antunes de Oliveira, às quais agradeço pela cooperação e estímulo.

Ainda agradeço a Albérico (meu irmão), Maria Câ mara (tia), que silenciosamente estiveram a meu lado esti mulando-me sempre.

Aos colegas Penha Mota, Pazetto e Ida, amigos in separáveis durante o curso.

Ressalto ainda a minha gratidão a Ercília que com competência realizou a revisão desta dissertação, a Ru bens, Veralice e Kátia pela intercomplementaridade no ser viço datilográfico, bem como a Iridéa Melo e Etelvina Trin dade que contribuíram na revisão bibliográfica.

Sou grata também aos professores Samuel Sá (Universidade do Pará), Gaudêncio Frigotto, Elter Maciel, Minayo, Zilah e Jorge Romano, pelas significativas contribuições na definição do projeto de pesquisa, oferecendo pistas para que pudesse sair do "caos" teórico em que me encontrava no momento final do Curso de Mestrado.

Ainda ressalto o significativo apoio e colaboração do Prof. Paulo Renan, Coordenador do Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Amazonas.

Enfim, um agradecimento muito especial à amiga, mestra e orientadora, Profa. Julieta Calazans, que sobretudo sabe compreender e interpretar a travessia que os mestrandos realizam no IESAE, além da orientação segura na realização deste trabalho.

## RESUMO

A presente dissertação centra-se na análise do processo de "exclusão" - "integração" a que estão submetidas as populações ribeirinhas no estado do Amazonas, e busca reconhecer o seu campo de autonomia como mecanismo básico de sua reprodução, isto é, como vivenciam e respondem as formas concretas de subordinação.

O trabalho foi desenvolvido na região do médio Amazonas, no município de Iranduba, onde ocorreu uma intervenção do Estado através da criação de um Núcleo de Colonização. Dirigida em terra firme e da implantação do Projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba, em 1976. Essa intervenção é aqui tratada como Travessia dos Ribeirinhos.

Focaliza inicialmente aspectos do processo de constituição da pequena produção familiar nas terras de várzea, discutindo as origens históricas da produção do ribeirinho, bem como as suas estratégias de sobrevivência: processos de trabalho, práticas sociais e visão de mundo.

Reconstitui, a partir de suas visões de mundo, a trajetória histórica dos ribeirinhos de Iranduba frente a essa intervenção - aqui tratada como Travessia - que produziu sua "exclusão" social, transferindo-os da várzea para promover sua "integração" em terra firme, área de difícil acesso e baixa produtividade agrícola.

Analisa a intermediação dos agentes educacionais na execução desse projeto, dando respaldo à política econômica do Estado. A ação educativa desenvolvida por esses agentes baseou-se numa pedagogia persuasiva, oposta à educação enquanto estratégia de luta pela democracia social.

Finalmente, trata de conhecer e explicar, como os ribeirinhos, neste momento de tensão, onde sua realidade social é marcada pela dominação opressora, constroem alternativas de sobrevivência, produzem resistências. Nesse ato em construção, há um processo pedagógico se desenvolvendo, criando a possibilidade de uma nova visão de mundo que amplie a dimensão política de suas lutas.

## ABSTRACT

This dissertation has as its central focus the analysis of the "exclusion-integration" process to which the riverine population in the State of Amazonas is submitted, trying to recognize their field of autonomy as a basic mechanism for their reproduction, namely, how they experience and respond to concrete forms of subordination to which they are submitted.

The work was developed in the Mid-Amazon Region in the municipality of Iranduba where a State intervention through the creation of a "Núcleo de Colonização Dirigida" (Guided Colonization Nucleus) in high lands and the implantation of the "Cidade Hortigranjeira de Iranduba" (Horticultural City of Iranduba) project, in 1976, took place. This intervention is here treated as "Travessia dos Ribeirinhos" (Crossing of the riverine people).

It initially focus on aspects of the process of constitution of small family production in lowlands, discussing the historial origins of the riverine production as well as their survival strategies: work process, social practices, and world vision.

It has re-constructed from their world vision, the historical path of the Iranduba riverine people confronted with such intervention hereto treated as crossing - which has produced their social "exclusion" by transferring them

from the "várzea" to promote their "integration" in the highlands, a difficult area to reach and having very low agricultural productivity.

It analyses the educational agents' intermediation in the implementation of this project giving support to the State economic policy. These agents' educational action was based on a persuasive pedagogy opposed to the education as a struggling strategy towards social democracy.

Finally, it has tried to know and to explain how the riverine people, within this tension whereat their social situation is marked by the oppressive domination, construct survival alternatives, produce resistance. In this act in construction, there is a developing pedagogic process, creating the possibility of a new world vision which widens the political dimension of their struggle.

3.2	A criação da cidade de Iranduba em terra firme .....	161
3.3	Projeto "Cidade Hortigranjeira de Iranduba S.A." - "Uma moderni- zação imposta aos pequenos produ- tores ribeirinhos - a contrata- ção do projeto .....	184
3.3.1	A preparação para a implantação do projeto: a busca de adesão dos produtores e a implantação do Projeto Chisa .....	188
3.3.2	Treinamento e capacitação dos pe- quenos produtores ribeirinhos - confronto de saberes .....	199
3.3.3	A execução do Projeto Chisa .....	207
3.3.4	A travessia final dos ribeirinhos ....	228
3.3.5	Após a travessia, a resistência dos excluídos .....	238
3.3.6	Considerações finais .....	241
	BIBLIOGRAFIA .....	245
	DOCUMENTOS SEM NOTAS TIPOGRÁFICAS .....	254

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo desenvolver uma análise da trajetória histórica dos ribeirinhos de Iranduba na travessia efetuada pelo Estado, bem como as resistências que elaboraram no confronto com os processos adotados para submetê-los ao novo modelo de organização implementado no município.

Em 1976, Iranduba foi palco de uma intervenção do Estado que logrou transformar aquela localidade (agora município) num centro de abastecimento para o mercado regional, especialmente para Manaus, como produtor de hortigranjeiros, transferindo e transformando a vila de Iranduba, situada nas áreas de várzea, na Cidade Hortigranjeira de Iranduba, com a implantação da empresa Chisa (Cidade Hortigranjeira de Iranduba S.A.).

Chamou minha atenção nessa intervenção do Estado o papel que os educadores da cidade de Manaus desempenharam na intermediação da intervenção que, autoritariamente, transferiu a vila situada na várzea e, conseqüentemente, as famílias de produtores ribeirinhos residentes na localidade que sediava a vila, denominada costa de Iranduba, para implantação do projeto Chisa.

O meu interesse, porém, concentrou-se fundamentalmente em analisar o impacto vivido pelos grupos de pequenos produtores ribeirinhos sujeitos a essa intervenção, bem como os processos de resistência que desenvolveram.

A travessia dos ribeirinhos de Iranduba deve ser entendida aqui como sinônimo de expulsão, violência - embora minimizada por uma mediação pedagógica persuasiva dos educadores - realizada pelo Estado à revelia de suas vontades.

Esta travessia, por sua vez, representa, dentre tantas outras desenvolvidas na Amazônia, uma forma concreta de subordinação dos ribeirinhos ao processo de "integração-exclusão" desses grupos, desenvolvido pelo Estado.

A violência vem sendo praticada continuamente contra as populações ribeirinhas, em decorrência das políticas adotadas pelo Estado para a expansão capitalista na região.

Nesse processo, essas populações vêm sendo "deserdadas" de quaisquer "benefícios" advindos do "progresso" que se instalou com a chegada das empresas multinacionais, favorecidas pelos incentivos fiscais.

No entanto, esse processo vem ocorrendo sem encontrar resistência da população local, pois, na maioria das vezes, essas iniciativas são definidas fora de seus limites.

A origem de meu interesse por este estudo não se limitou apenas à compreensão teórica que estava adquirindo, mas a fatores subjacentes que também foram determinantes na escolha desse tema, resultantes de um conjunto de aprendiza

gens, experiências e emoções vivenciadas no curso de minha trajetória.

Neste aprendizado quero evidenciar aspectos que considero fundamentais desses momentos de superação do bom senso com o qual conduzia a minha prática como professora.

Inicialmente coloco o limite de minha compreensão da relação entre Educação e trabalho - trabalho pedagógico e outras formas de trabalho legitimadas socialmente como trabalho.

Mesmo com a graduação superior em educação, as categorias teóricas com as quais trabalhava não me permitiram revisar a compreensão que tinha dessa relação, mantendo a visão de que a tarefa do educador constitui-se um "sacerdócio", diferente de outros trabalhos. As raízes dessa concepção estavam ligadas ao conjunto de experiências que vivenciei ao longo de minha trajetória.

Praticamente nasci em uma escola comunitária situada na área rural de Manaus, onde minha mãe trabalhava como professora leiga e, para onde muito cedo fui chamada a trabalhar como professora, à medida em que ia alcançando graus de escolaridade equivalentes à formação exigida a uma professora leiga: "saber mais que os outros ali presentes".

Por ser a minha casa uma "Casa de escola" na denominação local, cunhada por Carlos Brandão em viagem realizada ao meio rural do Amazonas/Maués, assistia permanentemente, como reflexo de um confronto mais amplo que se dá na sociedade, um confronto entre meus pais por causa da

existência da escola que, ao invadir o espaço "doméstico", não lhe devolvia os resultados suficientes para cobrir os custos e compor a renda necessária para suprir a sobrevivência da família.

O conjunto de relações sociais mais amplas, permeadas de conflitos e contradições eram refletidas na vida familiar, onde continuamente o trabalho da professora era ao mesmo tempo, enaltecido - pela "nobreza" na formação de gerações - e contestado pelas condições de expropriação em que se realizava.

Durante o curso de Mestrado, estas questões foram tomando sentido, vindo à tona com a força de uma possível frente de trabalho que viesse a se tornar uma explicação sobre as condições de trabalho do professor leigo ... muito comum ainda no Estado do Amazonas.

Em contraposição à essa preocupação, fluía novamente como um problema, o fato de que, tendo sido meu pai um pequeno produtor ribeirinho e jiticultor (trabalhador da juta), ao mesmo tempo que questionava o trabalho da professora como extremamente expropriador, verificava que os ganhos auferidos com o trabalho da juta não supriram satisfatoriamente as suas necessidades básicas, tendo sido um trabalho depredador de sua vida, sendo essa uma das razões de sua vinda para a cidade.

No momento de decisão sobre o tema a ser escolhido estava diante de duas frentes de trabalho que precisava compreender teoricamente, mesmo porque representavam uma auto-explicação. A primeira, trabalhar a questão do profes

sor leigo e a segunda, a questão do juticultor no Estado do Amazonas.

Ao escolher meu tema, me vi premiada pela necessidade de escolher entre essas questões.

Além dessas duas questões de ordem mais teórica, convivi com outra indagação oriunda da rejeição feita continuamente, por meu pai à vida na cidade. Durante muitos anos ouvi-o repetir que quando se aposentasse voltaria para o interior "*para voltar a viver*". Negou a vida urbana opondo-a sempre à tranquilidade do rio e da floresta.

A rigor, não é possível enumerar esse conjunto de vivências, porém houve momentos de crescimento, de superação de concepções arraigadas, fruto de uma formação técnica. Neste processo, e apoiada em Gramsci, fui compreendendo que a prática educativa não se dá isolada de outras práticas sociais nem limitada ao espaço institucional e, sobretudo, que a educação envolve toda a estrutura social em seu conjunto, com todos os seus nexos, portanto é uma prática social que permeia o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, uma das minhas preocupações era verificar de que modo a educação poderia, a partir da apreensão desta realidade, tornar-se uma prática social comprometida com as classes populares, se utilizada pelos atores como instrumento de preparação para o enfrentamento da dominação, através da construção e divulgação de uma concepção de mundo elaborada de acordo com os seus interesses de classe. Como tal, a educação seria utilizada para criar uma nova perspectiva decorrente da consciência de pertencer a uma classe social e, portanto, de uma identidade coletiva.

No decorrer do mestrado houve um momento de profunda emoção, que trouxe fertilidade a este trabalho. A perda de um amigo, um pai, um caboclo cujo desejo maior era libertar-se do jugo da "cidade" - elemento figurativo de um processo de dominação contra o qual sempre lutou. "Voltar ao interior, plantar milho, macaxeira, fazer as coisas da terra", reencontrar suas raízes históricas que deram origem à sua trajetória; negou-se a ser dominado, e mesmo "deserdado" de alguns direitos, lutou e contra a opressão, resistiu até o fim. Cabe ressaltar que essa vontade não é individual mas coletiva, sendo isto constatado por todos que participaram na discussão deste trabalho.

Foi movida por um conjunto de sentimentos contraditórios, onde se juntaram a dor da saudade, a resistência e a submissão às pressões institucionais, para elaboração das tarefas finais do curso, que produzi a primeira síntese do problema que gerou este estudo.

Irânduba representou para mim a possibilidade de articular essas duas questões fundamentais que sempre estiveram no centro de minhas preocupações, embora de forma desarticulada, mesmo porque confrontavam-se, no meu bom senso como duas questões em oposição, mesmo porque assim estavam postas na minha realidade imediata.

Esta síntese fluiu tomando forma poética, relembrando a "vida e morte de um caboclo" na sua travessia.

Quem diz que o caboclo é "preguiçoso"

Não conhece o seu labor

Muito pouco da floresta  
Muito pouco do amor  
Não sabe o que é vida dura,  
Pés descalços pelo chão  
Recortando a mata virgem  
Em busca do "ganha-pão".  
Quem fala de "índolência"  
Desse homem-mutirão  
Que se junta com o outro  
Constrói a canoa e o remo

Enfrenta as águas do rio  
Horas e horas a fio  
Navegando contra a fome  
Sussurrando ... cantarolando  
O canto da solidão.  
Lutar a luta do índio,  
Do caboclo "comilão",  
Não sabe o "seu moço" não,  
Não sabe o "seu moço rico"  
O que é trabalhar a terra  
A terra que era sua  
Dada por Deus, é verdade  
... e tomada sem precisão.

Na terra mais cobiçada  
Onde o rio encontra o outro  
Sem brigar pelo lugar  
Que mereceu para habitar,

Vem o "rico", vem o "forte"  
E tira o que de direito  
A terra nunca lhe deu  
Rouba do índio o amor  
Ao caboclo, traz a dor  
O que com labor construiu  
Veio o "branco" e destruiu.

Vai p'ra cidade o caboclo  
O índio transformado em branco,  
Sem saber sequer porque  
Nasceu, viveu ... lutou  
E nenhum direito guardou  
Sem entender a razão  
De guardar no coração  
Tanta sofreguidão.

Transformado em cidadão,  
Meio "sem jeito", é verdade  
Vai ganhando alguns "direitos":  
O primeiro ... é viver,  
Na metrópole a solidão,  
O segundo é de saber,  
Um saber que nada sabe,  
Do silêncio da canoa  
Navegando o rio-mar,  
Da enxada na floresta  
cavando p'ra semear  
Plantar, colher ... e lutar!

A travessia dos homens faz parte de sua trajetória de vida. É neste ato de ir e vir que eles se constituem sujeitos de sua história. Nesse movimento há uma ação pedagógica se desenvolvendo, plasmando suas consciências mesmo de forma incoerente e desagregada. Embora alijando-os de uma participação ativa em seu tempo histórico, lhes propicia experiências de vida que os impede de apreender passivamente aquilo que é alheio ao seu universo. Nesse ato consiste a sua resistência.

É nesse espaço que o trabalho pedagógico assume fundamental importância, uma vez que é através dele que se torna possível conduzir o homem a uma prática social unitária e capaz de produzir um novo projeto político.

Foi precisamente este o ponto inicial que orientou a realização deste trabalho - o pressuposto de que os homens, em sua travessia, mesmo dominados, elaboram mecanismos de resistência ao poder hegemônico dominante. É nesse sentido que a educação ocupa uma posição política fundamental na elaboração e elevação desse estágio de consciência em que os homens se encontram, para uma consciência crítica coletiva.

Nesse aspecto, a contribuição gramsciana serviu de sustentação teórica para este estudo, pois, nesta perspectiva, o educador exerce papel fundamental e eminentemente político. Ele deve inserir-se entre as classes populares como mediador na organização e elaboração do senso comum (saber popular), retirando-lhe o "humus fertilizador" e contribuindo para a elevação desse nível para uma visão crítica

ca do mundo capaz de forjar transformações históricas.

Para que se realize essa mediação, a teoria gramsciana mostra que é necessário promover uma nova educação, um novo modo de se compreender a educação e "*o novo modo de ser do novo educador*", um misturar-se ativamente na vida política, como construtor, organizador e "*persuasor permanente*" (Gramsci, 1982, p.8).

A unidade entre fatos subjetivos e compreensão teórica que se elaboravam como um só processo encaminhou-me para a tarefa inicial de reconstruir a trajetória histórica dos ribeirinhos, buscando compreender seu modo de vida, as práticas sociais que realizam e a visão de mundo que constroem, e tentando, sobretudo, apreender a lógica de seus discursos. Ao realizar esta tarefa, estava produzindo simultaneamente uma auto-explicação, resgatando-me dentro de uma realidade social à qual também pertencia, cujos nexos fora impossível compreender antes. Quero ressaltar aqui que o meu envolvimento afetivo com esta realidade, mediado pela preparação acadêmica, impulsionava-me para a elaboração deste estudo à medida que me sentia capaz de transformá-lo numa contribuição para suscitar novas questões e novos interesses pelo assunto.

Ressalto ainda que, o que me moveu a produzir este estudo ultrapassou a exigência do Curso para obtenção do grau de mestre, mas sobretudo a possibilidade de contribuir para a compreensão das questões regionais e principalmente do papel político que a educação assume no enfrentamento dessas questões.

A prática pedagógica desenvolvida na Escola Pública em Manaus e também nas sedes municipais de todo o Estado, tendo à frente profissionais oriundos das Faculdades de Educação e Licenciaturas, tem-se desenvolvido alheia à problemática regional, reproduzindo as relações de poder existentes na sociedade.

Assim, ao invés de se repensar criticamente a prática pedagógica excludente que se realiza, reforça-se ainda mais o processo de dominação que se amplia na região, dentro da Política de Integração Nacional, instituída na Amazônia desde sua exploração, tendo sido acirrada com o governo militar em 64.

Desse modo a contribuição maior que este estudo poderia oferecer seria o de desvendar juntamente com aqueles que, mesmo fazendo a história nunca foram vistos como heróis, as múltiplas faces da dominação processada na região.

Aqueles a quem me refiro são produtores rurais, ribeirinhos ou de terra firme, trabalhadores da indústria em outro momento, distribuídos em diferentes atividades produtivas, porém sempre "deserdados", excluídos do direito à cidadania.

Aos filhos desses trabalhadores, a Escola Pública se destina, devendo portanto estar articulada com seus interesses.

Uma das dificuldades enfrentadas e que desejo ressaltar deveu-se à minha condição de aprendiz no campo da pesquisa. O projeto inicial foi reformulado quando realizei

as primeiras viagens exploratórias. Esta redefinição não se deu aleatoriamente, uma vez que foi determinada pela própria iniciação no campo da pesquisa e contato com os grupos sociais com os quais trabalharia a par do conhecimento teórico.

O projeto inicial focalizava os trabalhadores da juta e sua resistência no processo produtivo dessa cultura, imposta na região na década de 30, e a mudança em sua diretriz ocorreu devido ao próprio processo de produção do conhecimento. Nos primeiros contatos com os produtores percebi que suas preocupações não se concentravam apenas nas questões específicas do processo de trabalho da juta, mas pareciam compor uma problemática mais ampla, que os havia ferido com um toque de autoritarismo e violência. Suas falas, naquele momento, continham o grito de revolta, porém passivo diante da dominação.

Nesse processo, concluí que reconstituir essa experiência histórica vivida pelos ribeirinhos no município de Iranduba envolveria necessariamente a análise de suas condições de trabalho no processo de produção da juta, embora não fosse este o "foco" de meu interesse, mesmo porque não o era para eles, pois estavam sob um jugo maior.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao tempo que empreguei no levantamento da documentação necessária para o estudo. Deparei-me com o constante descaso dispensado ao acervo histórico com a inexistência de dados organizados e com a burocracia "comum" para se ter acesso aos arquivos, bibliotecas e outros setores públicos. Além

disso, as agendas dos personagens envolvidos com o problema em estudo estavam sempre tumultuadas, faltava-lhes tempo para tratar de assuntos dessa natureza, o que exigiu meu retorno, reiteradas vezes às mesmas fontes.

Na Amazônia, todo pesquisador que se propuser realizar estudos comprometidos com as classes populares possivelmente enfrentará obstáculos, ainda mais quando se tratar de uma situação recente. Os documentos que eu procurava e os personagens que queria entrevistar estavam ligados ao Projeto Chisa que naquele momento se encontrava em processo de insolvência.

Quando comecei a percorrer órgãos públicos e outros setores em busca de documentos e informações, senti-me como uma estrangeira em minha própria terra, e foi nesse momento que adquiri maior discernimento quanto à dominação imposta na Amazônia. Muitos dos que dirigem os órgãos não são amazonenses, são oriundos do Centro-Sul, plagiando o Distrito Industrial, ou são representantes de interesses alheios às nossas necessidades.

Despendi muito tempo nas ante-salas, à espera de ser atendida por burocratas que tiveram envolvimento nas diferentes conjunturas administrativas do Projeto Chisa. Esta forma de negar acesso às informações poderia ser interpretada como um meio de manter a universidade - a qual eu representava na condição de pesquisadora - afastada das decisões políticas que sempre foram tomadas sem a participação da comunidade científica.

Constatai ainda que há uma prática comum nos ór

gãos públicos; o extravio de documentos que podem trazer implicações político-jurídicas para os envolvidos. Dedi quei muitas horas de trabalho percorrendo diversos locais - arquivos, bibliotecas - ligados à Prefeitura de Manaus, para os quais era encaminhada. Segundo as justificativas, os documentos que procurava haviam sido extraviados.

O acesso a determinadas informações é dificulta do principalmente a pesquisadores que tentam penetrar no que consideram "interno", de interesse exclusivo da burocracia pública. É o "público", privativo dos dominantes e seus intermediadores.

Outra dificuldade encontrada deveu-se aos deslocamentos que tive de fazer para o município de Iranduba, durante várias semanas, usando para isso os meios de transporte comuns no local - balsa, ônibus, "motor de linha", "canoa". Durante as viagens, pude refletir sobre as dificuldades que os ribeirinhos enfrentam no seu cotidiano. Talvez pudesse ter optado por outras alternativas mais confortáveis, mas teria perdido a oportunidade de vivenciar mais de perto a sua luta pela sobrevivência. Quero ainda ressaltar que o fato de identificar-me com os ribeirinhos, tanto do ponto de vista da classe social - por ter sido originariamente vinculada a eles - tanto culturalmente por ser uma amazônica, as dificuldades enfrentadas durante os deslocamentos feitos através dos meios de transporte locais e durante a minha sobrevivência com os ribeirinhos participando de suas práticas cotidianas, não representaram para mim nenhuma violência porquanto eram experiências já vivenciadas anteriormente.

Vale dizer que, não sendo esta a mesma experiência de alguns colegas no Departamento, a decisão sobre a concessão dessa prorrogação obrigou-me a enfrentar uma burocracia que reduziu ainda mais o tempo para apresentação deste trabalho.

Outra ordem de dificuldades estava relacionada com a minha condição de aprendiz e o manuseio do suporte teórico que havia elegido para o desenvolvimento da pesquisa. A apreensão da complexidade do campo prático, sem perder de vista o seu movimento histórico - mutações e transformações -, exigia uma postura metodológica capaz de transcender a aparência dos fenômenos e penetrar na "essência do real".

A travessia dos ribeirinhos tal qual havia sido narrada nas entrevistas era apenas o fenômeno aparente que se oferecia como porta de entrada para a análise dos mecanismos mais gerais que a produziram. Era preciso inserir esse "real" aparente, vago, portanto indefinido, numa "totalidade de relações e determinações" para dar-lhe concretude. Não o fazendo - de posse de uma riqueza de informações obtidas através dos documentos, histórias de vida, entrevistas e observações -, estaria me limitando a uma descrição dos fatos tal como se apresentavam, sem a visibilidade somente conseguida através da ação do pensamento que indaga e se aprofunda, buscando, num caminho de ida, decompor o objeto de estudo para, de volta, reconstruí-lo, reproduzindo-o como "concreto pensado".

Na realização da pesquisa procurei dar ênfase a uma análise qualitativa que certamente ofereceria maiores

possibilidades de resgatar a vida social dos ribeirinhos, dando maior sentido aos aspectos não aparentes que, ao mesmo tempo, revelam e ocupam a essência do problema estudado.

Os ribeirinhos mais velhos - antigos moradores da costa de Iranduba - que participaram ou vivenciaram o momento da travessia imposta pelo Estado em 1976, juntamente com agentes da unidade produtiva familiar (filhos, mulheres, etc.), bem como outros que dentro do grupo maior ocupam posições hierarquicamente distintas, formaram o universo principal escolhido para participar como sujeitos fundamentais na produção deste trabalho. Eram todos membros ou pertencentes a uma realidade, localizada na várzea, caracterizada por sua condição de pequeno produtor. Assim, para referir-me a estes sujeitos os denominei "*pequeno produtor ribeirinho*". A expressão "*ribeirinho*" foi adicionada como um adjetivo tomado da própria diferenciação regional para vinculá-lo ao trabalho e moradia nas terras de várzea. Para qualificar as mudanças ocorridas com o processo de desagregação da pequena produção na várzea e suas implicações, alguns informantes aparecerão travestidos de "*funcionários da Prefeitura na administração da vila*", por compatibilizarem não só as duas atividades, mas um discurso contraditório, manipulado por interesses e valores impostos pela ideologia dominante; ao mesmo tempo, questionam e justificam as ações autoritárias do Estado. "*Produtor ribeirinho e pequeno comerciante*" também serão referidos no decorrer do trabalho, pois embora tenham abandonado o trabalho na várzea para se tornarem pequenos comerciantes (donos de "*botequins*" ou pequenas "*tabernas*" ou "*quiosques*"), não perderam a sua identidade

como ribeirinhos, alimentando ainda o projeto de reencontrar na várzea o seu espaço social onde forjaram essa identidade. Foram realizadas vinte e nove (29) entrevistas com esses informantes, sendo que apenas 13 foram gravadas.

Destaco as "professoras rurais da várzea" tal como aparecerão, revelando uma concepção de educação que, mesmo difusa e fragmentária, permitiu-me reformular hipóteses antigas, oferecendo pistas novas para se pensar educação no meio rural do Amazonas. Vale ressaltar que um dos princípios considerados na realização do trabalho de campo e na elaboração dessa dissertação foi o entendimento de que a teoria deve ser submetida à realidade que a transforma "*podendo surpreender o pesquisador*". Neste caso, seria coerente evitar a submissão da realidade que queria conhecer ao instrumental teórico escolhido. Foi a atuação das professoras rurais da várzea diante da intervenção do Estado que apontou para possíveis resistências que realizaram, mesmo aderindo "*passivamente*" ao projeto. Tais professores conciliavam o trabalho na escola, que acreditavam ser um compromisso social, com as atividades na pequena produção familiar, e essa relação as identificava muito mais com seus pares - os ribeirinhos - mesmo que suas visões de mundo estivessem permeadas pelos modelos pedagógicos veiculadores de interesses antagônicos às suas práticas sociais.

Fazia-se necessário, no entanto, resgatar as versões de outros sujeitos com os quais os ribeirinhos se vincularam na sua trajetória, uma vez que "*a visão do outro tem um papel fundamental na conformação da própria identidade*". Sendo assim, entrevistei o prefeito do município (de

Irاندuba), um ex-deputado amazonense, considerado um dos líderes políticos mais carismáticos da "comunidade" de Irاندuba, administradores da Chisa representantes de cada gestão da empresa, um prefeito de Manaus, técnicos agrícolas, professores e especialistas vinculados à Secretaria da Educação do município de Manaus (SEMED), assistentes sociais, vereadores, pastores evangélicos e um padre, membro da diretoria do "grupo da Paz", empresário/dono de olaria e outros. Ao todo, foram 46 entrevistas que realizei, incluindo-se o número anteriormente citado. Nem todas as entrevistas foram gravadas (somente 24). No momento em que iniciei o trabalho de campo, o município encontrava-se sob intervenção do Estado e havia uma certa restrição dos entrevistados, especialmente as professoras rurais da várzea, que preferiam apenas conversar sem o compromisso da gravação. Além da intervenção, outro fato deve ser citado. Era o momento que antecedia as eleições para governo do Estado, e muitos candidatos visitavam seus possíveis eleitores; em vista disso, precisei interromper o trabalho de campo, pois além de ser mais um pesquisador que chegava com intenções idênticas, havia o receio, por parte do grupo, que eu estivesse representando interesses de partidos de oposição, uma vez que o interventor era (mais um) coronel da Polícia Militar do Estado.

Com exceção das entrevistas realizadas com a "gente da cidade", "de fora", com atores vinculados porém externos ao grupo social dos ribeirinhos, todas basearam-se nas suas "histórias de vida", mesmo ficando a clareza de que todo discurso é "enunciado a partir de uma posição social determinada", "expressa interesses contraditórios e é sem

pre parcial e fragmentado". E "é a sistematização que a ciência propõe que permite avançar para além destes fragmentos na busca de uma explicação mais global, porém, sempre provisória". (Cardoso, 1986, p.101)

Duas questões preocuparam-me continuamente no desenrolar do trabalho: primeira, deveria manter-me imparcial diante dos discursos, do que ouvia, mesmo que suas questões, suas denúncias expressassem uma realidade que me tornava cada vez mais próxima; e a segunda, tratava-se do cuidado de analisar continuamente o meu "próprio modo de olhar". Para realizar as entrevistas, foi-me dada uma pista por Ruth Cardoso, ao mostrar que "uma entrevista, enquanto está sendo realizada, é uma forma de comunicação entre duas pessoas que estão procurando entendimento. Ambos aprendem, se aborrecem, se divertem e o discurso é modulado por tudo isto" (Cardoso, 1986, p.102).

A travessia dos ribeirinhos da várzea para terra firme é uma explicação provisória que, analisada na riqueza de suas múltiplas determinações, representa um momento da totalidade. Assim, procurei num primeiro momento - Capítulo 1 - resgatar de maneira geral aspectos da formação histórica dos ribeirinhos no Estado do Amazonas, buscando primeiramente evidenciar o processo de constituição da pequena produção familiar da várzea, ressaltando nessa reconstituição histórica as formas de subordinação usadas pelo estado para fortalecer a hegemonia dominante. Nesse sentido, as categorias dominação, resistência e/ou conformismo, usadas inicialmente como instrumental, tomaram sentido e deram significado a esse processo espoliativo que, contraditoriamente,

vem-se transformando em possibilidade de organização dos excluídos contra o poder hegemônico do Estado.

No Capítulo 2, procurei analisar suas estratégias de sobrevivência no espaço social da várzea, buscando recuperar ou reconstruir as suas relações de vida de diferentes dimensões - vínculos que se estabelecem através da dimensão religiosa, vínculos de parentesco formal e informal (compadrio), relações de vizinhança, de clientelismo político, relações da escola, do lazer, etc. Tentei ressaltar ainda que mesmo estando submissos a diferentes processos de dominação, já vinculados indiretamente ao capital, os ribeirinhos têm na várzea a sua "pátria", onde através dos valores específicos, práticas sociais, etc., constroem sua identidade coletiva, que é também sua arma de luta contra sua total submissão.

O último capítulo equivale ao momento da travessia dos ribeirinhos, da intervenção do Estado. Nele está registrado o confronto direto entre dominadores e dominados, mediado pelo elo teórico para dar corpo à história dos ribeirinhos. Vários atores são destacados para ficar mais evidente a violência e o autoritarismo que a Amazônia tem vivenciado, especialmente nas últimas décadas. Tal tem sido a violência deste processo em que as mediações realizadas têm fragmentado ainda mais as lutas dos trabalhadores rurais, dos ribeirinhos, dos excluídos. Cabe concluir questionando se é possível mediadores da violência tornarem-se mediadores da vida.

## CAPÍTULO 1

### A VÁRZEA E A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR AGRÍCOLA

#### 1.1 Algumas questões fundamentais

A pequena produção familiar agrícola se apresenta como uma das formas do processo de trabalho no interior do modo de produção capitalista.

No estado do Amazonas, o setor agrícola mais importante concentra-se na pequena produção familiar que se organiza nas áreas de várzea de maneira geral e, predominantemente, nas várzeas da microrregião do médio Amazonas, sendo responsável por quase toda a produção agrícola e extrativa do estado.

O predomínio da pequena produção familiar na microrregião do médio Amazonas decorre, entre outros fatores, da existência de amplas faixas de terras disponíveis e férteis para a produção agrícola. Essa forma de trabalho vem-se reproduzindo sem que a presença da empresa capitalista represente um obstáculo imediato à sua permanência.

Embora seja considerada uma forma de trabalho subordinada ao capital, inserida na estrutura de produção por meio da produção mercantil simples, a pequena produção da várzea possui algumas características próprias que a diferenciam de outras formas de trabalho existentes, não só na Amazônia, como também em outras regiões.

A primeira característica refere-se à sua relação com a terra; as áreas de várzea, onde se organiza a pequena produção, estão situadas nas margens dos rios de águas barrentas e são consideradas *terras livres*, sendo permitido o uso, em benefício próprio, de quem nela reproduz sua existência. E a sua condição de *terras públicas* não faculta a relação de propriedade, e sim a de posse entre os produtores e as terras (Lei federal nº 271, de 28 de fevereiro de 1967).<sup>1</sup>

Como posseiros, pois, os pequenos produtores consideram a terra um meio, um instrumento de trabalho. O valor a ela atribuído equivale ao trabalho nela incorporado, não se revestindo do caráter de mercadoria, como ocorre com pequenos e médios proprietários rurais da terra firme.

Com o domínio dos meios de produção – terras livres e produtivas – os pequenos produtores não se colocam disponíveis para vender a sua força de trabalho, pois, como produtores, acreditam que aí reside a sua *autonomia possível*, seu espaço de resistência. Por outro lado, o processo de trabalho desenvolvido no interior da sua organização está submetido, de certa forma, a um controle externo que impõe condições injustas ao seu trabalho, resultado da submis

---

<sup>1</sup>"Essa lei representa a 'fórmula legal' do Estado para manipular as formas espontâneas de organização dos produtores. Essa manipulação visa, acima de tudo, exercer o controle sobre as terras e sobre o trabalho realizado através de CO-USO, posse coletiva ou Concessão de Direito Real de uso (CDRU)" (Albuquerque, 1984, p. 77).

são da agricultura à indústria, configurando a relação desigual entre cidade e campo. A segunda característica depreende-se do fato de que há total ausência de incorporação de novas tecnologias pela pequena produção da várzea. Segundo os agentes sociais (técnicos agrícolas e outros), encarregados de pôr em prática a *modernização da agricultura*, as técnicas modernas são rejeitadas pelos pequenos agricultores da várzea por considerarem que elas são incompatíveis com o seu trabalho.

Mesmo rejeitando a imposição do saber técnico, introduzido por esses agentes encarregados dos programas agrícolas governamentais, os pequenos produtores não estão totalmente excluídos do controle externo exercido pelo Estado intervencionista. Políticas de preço mínimo, crédito rural, cadeia de intermediários na comercialização de produção são algumas das correntes que mantêm os pequenos produtores encerrados nas "malhas" do capital.

Conjuga-se a essas características o fato de serem as várzeas terras produtivas ciclicamente, isto é, somente podem ser cultivadas por seis meses durante o estio, após fertilização natural propiciada pelas enchentes. Seguidamente este trabalho é interrompido pelas cheias dos rios, o que provoca o deslocamento dessa mão-de-obra para outros setores de trabalho assalariado ou sobretrabalho (caiseiros, limpadores de quintais, jardineiros, empregadas domésticas e outros), nas sedes urbanas intermediárias (sedes dos municípios) ou na cidade de Manaus.

O conjunto dessas características aqui apresentadas para identificar-diferenciar a pequena produção familiar demonstra que não há homogeneidade no movimento realizado pelo capital para expandir suas fronteiras. Esta forma de subordinação em que se encontra a pequena produção no Amazonas pressupõe a situação em que o processo de trabalho, mesmo estando subordinado ao capital, mantém ainda as formas em que se desenvolvia antes que interviesse a relação capitalista. Essa forma é determinada por sua subsunção formal ao capital. Pinto (1982), ao analisar essa relação, demonstra que coexistem na várzea duas formas de subordinação capitalista: a subsunção formal e a real. Esta última consiste na extração de mais-valia. É a situação em que o produtor "eventualmente assume a condição de assalariado temporário em outros ramos da produção, o que faz com que o trabalhador personifique simultaneamente a condição de pequeno produtor autônomo e assalariado" (p. 35).

Resta, pois, ao pequeno produtor da várzea, o ribeirinho, integrar-se, ou seja, "caminhar... para a proletarização, empurrado pela pauperização - pela perda de controle sobre os meios de produção - seja pela perda da terra ou a diminuição da força de trabalho familiar pela doença ou pelo êxodo", ou, ainda, "manter-se excluído (...) estrategicamente, para a venda temporária de parcelas maiores ou menores de sua própria força de trabalho ou da unidade de produção familiar que chefia, como recurso extremo para se manter enquanto produtor autônomo" (Pinto, 1982, p. 10-11).

Na situação limite, o ribeirinho constrói resistências às práticas impostas no âmbito da produção, produzindo estratégias para resistir à subordinação imposta pelo intervencionismo do Estado. Essas estratégias nem sempre se apresentam sob formas sistemáticas de lutas, vivenciadas geralmente nos momentos mais críticos, porém constituem formas específicas de luta, com caráter próprio, fortemente marcadas por práticas culturais.

## 1.2 O ribeirinho e a várzea

### 1.2.1 O pequeno produtor ribeirinho

Ribeirinho é a denominação usada para caracterizar os pequenos produtores que têm nas terras de várzea o seu espaço social organizado. Diferencia-se do pequeno produtor da terra firme, não só por ocupar um espaço físico diferente, mas também por sua relação com a terra.

O Ribeirinho também recebe a denominação de "varzeiro" (Leroy, 1989, p. 2-4), na região do Pará, conservando-se a sua característica de produtor da várzea.

Para se compreender como se produz o ribeirinho é necessário analisar não só a sua identidade cultural, conforme a conotação atribuída pelos de fora de seu meio, mas também a dimensão política dessa identidade a partir dos valores que ele atribui a essa denominação.

Na condição de "excluído", ou seja, não-integrado às formas mais complexas de organização social determinadas pela subordinação da agricultura à indústria, o pequeno produtor ribeirão, no confronto com formas de exploração concretizadas na "política de preço mínimo", crédito bancário, transporte, intermediação da comercialização, elabora lutas para opor-se à perda de sua autonomia, caracterizada pelo domínio dos meios de produção e pela manutenção de práticas sociais e culturais (Albuquerque, 1984, p. 77).

Em situações "críticas", como na época de grandes enchentes, a palavra ribeirão toma força e se mescla com o termo "flagelado" para revelar e reforçar a sua condição de marginalização, expulsão e exclusão social. Esta condição tem diferenciadas interpretações: para o ribeirão, integrar-se significa lutar contra essa exclusão; para o Estado, significa integrar-se a essa exclusão. (Grzybowski & Delgado, 1986, p.213-215).

A denominação "ribeirão" contém, ainda, uma qualidade comumente atribuída ao "interiorano"<sup>2</sup>, que é o ser "caboclo", geralmente usada de forma discriminatória para caracterizar a sua vinculação às classes subalternas, portanto, a sua condição de dominado na rede de relações na qual está inserido. Desse modo, é concebido pela classe dominante como ser culturalmente "inferior", sem a "ambição" necessária para inserir-se nos ideais de "progresso e desen

---

<sup>2</sup> Termo genérico, produzido na divisão rural-urbano, porém usado apenas para identificar o pequeno produtor rural. Alguns representantes do Estado costumam usar esse termo para resgatar a sua origem rural nas campanhas políticas, como forma de identificação com os eleitores excluídos.

volvimento" do Estado. Pode-se dizer que essa visão é generalizada entre os empresários locais e os que vêm de fora, bem como entre os representantes do Estado (administradores, burocratas, técnicos).

O depoimento a seguir exemplifica essa ótica:

"[...] ele foi condicionado anos e anos naquele regime de vida, em que ele trabalha o tempo menor do que o 'trabalhador normal'; pode-se considerar como preguiça. Ele não apresenta aquele mesmo 'êlan' que os outros, acredito. Ele produz para subsistir. Então quando chega um tipo de ..., [refere-se à Empresa Agrícola]... ele tendo a alimentação de le e da família, e aquele pequeno excedente para transformar em dinheiro, comprar seu cigarro, ou mesmo, trocando produto por produto, ele não tem as sim, vamos dizer... no sentido da pala vra, uma ambição que lhe sirva de motor, como gerador de melhoria futura de vida. Ele não vê o futuro não. Em termos de perspectivas futuras de melhorar de vida; ambição! ambição! Aque la força que leva nê? Então ele é con dicionado à que la vida" (funcionário do Estado I).

Em visões como esta, predomina uma concepção cons truída sobre o ribeirinho que o estigmatiza como "indolente" ou "preguiçoso", e a sua "ociosidade" é caracterizada como a falta do "êlan", da "ambição" que o transformaria no trabalhador "normal" ou mão-de-obra para o capital.

Em oposição à sua expropriação e exploração, o ribeirinho rejeita essa conotação dada pela "gente da cidade" estigmatizando-o como não "trabalhador normal", pois não expressa a sua realidade. O reconhecimento do seu lugar na sociedade capitalista, permeada pela desigualdade que o diferencia, o coloca como dominado, mas não o torna inconsciente do processo imediato de sua dominação, pois questiona e critica o "desconhecimento" que é manifestado a seu respeito.

"Quem estaria com fome que não gosta de comer? Eis o provérbio do rico chamando o agricultor de preguiçoso. Se o agricultor não tem condições, ele não tem o material pra trabalhar, como é que ele vai produzir? Dê condições ao agricultor que aparece o trabalho. Se eu, por exemplo, sou agricultor e nada tenho... o que eu posso fazer? Com a força do meu esforço que a minha família ganha eu tenho que trabalhar pra comer. É impossibilitado eu mostrar progresso. Eu tenho que trazer uma coisa mínima; minhas condições num dá; não é como aquele povo do estrangeiro... Eu ainda acho que o agricultor é um homem forte demais, porque ele num sabe a hora que come tá vendo como é? Porque eu fui um que cansei de sair de minha casa e ir pro roçado e passar o dia todinho e chegar de noite e sair com a 'lâmparina' acesa na cabeça pra procurar bôia pra minha família comer. Tá vendo a preguiça do agricultor qual é? É a situação dele lá, que ninguém vê!" (Pequeno comerciante da Escadaria dos Remédios e ex-agricultor ribeirinho).

O ribeirão abandona as determinações que o qualificam como inferior ao trabalhador urbano e mantém-se ribeirão, resistindo às novas relações de trabalho que possam comprometer a relativa autonomia que tem no trabalho da agricultura de subsistência familiar na várzea.

### 1.2.2 O contexto da várzea

A várzea apresenta-se não só como a definição de um espaço físico, mas como uma categoria importante para o entendimento da reprodução do pequeno produtor ribeirão, predominantemente na microrregião do médio Amazonas.

Dois grandes ecossistemas são conhecidos como constituindo o médio Amazonas: os solos de várzea e os solos de terra firme.

Os solos de terra firme apresentam baixos índices de fertilidade em relação aos solos de várzea; são áreas não-inundáveis pelas cheias periódicas do rio Amazonas, onde predominam as diferentes atividades agropecuárias. Com a presença da empresa agrícola na região, estas terras estão em fase de transição para o processo de capitalização, ou seja, de sua transformação em mercadoria negociável. Essas são algumas das causas que determinam a sua utilização mínima pela pequena produção familiar. A agricultura desenvolvida em terra firme, quando utilizada por pequenos produtores, tem o caráter de uma agricultura itinerante, de baixo rendimento, em decorrência de serem seus solos pobres de nutrientes.

"[...]um hectare de várzea recebe anualmente cerca de nove toneladas de depósitos contendo amplas quantidades de nitrato de sódio, carbonato de cálcio, sulfato de magnésio, superfosfato, cloreto de potássio e outros nutrientes importantes". (Meggers, 1977, p.48)

Os solos de várzea são inundados periodicamente pelas enchentes anuais e fertilizados pelos sedimentos dos rios barrentos ou de águas claras (rio Amazonas e seus afluentes). A planície de várzea sofre um processo de erosão permanente que produz, em pouco tempo, alterações no quadro ecológico da região.

No período das cheias dos rios, quando ocorrem as inundações das várzeas, muitos agricultores deslocam-se para a terra firme, muitas vezes enfrentando um difícil acesso, onde tentam manter sua pequena produção. Portanto, a várzea não substitui a terra firme no que se refere à produção e vice-versa.

Se, por um lado, a qualidade das terras de várzea (férteis e "livres") são propícias à reprodução da pequena produção familiar, por outro, o Estado produz mecanismos para regulamentar essa reprodução. As várzeas não podem ser tituladas, devido à sua instabilidade cíclica. Seus habitantes são posseiros, e não proprietários, embora seja possível a sua legalização no cartório, sob a garantia de leis estaduais e municipais. Na legislação federal, são consideradas um espaço de "água interna", estando sob a jurisdição

da Marinha. A Instituição do CO-USO — posse coletiva ou Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) é uma fórmula encontrada pelo Governo do Estado para regulamentar o uso da várzea, isto é, para manter a subordinação indireta da pequena produção agrícola familiar ao capital, conforme foi mostrado anteriormente.

Para o ribeirinho, a várzea não representa somente a fonte de produção de sua existência, mas também o espaço de sua organização social. Em virtude disso, ele elabora um conjunto de estratégias para preservar esse espaço que é socialmente construído através de sólidos laços de vizinhança e de parentesco que, durante os momentos críticos, desenvolvem formas de cooperação grupal ou ajuda mútua para evitar o abandono e/ou a fragmentação da terra.

### 1.3 A várzea e a produção do ribeirinho

#### 1.3.1 Traços históricos — índios e nordestinos na formação da identidade do ribeirinho

Não tenho a pretensão de fazer nenhuma historiografia do Amazonas, porém a reconstrução da trajetória histórica do ribeirinho é tarefa fundamental para a compreensão do problema que pretendo estudar.

A constituição de povoados e localidades, nesta região, tem sua origem nas "aldeias", "organização de comunidades" indígenas feitas pelos colonos, inicialmente, e missões católicas no período de colonização na Amazônia, quando nela se instituiu um sistema produtivo colonial, que en-

controu na força de trabalho indígena a sua fonte de enriquecimento. Para isso, foi necessário que os índios "adessem" à nova organização do trabalho imposta pelos colonizadores.

A nova ordem social à qual deveriam ser submetidos os índios impunha-lhes um sistema de trabalho compulsório que implicava disciplina, aumento de jornada de trabalho, obediência às ordens e ritmos até então desconhecidos no quadro dos sistemas indígenas (Freire, 1983, p.49-50).

As "aldeias domésticas" ou "aldeias de repartição", como eram chamadas, funcionavam como o espaço pedagógico para onde eram "descidos" os índios, isto é, transferidos de seu território de origem, e onde deveriam ser inseridos num processo de adestramento à ordem social da colônia.

As Missões Católicas, representadas por seus atores sociais - padres jesuítas e dominicanos -, exerceram papel fundamental na organização desse processo. Inicialmente, como responsáveis pelo "governo espiritual", coube-lhes a tarefa de catequizar e educar os índios, preparando-os para uma nova ordem social; e, posteriormente, assumindo o controle efetivo sobre as "aldeias".

O papel desempenhado pelas missões católicas contribuiu para a formação de uma sociedade profundamente marcada pelo domínio dos colonizadores e pela escravização dos colonizados. Tendo desenvolvido uma prática pedagógica baseada na ideologia da "inferioridade" dos povos indígenas, que tinha como conteúdo básico a pedagogia da "domesticação" e

do "servilismo", buscavam tornar os índios dóceis e servis, para que sua mão-de-obra pudesse transformar-se em fonte de enriquecimento para a Coroa Portuguesa. Durante algumas horas, os índios aprendiam a ler e escrever; em seguida, passavam às oficinas onde aprendiam várias artes mecânicas (pedreiros, oleiros, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, pintores e tecelões); o tempo restante era empregado no trabalho na roça e, à noite, frequentavam as aulas de catequese. Além desse currículo, tinham como conteúdo fundamental a aprendizagem da língua geral, o **Nhengatu**, língua imposta pelo sistema colonial que consistia na fusão de várias línguas e dialetos indígenas, cujo objetivo era homogeneizar a comunicação entre as nações indígenas e entre estas e os colonizadores, facilitando assim a penetração e acesso às riquezas regionais.

Conseqüentemente, essa imposição, como escreve o historiador amazonense José Bessa Freire (1983, p. 73),

*"pode ser responsabilizada em parte pelo corte na memória coletiva dos povos amazônicos na medida em que esses povos não se identificam com este idioma e tiveram, desta forma, sua tradição oral interrompida. Contraditoriamente vindo servir depois como fator de solidariedade entre índios e mestiços, em oposição aos habitantes dos núcleos urbanos."*

De acordo com a fonte citada, os índios foram escravizados de várias formas: através da destribalização; dos

"descimentos" para as "aldeias domésticas", onde se dava o processo de sua sujeição a padrões culturais diferentes; através da destruição da identidade social, que lhes conferia uma forma de organização social justa, passando a serem reunidos nas "aldeias" situadas em locais estratégicos, definidos de acordo com os interesses mercantilistas instituídos.

Em seu relatório de 1853, assim concluía o Conselheiro Herculano Ferreira Reis, Presidente do Grão-Pará e Amazonas (Missões Salesianas do Amazonas, 1965, p. 166):

*"Entregar portanto a direção das Aldeias a Religiosos que sejam capazes de fazer completa abnegação dos bens, e gozos mundanos; que tenham a paciência necessária para revelar aos indígenas os erros e faltas provenientes da incontestável inferioridade da sua inteligência; que lhes inspirem o amor ao trabalho; que os instruem nas máximas da Religião Católica e na Doutrina Cristã; que, em suma, os eduquem até ao ponto de acharem-se habilitados para cumprir os deveres e gozar as vantagens da Sociedade Civil; é a meu ver o único sistema que poderemos seguir com toda a probabilidade de feliz sucesso."*

Do outro lado estavam os colonos portugueses, cuja orientação educativa os conduzia para prosseguir estudos nos centros europeus. Ao retornarem, assumiam funções burocráticas, administrativas na colônia, constituindo assim a burguesia de época, em contraposição aos índios que, cada vez em maior quantidade, eram transformados em escravos da sociedade colonial.

A submissão dos índios não se deu pacificamente. As constantes rebeliões indígenas foram sufocadas pela repressão armada, resultando na dizimação de milhões de nativos. Segundo o historiador (Freire, 1983), *"estas tropas de recrutamento, conformadas por missionários e soldados armados, constituíram verdadeira praga para os índios e foram responsáveis por um movimento migratório constante, obrigando muitos povos a fugir, na maioria das vezes, sem uma direção precisa."*

O desaparecimento de nações indígenas, seja pela via da destribalização, seja pela via da dizimação, principalmente daquelas nações localizadas às margens do rio Amazonas e seus principais afluentes, representou grande catástrofe demográfica, dando lugar ao que mais tarde iria sustentar ideologicamente os projetos de ocupação de *"espaços vazios"* na região Amazônica (Ianni, 1981, p. 130-42).

Essa doutrina de ocupação de *"espaços vazios"* fundamentou-se na ideologia que desde a colonização fez acreditar serem os índios e caboclos seres *"inferiores"*, *"preguiçosos"*, *"bárbaros"* e, em consequência, considerados *"empecilhos"* para o progresso nacional.

As crônicas dos primeiros viajantes que chegaram à Amazônia no século XVI registram que cerca de 6 milhões e 800 mil índios foram dizimados pelos colonizadores no período da conquista, bem como refletem o *"incômodo"* que a liberdade vivenciada por uma sociedade como a indígena lhes causava:

"[...] reconheciam que os indígenas eram numerosos e dotados de bulhosa alegria de viver, mas insistiam em que eram inegavelmente preguiçosos e carentes de qualquer ambição. Seu único prazer consistia em folgar, dançar, rir e fornicar. Riam demasiadamente" (Carvajal, 1941).

O legado histórico deixado pelos colonizadores no contato mantido com os nativos da terra se expressa no elo desfeito entre os amazonenses e suas raízes históricas. Os índios foram reunidos em vilas e aldeias e sua história apagada da memória regional. Como escreve o romancista amazense Márcio Souza (1978, p. 45),

"[...] esses nativos foram retirados das mais diferentes culturas e estágios e reunidos nas vilas e aldeias espalhadas de maneira estratégica. Quanto à sorte desses nativos, conhecemos hoje o resultado. As culturas originárias foram relegadas a uma etnografia de curiosidade e afastamento do centro da consciência regional."

Também contribuíram para as formações sociais existentes nas várzeas amazônicas, especialmente nas áreas próximas de Manaus, os migrantes nordestinos que, a partir de 1877, chegaram à Amazônia tangidos pelas grandes secas que atingiram o Nordeste brasileiro.

Vários motivos se combinaram propiciando a ocorrência desses movimentos migratórios para a Amazônia: as

grandes secas no Nordeste, especialmente a partir de 1877, como já foi mencionado; os subsídios governamentais concedidos ao transporte de imigrantes para os programas de colonização agrícola; e, principalmente, o trabalho nos seringais, atividade econômica de maior expressão comercial da Amazônia na época. A propaganda realizada nos entrepostos existentes nas capitais nordestinas criava nos trabalhadores dessa região a ilusão de autonomia no trabalho e enriquecimento fácil na coleta do látex (Santos, 1980, p.45). Na verdade, como afirma OLIVEIRA, essas motivações se calcavam no fato de que o Governo promovia a "*remoção de trabalhadores das regiões de tensão social do Nordeste*" (Oliveira, 1987, p. 98).

Muitos desses nordestinos permaneceram nas áreas próximas de Manaus, acelerando assim o repovoamento do médio Amazonas, juntamente com os índios que sobreviveram ao processo de dizimação verificado na colonização portuguesa e se concentraram nessa região; a maioria, porém, rumou para os seringais, onde compôs o contingente de trabalhadores da borracha.

Nos seringais, sem a posse da terra e sem permissão para qualquer outra atividade complementar, os seringueiros eram obrigados a dedicar-se integralmente à extração do látex. Sua produção era obrigatoriamente vendida ao

seringalista patrão (chamado de "Coronel de Barranco"),<sup>3</sup> que lhe vendia as mercadorias de subsistência no sistema de "avilamento". Este sistema consistia em obter os produtos do armazém os quais eram pagos com a borracha produzida. Nessa relação, o seringueiro geralmente tinha um saldo negativo que o mantinha em regime de escravidão.

Ao lado da exploração do seringueiro, desenvolvia-se um processo de expropriação do índio nos seringais, que se realizava sob várias formas: pela invasão de terras, sempre que se constatava a existência de árvores da borracha; pela exploração de mulheres índias, que muitas vezes eram violentadas e subjugadas ao serviço doméstico nos "barracões" dos coronéis.

A expropriação e a exploração realizadas nos seringais, envolvendo índios e seringueiros, determinaram conflitos alguns dos quais seriam superados posteriormente pelo processo de aculturação, com o declínio da produção da borracha a partir de 1920.

O crescente endividamento dos seringueiros, agravado pela decadência dos índices de preço da borracha no mer-

<sup>3</sup>Coronel de Barranco - segundo Benchimol, 1977, p.81 "a origem do Coronel de Barranco é atribuída à chegada dos imigrantes cearenses que pela sua 'ambição' e 'trabalho' enfrentaram a luta para se tornar independentes. A luta no trabalho aliava-se à luta contra a elite de então estabelecida. Quando conseguia uma posição econômica, rapidamente subiam para o topo da pirâmide social e política. Como seringalistas eles se engajavam na política e influenciavam os partidos políticos, na capital, na escolha dos candidatos. O povo e os políticos os chamavam de 'Coronéis de Barranco', pois muitas vezes manipulavam as eleições e tinham prestígio nas suas áreas. Quando estes seringalistas, proprietários de vastas terras no interior, vinham se estabelecer em Manaus, começava a competição com os tradicionais já fixados e muitas vezes conseguiram quebrar o seu papel dominador no centro comercial da cidade. Muitos deles melhoravam a posição de seus filhos mandando-os estudar na Europa em Lisboa, Paris e Londres para serem educados à moda européia".

cado internacional, em função da concorrência com outros países, bem como o acirramento das pressões sofridas nos seringais, motivaram revoltas, fugas, crimes e a desagregação do controle da mão-de-obra nos seringais. A partir de 1920, esses nordestinos dispersaram-se, voltando alguns para o Nordeste, outros retornando para o setor de produção de alimentos de onde haviam sido recrutados, e muitos buscando neste setor novas alternativas de sobrevivência (Ianni, 1978, p. 34-61).

O retorno dos seringueiros ao trabalho na produção de subsistência, a par de outros agrupamentos já existentes neste trabalho, deram origem aos núcleos populacionais que se formaram nas terras próximas a Manaus. O predomínio do extrativismo da borracha durante longo período provocou uma oscilação da mão-de-obra nordestina e indígena. No entanto, as colônias agrícolas, que antes se esvaziavam assim que havia alta na cotação da borracha, com o declínio da produção gomífera conheceram um movimento contrário, ou seja, o retorno dessa mão-de-obra e sua fixação na agricultura, como já foi referido anteriormente.

A caça, a pesca, a criação e a lavoura foram, entre outras práticas, as que começaram a ser desenvolvidas nos pequenos povoados que iam se formando, dentro de um processo em que muitos desses nordestinos e índios se mesclavam e se aculturavam, superando os antagonismos suscitados pela exploração nos seringais.

Outros reagiram às formas de relacionamento homem-natureza e tornavam-se depredadores, adotando processos

de trabalho agressivos ao meio ambiente.

Dessas novas relações que se estabeleceram entre nordestinos e nativos nasceu o caboclo que, além de representar um novo tipo étnico-cultural, vai compor uma nova classe social.

Os nordestinos assimilaram as práticas culturais dos indígenas e suas relações com o meio ambiente, que eram muito diferentes de sua própria cultura; desse modo, adquiriram uma relativa integração com a terra e o rio. Essas práticas tornaram-se o seu meio de sobrevivência, tanto trabalhando nas terras férteis de várzea, no médio Amazonas, como em outras regiões, constituindo-se ali uma pequena produção de várzea em escala de subsistência.

### 1.3.2 Novas formas de exploração e de submissão doribeirinho na várzea

Ao mesmo tempo que surgem formações sociais como pequenos povoados, vilas e lugarejos, pelo processo migratório de nordestinos, pela destribalização de índios, ou ainda pela desagregação do trabalho na produção da borracha, ocorre um prolongado período em que as políticas econômicas definidas pelo Governo Federal tendem a concentrar maiores investimentos nos estados do Centro-Sul.

Com o declínio da produção de borracha, ocorre um período de estagnação econômica na Amazônia, no entender de alguns historiadores locais. Porém, Oliveira (1977, p. 66) alerta para o fato de que "não se está em presença de nenhu

*ma estagnação das economias regionais; o que existe e impõe a sua lei é a nova forma de crescimento do capital".*

Com o aumento da produção da borracha na década de 40, decresce a produção de alimentos e as formas tradicionais de extrativismo, devido à diminuição de mão-de-obra agrícola que se desloca para os seringais em função da atração exercida pelos altos preços da borracha (Cardoso, 1978, p. 32).

A partir de 1920, ocorre um retorno dessa mão-de-obra bem como a incorporação de novos contingentes de trabalhadores, na produção simples de mercadoria. Ocorre ainda uma diversificação da produção extrativa e cresce o setor de alimentos, porém permanecem inalteradas as mesmas relações de produção (Oliveira, 1987, p. 13).

As relações mercantis estabelecidas desde o período colonial para a apropriação e controle da mão-de-obra indígena são rearticuladas entre pequenos produtores e comerciantes locais, prevalecendo como base dessas relações o "sistema de aviamento". Com o declínio da produção da borracha, a vida econômica da região passou a concentrar-se em outros produtos extrativos (castanha, madeira, sementes oleaginosas, sorva, guaraná, peles de animais silvestres), produtos estes que passaram a alimentar a opulência da burguesia, constituída na sua maioria por burocratas, com predominância de ingleses, articulados às casas comerciais que se fixavam nos entrepostos de intermediação da borracha, localizados em Manaus e Belém.

Os pequenos produtores viajavam durante muitas horas transportando seus produtos os quais eram trocados, junto aos comerciantes locais, por mercadorias básicas para a sua sobrevivência. Essas relações de troca que se estabeleceram logo foram alteradas pelo aparecimento do "regatão"<sup>4</sup>, que rearticulou o "sistema de aviação" já praticado nos barracões pelos seringalistas.

Esse comerciante aparece como rearticulador da mão-de-obra aos interesses do capital, constituindo um importante elo no mercado ao se introduzir nas vilas e localidades mais distantes como comprador preferencial, trocando mercadorias para a manutenção dos produtores, sob a cobrança de preços acima do mercado. Posteriormente, esse comerciante institui cobrança de juros bancários, dos quais se torna intermediário.

O "regatão" passa a controlar o pequeno produtor através de seu crescente endividamento, em decorrência do retorno do "aviação". O patrão, representado pela figura do regatão, obtém os produtos que comercializa na intermediação com pequenas indústrias locais ligadas ao capital estrangeiro.

---

<sup>4</sup>Regatão - tem origem com os migrantes árabes dispersos pela destruição do Império Turco durante a I Guerra Mundial. Aqui se localiza e, negando-se à subordinação de sua mão-de-obra, vê no comércio o caminho para a manutenção de sua autonomia e possibilidade de ascensão social. Com recursos escassos, esses migrantes enchem pequenos barcos com gêneros alimentícios, roupas, instrumentos de trabalho, querosene, remédios, etc., e percorrem rios, lagos, igarapês, paranás, iniciando um processo de troca, vendendo, muito acima do preço, mercadorias com pradas na cidade por preços insignificantes, e comprando por um preço mínimo a produção do ribeirinho. Essa troca é feita com grande vantagens para o comerciante que, pela facilidade de regatear, explorar, passa a ser conhecido como "regatão" (Monteiro, 1981, p. 62-3).

Em 1930, a economia regional decadente, limitada a uma economia mercantil, vincula-se com mais intensidade ao capital internacional. A instalação das primeiras indústrias de artefatos no Sul do País e o bloqueio da produção asiática, como consequência da II Guerra Mundial (1939-45), provocaram a necessidade do restabelecimento dos seringais na Amazônia.

Diversos organismos foram criados e, dentre eles, o principal foi o Banco de Crédito da Borracha, instituído pelo Decreto-lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, como instrumento de monopólio estatal do produto. A finalidade principal desse banco era o controle da venda da borracha. Em 1953, obedecendo à política centralizadora de Getúlio Vargas, o Banco da Borracha foi substituído pelo Banco de Crédito da Amazônia.

Logo cessaram os interesses estrangeiros pela produção da borracha. Com o término da guerra, ocorreu uma lenta diminuição das safras e, conseqüentemente houve nova separação dos nordestinos, que mais uma vez se dispersaram deixando os seringais (Ianni, 1979, p. 58-62).

Outra forma de rearticulação da economia regional com o capital internacional foi a introdução da cultura da juta<sup>5</sup> nas várzeas amazônicas a partir de 1929. Essa rearticulação será discutida detalhadamente pelo seu significado na submissão do ribeirinho da região de várzea em estudo.

---

<sup>5</sup>A juta é uma planta têxtil, pertencente à família das tiliáceas, anual, ereta, de crescimento rápido e de cujas hastas são extraídas as fibras que constituem o objetivo de sua cultura (Braga, 1945, p. 19).

As primeiras experiências de adaptação de juta na Amazônia foram realizadas por colonos japoneses ligados à Companhia Industrial Amazonense S.A. (Amazonie Sangyo Sabushiki Kaisha), no município de Parintins, no estado do Amazonas. O colono japonês Ryota Oyama conseguiu desenvolver uma variedade de juta adaptada às várzeas amazônicas, variedade esta que veio a ser denominada "juta branca", ou Oyama, e apresentou uma rentabilidade por hectare superior às médias indianas em decorrência da excepcional fertilidade da várzea (Braga, 1945, p. 8).

Alguns fatores foram fundamentais para que ocorressem as referidas experiências: primeiro, a introdução da juta aconteceu no momento de expansão das indústrias têxteis no Brasil. A grande depressão pós-guerra (I Guerra Mundial) favoreceu o crescimento industrial no Brasil, pela queda de concorrência estrangeira no mercado interno e pela carência de suprimentos que até então eram importados do exterior. Ianni (1977, p. 40), analisando as políticas de Estado no período de 1930-70, afirma:

*"A expansão mais notável se deu na indústria têxtil, que passou a exportar para outros países latino-americanos e até mesmo para algumas nações africanas."*

O segundo fator foi a fabricação de sacos de anagem para exportação do café em grão, que exigia o suprimento regular de matéria-prima no próprio País.

O cultivo da juta foi posteriormente adotado e desenvolvido pelos ribeirinhos amazonenses. Esse cultivo foi

motivado pela implantação das primeiras indústrias têxteis no estado do Amazonas na década de 50, em substituição ao monopólio dos japoneses.

O ribeirinho aceitou produzir a fibra porque acreditava que esse trabalho lhe facultaria melhores condições econômicas e, desse modo, reduziria o seu endividamento com o regatão. No entanto, o processo produtivo da juta exigiu a presença de intermediário. Ao contrário do que esperavam os ribeirinhos, o regatão passou a fazer a intermediação do produto, pagando por ele, nos locais de plantios, preços controlados pelo Governo.

Em síntese, as experiências com a jicultura foram realizadas, inicialmente, no município de Parintins com mão-de-obra japonesa; em seguida, os pequenos produtores ribeirinhos foram "estimulados" a cultivar a fibra, tanto pela intermediação que o "regatão" exercia junto a eles, quanto pela possibilidade de melhorar seus ganhos, podendo assim reduzir seu endividamento com o "patrão".

Os japoneses deslocaram-se do processo produtivo e passaram a financiar os produtores locais através da prática do "aviamento", o que lhes dava melhor compensação econômica que o assalariamento de trabalhadores contratados na diária.

As primeiras tentativas para o cultivo da juta se deram sob a orientação técnica e mão-de-obra dos japoneses, até a década de 40. Segundo documento do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (Ifibram),

as expectativas dos japoneses, não foram alcançadas: a técnica que se queria introduzir não reproduzia em quantidade nem em qualidade a fibra importada dos países asiáticos. As experiências autônomas realizadas por agricultores ribeirinhos, dentro do seu saber, sua técnica, produzidas na convivência com a imprevisibilidade da natureza, apresentavam resultados adequados, sendo este um dos fatores que favoreceram a permanência do processo de produção da fibra em concomitância com a produção agrícola de pequeno ciclo (Ifibram, 1985).

A pequena produção da várzea, a partir daí, passou a conviver com novas formas de produção. Ingressou, as sim, em novas relações sociais, onde a presença do Estado começava a se delinear mais nitidamente através de políticas de crédito rural, favorecendo os interesses de grupos econômicos que realizavam essa intermediação e que estavam concentrados no Sul do País. A juta era produzida como matéria-prima para as indústrias têxteis situadas no Sul do País até que, na década de 50, surgiu a indústria têxtil lo cal.

A vinculação mais intensiva entre o capital regional e o capital nacional e internacional não produziu melhorias que correspondessem às expectativas criadas pelos ribeirinhos. Não existia nesse período uma política formulada pelo Estado claramente destinada aos trabalhadores. O limitado apoio estatal restringia-se à concessão de empréstimos bancários aos comerciantes intermediários, dado que as exigências impostas aos produtores tornavam o crédito ina cessível a eles.

Com o crédito bancário, o "negatão" passou a ter fácil acesso às sementes de boa qualidade, o que possibilitou a ampliação do seu domínio sobre o pequeno produtor.

A produção de juta na região provocou alterações no processo de comercialização. Criaram-se postos de intermediação da captação do produto e os benefícios financeiros fortaleceram esses setores de intermediação pela concentração de tais benefícios nas mãos dos vendedores. Surgiu, então, uma rede de dominação representada pelo comerciante - dono do armazém, localizado na sede do município - e seus intermediários fixos em pequenos "flutuantes"\* (armazéns locais), além dos encarregados do transporte dos fardos nas embarcações regionais.

Em 1953, a Amazônia retomou a sua caminhada desenvolvimentista. Voltou, assim, a ser objeto de grandes programas com os quais o Governo Federal pretendia promover o seu desenvolvimento (entendido aqui como crescimento econômico).

Criou-se, então, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). De acordo com Ianni (1977, p. 94), atribui-se esta decisão ao Governo Dutra, porém a SPVEA só foi constituída no período governamental seguinte (Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953). O que ocorreu foi o estabelecimento, na Constituição de 1946, de uma reserva

---

\* Os "flutuantes" são construções para moradia ou comércio, feitas sobre toras de madeira leve (seringueira), que ficam atracadas nos barrancos dos rios.

de 3% da renda tributária - durante 20 anos consecutivos - para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Mesmo com a instituição da SPVEA, em 1953, e a permanência do Banco da Borracha criado em 1942, as atividades econômicas da região limitavam-se a uma produção destinada ao autoconsumo das unidades produtoras da várzea. Analisando essa problemática, Ianni (1979, p. 56) adverte que *"as atividades extrativas, agrícolas e pecuárias desenvolviam-se um tanto ao acaso dos fluxos e refluxos dos mercados, mas eram fortemente influenciadas pelas exigências da produção para o autoconsumo"*, e assim permaneceram até 1964.

Com a intervenção do Estado no período pós-64, a economia amazônica ingressou na etapa da grande empresa capitalista, sob o estímulo e apoio governamental. Esses estímulos já vinham ocorrendo em menor escala desde 1953, quando *"ocorreu a dinamização e reformulação de empresas já existentes devido ao progressivo crescimento do mercado regional nacional e externo"* (Ianni, 1979, p. 75).

O Banco da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (Basa), em 1966, conforme a Lei nº 5.122, de 28 de setembro; o Banco do Brasil, por sua vez, dinamizou sua ação e expandiu suas agências.

Ainda em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em substituição à SPVEA, com o objetivo de dinamizar e diversificar as atividades econômicas da Amazônia. Grandes empresas nacionais e multinacionais instalaram-se na região, rearticulando a Amazônia com o grande capital.

Inúmeros projetos foram aprovados pela Sudam a partir daí, dentre os quais o maior número concentrava-se nos empreendimentos agropecuários, vindo em seguida projetos industriais, agroindustriais e serviços básicos. A Sudam acumulava a responsabilidade de coordenar, supervisionar e até elaborar programas e planos de outros órgãos federais da região, além de criar incentivos fiscais e financeiros especiais para esses investimentos (Ianni, 1979, p. 60-1).

Essas medidas governamentais adotadas nesse período, e postas em prática de maneira abrupta, causaram toda ordem de impactos nas populações rurais, as mais especialmente pobres. Provocaram profundas transformações econômicas na Amazônia, em todos os setores de produção. Se, por um lado, essas transformações contribuíram para a melhoria dos que já eram detentores do poder na sociedade (comerciantes, industriais, políticos, governantes, tecnocratas, etc.), por outro, aprofundaram o processo de marginalização dos que já se encontravam socialmente "excluídos", empobrecendo-os ainda mais. Os programas governamentais privilegiavam as populações concentradas nas áreas urbanas, e os excluídos eram "expulsos" para áreas mais distantes do centro urbano, chamadas "periféricas".

A Zona Franca, criada em 1967, foi uma dessas medidas; contando com a legislação de incentivos e isenções fiscais, possibilitou a instalação de grandes empresas nacionais e multinacionais na região, Souza, (1978, p. 158), tratando dessa problemática, mostra que "a maior parte das indústrias aqui implantadas são extensões de grandes comple

xos industriais localizados no Centro-Sul do País e aqui operam com a fase final do produto, fase da divisão do trabalho que exige maior mão-de-obra".

Em 1967, Manaus tornou-se um grande pólo industrial e sede de grandes projetos empresariais. A Zona Franca foi instituída como instrumento de integração nacional, concentrando elevadas taxas de população. A cada dia o comércio expandia-se, aumentava a euforia dos turistas que circulavam no centro da cidade, contrastando com a expansão da miséria que se acumulava nos novos e "desordenados" bairros, verdadeiros aglomerados urbanos formados pelas chamadas "invasões de terra", realizadas pelos ribeirinhos que aportavam diariamente em Manaus.

Em meio a esse movimento, contingentes de executivos oriundos do Centro-Sul do País davam continuidade ao processo de "domesticação" dos grupos sociais que iam se formando na capital, insubmissos aos "usos e costumes" impostos pelo grande capital que avançava abruptamente, "expandindo" a fronteira amazônica com total apoio governamental.

Num movimento paralelo, as agroindústrias eram instaladas e a presença de latifundiários, fazendeiros e empresários provocava a expulsão dos ribeirinhos que, resistindo à nova ordem que se instituíria no trabalho agrícola, buscavam na cidade novas alternativas de sobrevivência.

Os investimentos no setor da construção civil cresceram, criando exigências em relação tanto à produção de matéria-prima quanto à mão-de-obra para suprir as necessidades do trabalho. Expandiu-se com rapidez a indústria do ti

jolo, sendo implantadas várias olarias nas proximidades de Manaus em áreas cujos solos são ricos em argila. Na área de várzea, no município de Iranduba, situada na região do médio Amazonas, foram implantadas 27 olarias, onde se encontram não só os solos férteis em argila (na várzea), mas também a mão-de-obra necessária. Significativo número de crianças e adolescentes, além de adultos, foram empregados nessas olarias, sem que lhes fossem garantidos os seus direitos sociais básicos.

Diante das transformações sociais que ocorriam na capital da Zona Franca, as instituições educacionais se incorporavam ao novo projeto atrelado às decisões governamentais. Pretendia-se "integrar" os amazonenses à sociedade nacional também através de projetos pedagógicos. Vultosos treinamentos de professores e técnicos de educação, produzidos dentro da ideologia contida na teoria do capital humano, eram realizados tanto em Manaus quanto em outras capitais. Criou-se a Faculdade de Educação (década de 70) em substituição à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fragmentada em Cursos de Licenciatura. Inúmeras escolas "unidocentes" existentes nos bairros de Manaus foram extintas e, em seu lugar, ampliaram-se as ofertas de vagas com a ocupação "racional" dos prédios escolares em três etapas diferentes, além da criação do turno intermediário entre o matutino e o vespertino. Implantou-se o projeto de educação através da TV - "Projeto Tele-Sala" - cujos professores eram transformados em monitores dos programas produzidos no Centro-Sul do País.

Essa expansão se calcava em ideais desenvolvimentistas de progresso nacional, de qualificação técnica de mão-de-obra para ocupação das linhas de montagem do Parque Industrial que se implantava, ao lado de uma pretensa formação cívica cujo objetivo era a "*preparação para a cidadania*". Assim, as massas estudantis eram submetidas a um processo de inculcação de novos valores sócio-culturais, dentro do novo projeto educacional totalmente desvinculado da realidade social onde se desenvolvia.

A Zona Franca sempre foi mostrada como alternativa de solução para os problemas sociais de região, e a forma de sua concretização foi a abertura de portas para o capital estrangeiro. Esse processo intervencionista se deu sem que grande número de instituições e elevados contingentes da população – as classes populares e, dentre elas, os ribeirinhos – tivessem, de alguma forma, sido informados sobre tal decisão.

Assim ocorreu desde a colonização indígena, isto é, nenhuma política econômica se definiu beneficiando as populações que serviram de sustentação para que se efetivassem. Atraindo mão-de-obra barata, a Zona Franca, instalada em Manaus, promoveu a expulsão do homem do campo através de diversos processos: mediações políticas, propaganda, implantação de empresas agropecuárias, agroindústrias, etc.

Dessa forma, ao mesmo tempo que se processam mecanismos de expulsão dos ribeirinhos do seu espaço social, esta expulsão é mostrada pelos argumentos dos governantes como processos "*migratórios*", portanto espontâneos, como sen

do um ato de preferência produzido pelo "fascínio" que a Zo na Franca exerce sobre eles.

Os ribeirinhos que migram para Manaus, já excluídos de seu direito de participação nas decisões governamentais, expulsos do campo pelas formas já analisadas, vão concorrer, na sua maioria, para o abastecimento das "linhas de montagem" das indústrias instaladas em Manaus. Além disso, na cidade estarão submetidos a níveis de vida desastrosos, à fragmentação de seus valores culturais, resultante dos mecanismos de desagregação social aos quais estão expostos (meios de comunicação e outros serviços). Mas, por outro lado, outros grupos permanecem na várzea.

Embora sejam reconhecidos como "interioranos", "ca boculos" ou "gente do interior", dentro de uma conotação que os inferioriza, os agricultores ribeirinhos, membros da sociedade civil, não podem ser entendidos ou diferenciados pela dicotomia existente entre cidade e campo, pois não há separação dos homens pelas diferentes formas ou modos de trabalho e vida no campo e na cidade a diferença é intrínseca às relações de trabalho, ou seja, à divisão de classes.

Varridos de um mundo "incivilizado", na visão dos dominantes, os ribeirinhos chegam à cidade. Trazem consigo um rastro histórico que provavelmente provocará a "desordem social", a "inchação urbana", a insegurança dos grandes proprietários urbanos e, possivelmente, "criarão graves conflitos" que os lançarão na marginalidade social. Insubmissos e resistentes às jornadas de trabalho, às mudanças radicais que enfrentarão no novo processo de trabalho cujos mecanis-

mos desconhecem, estarão sujeitos, dentro das novas relações de trabalho, a serem convertidos em trabalhadores industriais; primeiro, expropriados dos seus meios de produção onde, mesmo já envolvidos nas "malhas" da economia urbana, ainda resguardavam alguma autonomia; segundo, explorados sem outras alternativas, compõem a força de trabalho, mão-de-obra barata e necessária para suprir as linhas de montagem do Parque Industrial da Zona Franca de Manaus, em consonância com a economia dos estados do Centro-Sul e internacional.

Transformados em trabalhadores assalariados, dentro de um processo violento, estarão sujeitos a ambientes fechados, alimentação industrializada, jornadas de trabalho prolongadas, situações radicalmente contrárias às suas práticas anteriores, caracterizadas pelas significativas perdas culturais. Na linha de montagem das indústrias, esses trabalhadores, acostumados na várzea, transformar-se-ão em mais uma peça da engrenagem industrial, ficando à mercê da rotatividade das empresas (Benevides, 1985 p.40). Segundo depoimentos de técnicos da administração pública, uma grande percentagem de trabalhadores das indústrias não tem vínculo empregatício direto com a empresa, são alocados por empreiteiras como prestadores de serviço, sem nenhuma estabilidade funcional.

O capital usa o seguinte processo: desmembra o produtor do seu grupo social, institui mecanismos institucionais que tramitam pelo espaço social desses grupos, impondo-lhe novas práticas, novas idéias e um novo saber. Desagregados de sua família e expropriados dos meios de produ-

ção de sua existência, o ribeirinho apresenta-se como indivíduo isolado, desvinculado, "*dísposito*" a vender a sua força de trabalho como o capital deseja.

Mas nem sempre esse fluxo migratório propiciou aos dominantes a realização de seus projetos tal qual seus interesses. Ao longo de sua trajetória, as populações ribeirinhas foram construindo sua história, sua luta, dentro de formas específicas, deixando transparecer nessas formas a preservação de seus valores sociais e culturais, e de suas práticas tradicionais, sua visão de mundo.

A história do caboclo, do ribeirinho é fortemente marcada pela história indígena, como já foi citado antes. Alguns grupos de ribeirinhos são formados por índios destribalizados, expulsos de suas terras e resistentes à proletarianização de sua mão-de-obra; traços da história de seu trabalho, caracterizados pelos colonizadores como "*indolência*" e "*ociosidade*", foram apreendidos e incorporados à práticas de vida e de trabalho dos ribeirinhos.

Os grupos sociais que se vão constituindo em povoados ou localidades existentes nas áreas ribeirinhas — áreas de várzea — têm sua forma específica de organização social. Porém só são reconhecidos como integrantes da sociedade global quando o Estado lhes impõe sua legalidade, isto é, sua organização como entidade jurídica — a vila —, ou sob a forma de "*comunidades*", definidas pela Igreja (Católica) ou pelos Programas de Extensão Rural. No entanto, esse reconhecimento público não tem proporcionado aos ribeirinhos acesso aos seus direitos essenciais.

Um caso típico que deve ser discutido é a situação enfrentada pelos ribeirinhos na ocorrência do fenômeno das enchentes. É nesse momento que se desnudam e se evidenciam as situações concretas de crise vivenciadas no seu cotidiano.

Para os ribeirinhos, as enchentes representam um fenômeno natural. No entanto, esse ciclo natural dos rios tem sofrido alterações nas últimas décadas. Inundações catastróficas têm ocorrido no vale amazônico, provocando destruição.

Essas inundações são explicadas como sendo decorrentes do processo acelerado de desmatamento regional. Desse modo, há um aumento de temperatura atmosférica que provoca maior degelo na região dos Andes. Prevê-se inclusive, que esse mecanismo poderá atingir níveis alarmantes, ocasionando o degelo das regiões polares, o que elevará o nível dos oceanos e rios e fará submergir algumas cidades localizadas ao nível do mar. Estas são as informações dos cientistas vinculados ao Instituto de Pesquisas da Amazônia (Impa), conforme Fearnside (1987, p. 579-88).

As enchentes sempre representaram grande preocupação para os governantes, pois certamente acarretam as temidas "migrações" dos ribeirinhos, impondo graves problemas sociais. São as chamadas "inchações urbanas" que, naturalmente, podem contribuir para o aumento da marginalidade social.

A Comissão de Defesa Civil do Município de Manaus, em seus relatórios sobre a situação dos ribeirinhos durante a enchente de 1982, manifesta essa preocupação (Prefeitura Municipal de Manaus, 1982):

*"As plantações foram mortas e levadas pelas águas... As residências sucumbiram, algumas permaneceram somente com a cumeeira de fora, outras totalmente submersas... Os animais silvestres desapareceram no seio da floresta... A maior parte daqueles que abandonaram suas casas, receberam abrigo em casa de parentes, compadres, amigos e também em alguns casos (Cacau-Pirera, Iranduba, Tabocal, Jatuarana), se abrigaram em escolas, galpões e casas de lona cedidas pela Comissão. Algumas famílias migraram para outras cidades buscando estudo para os filhos e trabalho para sobreviver. Contudo, este fato virá, naturalmente, contribuir para acelerar a inchação social reinante em Manaus. Além dos obstáculos citados (...)."*

O discurso oficial aqui apresentado escamoteia a contradição presente nos programas do estado. Ao mesmo tempo que o discurso explicita a preocupação com a situação dos ribeirinhos, processa-se, no meio rural, a expansão violenta do capitalismo, com a presença de grandes projetos agropecuários subsidiados pelo estado.

Ao cessar o período das enchentes, os ribeirinhos migrantes retornam à várzea. Este retorno é sempre referido nos documentos oficiais como um ato de escolha do "cabo-

clo", que prefere permanecer nas áreas alagadas (várzeas), pela facilidade que tem de não precisar trabalhar muito: "*bastar à beira do rio e o alimento está ali, disponível, reduzindo assim a necessidade de dispor de mais tempo para o trabalho*" (Depoimento de um técnico da Emater).

Pode-se deduzir que nesta idéia está presente uma concepção capitalista do trabalho, o preconceito de que o "*homem nortista*" é pouco produtivo e que a sua insubmissão aos planos e projetos governamentais dificulta o progresso e o desenvolvimento, limitando o seu acesso às melhorias previstas nos referidos programas.

O que se observa é que, contraditoriamente, a "*negação ao trabalho*" significa uma oposição à perda de sua autonomia, da possibilidade de poder decidir sobre o tempo necessário para reposição de suas energias, bem como a manutenção e preservação de sua relação com a natureza.

A convivência do produtor ribeirinho com as enchentes tem demonstrado que as "*crises*" que ele enfrenta são reveladoras do quadro de exclusão social em que se encontra. Na ocorrência dessas enchentes, que caracterizam uma "*situação de calamidade*", pela destruição que provocam na região, os ribeirinhos são retirados da obscuridade social em que se encontram e introduzidos no discurso da esfera pública, passando a serem reconhecidos pela sua condição de "*flagelados*", "*despojados de bens*" ou "*carentes*". Carências estas, como observa Francisco de Oliveira, que já foram multiplicadas pelo crescimento econômico, fruto da negação dos direitos sociais.

Nessas circunstâncias, o acesso aos direitos que poderiam advir de "*avanços sociais*" decorrentes do crescimento econômico na Amazônia, proporcionado pelos grandes investimentos públicos é reduzido ao "*assistencialismo caritativo*", praticado pelos gestores do Estado nesses momentos críticos (Oliveira, 1985, p. 2-15).

É assim que o Estado formaliza uma política paternalista-assistencialista, definida através de medidas paliativas (embora necessárias para aquelas circunstâncias), para atender "*os flagelados da enchente*"; campanhas são realizadas na capital entre os vários setores dominantes da sociedade, para arrecadação de roupas usadas, alimentos, barracas, isto é, migalhas sociais, que representam as sobras dos direitos exercidos pelos ricos e que deverão suprir as carências dos pobres.

Nesta prática, se clarifica a idéia de que as necessidades fundamentais dos ribeirinhos, que não se resumem nessas carências mas nelas se materializam, não são reconhecidas como direitos.

## CAPÍTULO 2

### A SOBREVIVÊNCIA DO RIBEIRINHO NA VÁRZEA

#### 2.1 A formação histórica da Vila de Iranduba

Irânduba foi inicialmente um pequeno povoado organizado nas áreas de várzea situadas na margem esquerda do rio Solimões, na localidade denominada Costa do Iranduba.

Em 1964, esta localidade foi transformada em vila e, em 76, foi decretada a transferência desta vila para terra firme, onde foi implantado um Núcleo de Colonização Dirigida. Em 1982, foi criado o município de Iranduba, do qual a vila tornou-se a sede.

As origens históricas de Iranduba estão vinculadas ao processo de colonização portuguesa e, posteriormente, à chegada de migrantes, predominantemente nordestinos, à Amazônia.

Nos registros oficiais encontrados, as informações sobre a vila de Iranduba referem-se apenas ao período de sua transferência para terra firme, vinculando sua origem ao Núcleo de Colonização implantado em 1976, pela Prefeitura Municipal de Manaus e em convênio com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra).<sup>1</sup>

Essa omissão relativa à história da existência da vila de Iranduba em épocas anteriores a 1976 parece reforçar a ideologia contida nos Programas de Colonização,

---

<sup>1</sup>cf. *Album cartográfico dos municípios do estado do Amazonas*. Manaus, Codeama, 1983.

que sustentam a existência de "vazios demográficos" na Amazônia. No entanto, esta ideologia tem sido constantemente negada nos estudos realizados por historiadores, referidos no primeiro capítulo deste trabalho. Como ocorre em todo o estado do Amazonas, a história das vilas e cidades está vinculada às das aldeias de origem indígena ou daquelas constituídas pelos portugueses no sistema colonial, o que comprova a existência e dizimação de grupos populacionais na região.

Segundo pesquisadores da Amazônia e outros que estiveram no local, a região de Iranduba foi habitada inicialmente por nativos. Indícios que comprovam essa afirmativa foram encontrados por esses pesquisadores nos sítios arqueológicos localizados na região.

Em 1976, em escavações feitas por ribeirinhos para construção de seus "tapiris"<sup>2</sup> em terra firme, também foram encontradas peças de fabricação indígena.

Outros sinais da presença indígena naquela região encontram-se nos documentos reunidos pela Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (Cédeam). Trata-se da correspondência trocada, entre 1784 e 1786, pelos diversos agentes da Coroa Portuguesa na área, que revela a existência dos Índios Mura na Costa do Caldeirão, área pertencente ao Município de Iranduba:

---

<sup>2</sup>Ver *Album cartográfico dos municípios do estado do Amazonas*. Op. cit.

"1785 (set./28). O sargento administrador do Pesqueiro do Caldeirão, Sebastião Pereira de Castro, escreveu a João Pereira Caldas dando notícias de ter chegado ali, ao Pesqueiro Real, um grande número de gentio Mura, 1785 (out./8). Pereira Caldas responde ao administrador do Pesqueiro do Caldeirão dizendo ter recebido sua carta, e recomenda insistentemente que ele ajude os Mura a fazer povoação em Manacapuru, por ser terreno bom, elevado e próprio para as roças, 1786 (jan./7). O sargento administrador do Pesqueiro do Caldeirão escreve a Pereira Caldas dando notícias de que os Mura gostaram da paragem da margem do Solimões para fixarem suas casas".<sup>3</sup>

A negação da história indígena implícita nos documentos oficiais pode ser vista também como fruto de uma visão etnocêntrica, cuja referência à construção da história dos povos privilegia o colonizador em detrimento dos pioneiros da terra.

A presença predominante de nordestinos em Iranduba teve início com a desativação dos seringais, ocorrida nos momentos de declínio da produção da borracha, e com a implantação do Plano de Ocupação Demográfica da Amazônia, em 1930.

---

<sup>3</sup> Boletim de Pesquisa da Cedeam. Manaus, 3(5):3, 1984.

Várias colônias agrícolas foram implantadas nas áreas circunvizinhas a Manaus. Esta ação estava conjugada aos esforços do Governo Estadual, que pretendia estimular a produção agrícola no Amazonas realocando grandes contingentes de nordestinos, "trazidos" para a região através dos incentivos criados para este fim (Oliveira, 1987, p. 98).

Uma dessas colônias, denominadas Colônia Bela Vista, foi implantada pela Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, em 1941, no município de Manacapuru. Outra colônia agrícola, formada por japoneses e brasileiros (nordestinos), situava-se na margem direita do rio Negro, em frente à cidade de Manaus, no lugar conhecido como Cacau-Pirera. Este local foi incorporado ao município de Iranduba (1982) e é ponto de conexão entre Manaus e os municípios de Iranduba e Manacapuru.

Segundo depoimentos de colonos japoneses que trabalharam na Colônia Cacau-Pirera, muitos colonos brasileiros desistiram do "projeto" pelas dificuldades encontradas na agricultura em terra firme, pois dependiam de "capital" para o cultivo da terra. Esses colonos deslocaram-se para as terras de várzea e lá se fixaram.

Tanto nativos quanto nordestinos, em diferentes épocas, fixaram-se, mesclaram-se e aculturaram-se nas terras de várzea de Iranduba, constituindo ali pequenos povoados que se espalharam formando várias localidades. A denominação Iranduba foi, provavelmente, apropriada do vocabulário indígena. Durante a pesquisa não foi possível localizar

em documentos, dicionários indígenas e outros qualquer referência a explicação para o significado desse nome; no entanto, antigos moradores da vila justificam-se com esta "lenda":

*"Iran era um Índio. Pertencia a uma tribo que habitava o médio Amazonas (mura?). Gostava de plantar e fazia adubo com a casca da mandioca; com o adubo que preparava, sua plantação colhia boa colheita e os Índios da tribo vizinha se admiravam e perguntavam: por quê? - por quê? IRAN DUBA! IRAN DUBA! respondia..."*

## 2.2 O jugo clientelista na criação da vila de Iranduba

Até o início da década de 60, Iranduba restringia-se à pequena localidade denominada Costa do Iranduba, com 390 km<sup>2</sup> de áreas de várzea situadas na margem esquerda do rio Solimões (afluente do Amazonas).

Com a crescente transformação político-econômica ocorrida na Amazônia, intensificada a partir de 1964, registraram-se várias mudanças no quadro regional que atingiram as populações ribeirinhas, especialmente aquelas das terras próximas a Manaus. A grande concentração populacional transformou esta cidade em importante centro consumidor de alimentos, e este fator, relacionado com outros, exigiu que os governantes da época (governador do estado e prefeito de Manaus), instituíssem medidas para solucionar

os inúmeros problemas que se avolumavam, especialmente na área de produção de alimentos.

No período anterior a 1964, as atividades econômicas na região limitavam-se a uma produção destinada ao autoconsumo das unidades produtoras, e o excedente era comercializado para aquisição de mercadorias básicas e necessárias aos produtores.

Em Iranduba, bem como em outros municípios do médio Amazonas, a atividade desenvolvida pelos ribeirinhos limitava-se à pequena produção familiar para a subsistência, passando, a partir desse período, a ser vista como promissora fonte reguladora do abastecimento em Manaus.

O crescimento da economia amazonense e as transformações dele decorrentes não ocorreram casualmente. Foram produto da ação planejada do estado para promover o desenvolvimento e o alargamento da fronteira amazônica sob a ótica capitalista, à revelia das populações (rurais, especificamente os ribeirinhos), que se encontravam contidas no seu "silêncio" e na "dispersividade" (Martins, 1986, p. 95-101).

Foi nesse movimento que as reivindicações dos ribeirinhos – uma das quais era a criação da vila de Iranduba – passaram a merecer a atenção do estado. Eles tinham a percepção de sua exclusão no plano econômico e político, pois sempre foram colocados à margem da cultura e da sociedade nacional, e acreditavam que a transformação do pequeno povoado em vila concretizaria o seu acesso a alguns

direitos, tais como educação integral, assistência médica, uma nova política de preços na produção.

O atendimento a tais reivindicações só ocorria esporadicamente, em circunstâncias especiais, como no período das eleições. Surgiam, então, empreendimentos político-partidários, como "caravanas para atendimento às populações carentes", onde a prática do assistencialismo - assistência médico-odontológica, distribuição de alimentos, medicamentos e roupas, bem como regulamentação de documentos: título de eleitor, carteira de identidade, certidão de nascimento e outros - confundia-se com o exercício do direito social.

Alguns depoimentos colhidos dos ribeirinhos, nas vésperas das eleições realizadas em 1986, demonstram que a situação perdura até o presente:

"[...] agora eles tão vindo aqui, que vai ter eleição e eles querem voto. Aí eles vem sempre trazer rancho, médico, depois ... só Deus sabe" (Peque no produtor ribeirinho (F)).

Por ocasião de enchentes catastróficas, que provocavam (e ainda provocam) grande clamor público e consequente decretação, pelo Governo, de "estado de emergência" ou de "Calamidade pública", em proteção aos "flagelados da enchente", a Defesa Civil é o órgão do Governo que tem por finalidade prestar assistência à população diante de fatos "adversos e imprevisíveis", ou ainda "incontroláveis", como enchentes, trombas d'água e outros fenômenos da natureza:

"[...] em tais situações, cabe à Defesa Civil minimizar os efeitos da ocorrência, socorrendo a comunidade atingida, na salvaguarda dos bens materiais e prevenindo possíveis surtos de doenças epidêmicas, adotando medidas concretas para: instalação dos flagelados desalojados em abrigos, proporcionar assistência médica e medicamentos, fornecer roupas e agasalhos, fornecer gêneros alimentícios ou 'preparados', proteger as áreas atingidas para evitar saque e o roubo, dar assistência psicossocial através de palestras e orientações, efetuar transporte de feridos e doentes (quando houver), proceder à vacinação e promover a reabilitação".<sup>4</sup>

Porém, ao definir medidas para solucionar esse problema, os representantes do estado não as interpretam no campo do direito social, mas como "concessões", "dãdivas" outorgadas nos momentos em que se torna impossível ao estado ocultar a situação de exclusão em que se encontram os ribeirinhos.

Em outras regiões do Brasil, a questão da cidadania dos produtores rurais está ligada ao acesso à posse da terra. (ver Tavares, 1978, p. 25-65; Silva, 1982 a; Silva, 1982 b; Martins, 1980; Ianni, 1986). Para o ribeirinho, o problema não se configura dessa forma: de posse dos meios de produção (a terra de várzea) e com o uso da mão-de-obra familiar, ele considera deter um campo de autonomia no

<sup>4</sup>Jornal A Notícia, 18 jun. 1982.

trabalho, pois suas formas de organização se expandem nas terras de várzea que não estão disponíveis à especulação. Além disso, tem domínio sobre o tempo necessário para a realização do trabalho, resistindo à submissão imposta pelo estado.

Na condição de "flagelados", em circunstâncias de correntes das grandes enchentes, os ribeirinhos passam a ser visto como "problemáticos" para o desenvolvimento do estado. Encontram-se excluídos no plano político e suas reivindicações estão intimamente relacionadas com a luta pela igualdade social, pelo direito de participação, já que os serviços públicos essenciais lhes são negados sob a justificativa de carência de recursos para lhes fazer chegar educação, saúde, política de preços mais justa e outros serviços essenciais.

Estes fatos serão tratados no capítulo 3 e vão explicar como o Estado oculta a questão do direito dos cidadãos através da implantação de políticas sociais assistencialistas, além de outros mecanismos das políticas estatais.

Com ligeira análise dos vínculos históricos que produziram Iranduba, pretendi confirmar que o processo de formação desta cidade decorreu de uma intervenção do Estado com o intuito de promover a "integração" dos produtores ribeirinhos ao processo de acumulação capitalista na região. Como observa Ianni, "a crescente subsunção formal do trabalho camponês ao capital poucas vezes é acompanhada da conquista dos direitos de cidadania" (Ianni, 1986, p. 90).

Na formação de vilas e cidade na região em estudo, o intervencionismo do Estado insinua-se no bom estilo populista-clientelista, deixando transparecer a idéia de que esta iniciativa se dá como atendimento às "reivindicações populares", como aponta um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amazonas:

*"[...] Iranduba resultou das reivindicações dos ribeirinhos, porém logo as ações políticas são desenvolvidas aproveitando-se dessas reivindicações".*

A criação da vila de Iranduba, por um lado, interessava ao Estado, que visualizava a perspectiva de, com a preservação da mão-de-obra familiar e a reorganização do trabalho agrícola, solucionar os problemas de abastecimento urbano; por outro, atendia aos anseios dos ribeirinhos, que buscavam a garantia de direitos sociais e a legitimação de sua existência como ser coletivo. Segundo um chefe político local, a criação da vila decorreu de sua intermediação política como representante da localidade:

*"[...] nós fomos pra lá com o intuito de conseguir atender um pedido de um compadre meu, o velho Isaias, que já faleceu; ele disse: compadre, olhe compadre, lá sã tem duas escolas. Uma é do seu Edgar, ali junto do Porto de Iranduba. Então eu consegui, com meu esforço de deputado, diversas escolas no ano de 1963: mais oito escolas. E começamos a fazer um serviço ali em benefício daquele pessoal. Então, enquanto assumiu a Prefeitura de Manaus,*

o meu compadre, pai do meu... padri-  
nho do meu filho, hoje prefeito... eu  
fui com ele como deputado e disse: com  
padre, eu vim fazer reivindicações pa-  
ra que seja feita uma vila assim em  
Iranduba. Disse: olhe... com solici-  
tude ele mandou construir o Grupo Es-  
colar, uma Delegacia, um Posto Mēdi-  
co, uma casa para o administrador e ou-  
tros benefícios lã. O povo ficou ani-  
mado com ele... e comigo (gargalhada)"  
(Deputado estadual no Amazonas).

Em seu pronunciamento, o "chefe político" deixa transparecer que as decisões tomadas e as soluções dadas aos problemas regionais se fundamentam numa prática clientelista-assistencialista cujas raízes se encontram na história do coronelismo no Brasil. Essas relações têm na sua base a idéia de concessão, de outorga de direitos pelo Estado, compreendido pelos governantes como força autônoma, acima da sociedade.

Na sua trajetória histórica, os produtores ribei-  
rinhos têm a marca do senhorio exercido pelos "Coronéis de  
Barranco", que determinava o limite do poder de barganha  
desses grupos. Durante muitas décadas, os "coronéis" exer-  
ceram controle social das populações rurais pelo domínio de  
grandes áreas de terras constituídas de vastos seringais,  
e, ainda, pela prática do "aviamento", que submetia os se-  
ringueiros ao sistema semi-escravagista no qual exerciam o  
papel de feitores, intermediários do capital internacional.  
Este domínio ampliava-se à medida que outras segingueiras

eram localizadas na floresta, pela invasão das terras indígenas, como já foi referido antes.

Com o declínio da produção da borracha, as grandes propriedades dos coronéis esvaziaram-se, tanto pela fuga em massa dos seringueiros, como pela cessação de investimentos de capital estrangeiro, que se transferia para os países asiáticos. Posteriormente, essas terras foram transformadas em campos de pastagens ou se tornaram áreas estéreis destinadas à especulação agrária. Alguns coronéis, em pobrecidos devido às mudanças, deslocavam-se para as outras atividades, principalmente as comerciais.

A força política dos coronéis por muito tempo influenciou as relações sociais e de trabalho das populações rurais. Os coronéis reapareciam, assim, sob nova forma, com nova configuração, na presença dos grandes proprietários, dos grandes empresários, modernizando as formas de exploração econômica da região, como representantes do grande capital, impondo às populações rurais novas formas de dominação.

Na análise sobre o campesinato e a sociedade nacional, Ianni (1986) sustenta que, na incorporação do camponês ao mercado, "*subsistem laços de dominação característicos do clientelismo-coronelismo, caciquismo e mandonismo*"; e, ainda, que essa incorporação se dá de forma brutal, acompanhada de desigualdades econômicas, sociais, culturais e raciais. Assim como os índios, os grupos sociais constituídos por pequenos produtores ribeirinhos nunca foram

incorporados à sociedade nacional. As suas reivindicações nunca foram atendidas, senão com atraso. Sempre ficaram a critério de representantes políticos, geralmente detentores do poder econômico local, que as aliavam aos seus interesses pessoais ou partidários de ampliar e fortalecer o seu reduto eleitoral, bem como aumentar o controle político sobre as populações rurais.

Ao serem atendidas as reivindicações, predominava, nas medidas tomadas para este atendimento, a ótica dos governantes em conivência com os interesses dos empresários, chefes políticos e outros representantes dos setores dominantes da sociedade. Ianni (1986, p. 87-95) mostra que, *"na escala da 'cidadania' - e no Brasil há uma larga escala de cidadãos de primeira, segunda e diversas outras classes - o trabalhador rural está sempre nos últimos lugares"*.

Somente quando passam a constituir reserva de mão-de-obra - como trabalhadores ou reduto político-eleitoral - é que o reconhecimento de sua *"cidadania"* torna-se relevante para o Estado que, ainda assim, os mantém como *"cidadãos de segunda classe"*.

Em resumo, pode-se afirmar que a criação das vilas e cidades nesta região, e especificamente a vila de Iranduba, decorre de um processo intervencionista, em que as reivindicações das populações rurais são utilizadas pelo Estado na produção de formas de integração das mesmas. Assim, como resposta à essas reivindicações, os direitos fundamentais passam a ser atendidos sob a forma de *benefícios*

concedidas através de políticas sociais. Essas respostas vão introduzir mudanças na organização dos ribeirinhos. Estes, por sua vez, respondem resistindo a essas imposições, através de formas de preservação de seu modo de vida na várzea.

### 2.3 A morada dos ribeirinhos na várzea

Nem sempre a divisão geográfica oficial corresponde ao modo como os homens se organizam nesse espaço, pois a visão que constroem do mundo, seu modo de conceber a vida e, portanto, de produzir sua existência diferem profundamente dos procedimentos usados pelo Estado, que se empenha em subordiná-los ao desenvolvimento capitalista, reorganizando-os num sistema unificado, rompendo os seus laços étnico-culturais, a unidade entre o trabalho e a vida, entre o homem e o seu lugar.

Para se compreender o processo de violência cultural e social vivenciado pelos ribeirinhos de Iranduba, objeto deste trabalho, quando foram submetidos à travessia da várzea para terra firme produzida pelo Estado autoritário em 1976, é necessário conhecer como o ribeirinho produziu e reproduziu a sua existência no contexto da várzea onde inicialmente habitava.

A distância entre a cidade de Manaus e a vila de Iranduba na várzea corresponde a quatro horas de viagem fluvial em embarcação denominada "motor-da-linha" ou "recreio"

- embarcação regional de pequeno porte - que estabelece a ligação entre a capital e o interior do estado do Amazonas, principalmente com os locais de mais difícil acesso.

Até a década de 60, o transporte fluvial constituía o único ponto de conexão entre Iranduba e Manaus. Com a construção da Rodovia Manuel Urbano, tornou-se possível o acesso "por terra" ao local. O percurso entre Manaus e a Vila de Iranduba corresponde atualmente a 25 km<sup>2</sup> em linha reta, após a travessia do rio Negro por meio de balsa.

A construção da rodovia não provocou alterações no movimento das embarcações, uma vez que a maior parte da produção agrícola está localizada na várzea e o seu escoamento continua a depender do transporte fluvial. No entanto, este acesso torna-se difícil no período em que as águas baixam, pois a quantidade de embarcações diminui.

A Vila de Iranduba, tomada como espaço concreto para a realização deste estudo, foi criada em 1964, na gestão do Dr. Paulo Pinto Nery como Prefeito de Manaus, na localidade de Costa do Iranduba, abrangendo uma área de várzea correspondente a 390 km<sup>2</sup>, situada na margem esquerda do rio Solimões. No local foram construídos alguns prédios, onde se instalaram a Administração, a Delegacia de Polícia, o Posto de Saúde e um grupo escolar, além de nove casas para abrigar os funcionários da Administração.

A localização e organização espacial dos ribeirinhos na várzea não se moldam pelos critérios estabelecidos pela divisão regional oficial. Dois pontos de referência constituem o código de comunicação dos ribeirinhos: as características do ecossistema - várzea e terra firme - e o movimento dos rios; assim, ao se deslocarem para outras "colocações" usam expressões como "vou subir para terra firme", "vou baixar para Manaus", "moro no Solimões", na "altura do Iranduba" ou "moro na várzea". Conceitos como município e vila não são comumente usados pelos ribeirinhos.

Para os ribeirinhos, a localidade diferencia-se da vila; na localidade predominam as suas concepções de vida, suas formas de organização sedimentadas nessas concepções. A vila pressupõe uma estrutura jurídico-administrativa em torno da qual agrupam-se, direta ou indiretamente, as localidades circunvizinhas. A organização dessa estrutura jurídico-administrativa representa uma instância de poder do Estado e, como tal, se insinua como resposta a reivindicações dos ribeirinhos por serviços básicos como educação e saúde, intervindo, porém, abruptamente no modo de vida dos produtores.

Na localidade, os laços de solidariedade existentes entre o grupo familiar e a vizinhança são fortalecidos através de práticas sociais. Seu modo de vida é idêntico; são, na maioria, posseiros que alternam trabalho agrícola na várzea e trabalho assalariado ou sobre-trabalho em outros setores de produção, nos períodos das cheias dos rios.

A fertilização anual das várzeas evita o deslocamento constante dos ribeirinhos para outras "colocações", como ocorre com pequenos produtores de terra firme; estes, frequentemente, deslocam-se para outras terras, tanto pelo desgaste dos solos cultivados, quanto pelas políticas de privatização de terras na Amazônia.

Na Costa do Iranduba, bem como em outras localidades incorporadas no município em 1982, as formas de agrupamento mais comuns são times de futebol, festas religiosas, grupos de cooperação para o trabalho (mutirão, ou ajuari), escola, igreja, sendo geralmente a igreja ou a capela o núcleo em torno do qual os ribeirinhos se reúnem.

As relações solidárias na várzea não extinguem a existência de conflitos internos nos grupos, ameaçando a fragmentação dos mesmos. Esses conflitos, em geral, surgem no momento da demarcação de limites dentro da localidade. Os ribeirinhos, por estarem subordinados às formas engendradas pelo Estado para intervir na utilização das terras de várzea, e por não conhecerem as formas legais para demarcação de suas fronteiras, são obrigados ao pagamento de taxas no Cartório autorizado para este fim, sem o qual não podem titular a posse de suas terras; isto provoca "brigas" entre vizinhos que podem chegar a situação extremas, em decorrência do alto preço das taxas exigidas pelo órgão responsável pela demarcação, as quais muitas vezes não podem ser pagas pelos pequenos produtores. Na maioria das vezes, porém, esses conflitos não chegam a romper as relações entre

a vizinhança; pelo contrário, fazem parte do cotidiano do ribeirinho conformando a estrutura interna do grupo social.

Nas entrevistas realizadas, os ribeirinhos falam ainda de outros conflitos que enfrentam na ocupação das terras da várzea. Tais conflitos estão relacionados, inicialmente, com as alterações causadas pelas enchentes que, principalmente nos últimos anos, têm sido catastróficas, em decorrência da agressão ao meio ambiente provocada pelos autoritários "pacotes de progresso" que estão sendo desenvolvidos na Amazônia; e, posteriormente, com a tendência crescente (a médio e longo prazos) de incorporação das várzeas no desenvolvimento da pecuária. Relatam que, após terem ocupado durante longos anos as áreas de várzeas tendo ali suas vidas organizadas, era muito comum receberem "visitas" inesperadas de antigos posseiros que arrendaram ou abandonaram a terra nomeando-se proprietários, inclusive de áreas que foram acrescidas por deposição dos sedimentos orgânicos trazidos pela correnteza do rio:

"(...) Eu cheguei ainda era menina, aí, depois muitos anos, apareceu um cara pretão meu pareceiro, que queria botar o pessoal na marra, pedia na marra, ainda houve briga, só não houve morte. A ilha do Jacurutu antes era menor, parte onde nós tava cresceu com as enchentes" (Professora rural da várzea - 1).

"(...) A ilha de Maria Antonia, quando nós chegamos, o meu pai, eu cheguei na ilha era dum senhor chamado Varela, a

*ilha tinha 300 metros, era dele; como a ilha foi crescendo com o tempo, ele considerou a ilha toda dele. Em nome, era dele mas em documento legal, 300 metros era dele. E quando nós chegamos a Maria Antonia, essa ilha, já tinha 1.200 metros mais ou menos, tinha uma marca, tinha tudo; esse senhor já era idoso e acredito até que ele era novo quando considerava dono. Mas, quando meu pai chegou lá ele invadiu" (pequeno produtor ribeirinho - A).*

Tanto na Costa do Iranduba como em outras localidades incorporadas ao município (de Iranduba), em 1982, a religião predominante é a católica, como ocorre na maior parte do Brasil. Nesta região, a população existente na formação da vila na várzea é, na maioria, formada por nordestinos que, na sua relação com os índios, tanto mantiveram suas crenças religiosas anteriores quanto assimilaram mitos e crenças dos nativos, geralmente produzidas como explicação para os fenômenos regionais. A liderança da Igreja Católica mantém-se predominante na região (através da difusão do conjunto de dogmas que sustentam suas práticas). Sempre é designado um padre para atender às localidades, o qual é convocado em ocasiões especiais, como realização de batizados, casamentos e cerimônias religiosas nos festejos aos santos padroeiros de cada localidade:

*"(...) lá na várzea as pessoas trabalhavam, depois arranjavam seus namorados e casavam; casava aí mesmo diante do juiz; tinha aquelas sedes, tinha muitos*

*jovens, tinha muito divertimento, jogos, arraial, igreja; o padre sempre visitava as igrejas, nê? Casamento, batizado, tudo eles faziam. O pessoal fazia arraial, era bem divertido lá na várzea" (pequena produtora ribeirinha - E).*

A igreja constitui o núcleo de convergência de todas as famílias que formam o grupo de vizinhança. Nela, nos dias de festa, todos se reúnem para prestar homenagens, cultuando os seus padroeiros. As construções das igrejas são feitas coletivamente, através de contribuições arrecadadas nos arraiais e sob a orientação do padre ou seu representante:

*"[...] no dia da festa de São Francisco meu pai carregava melancia nas costas até a igreja e lá era leiloada pra pagar promessa" (pequena produtora ribeirinha - I).*

Em alguns casos, a igreja é construída por um único indivíduo, que se distingue dos demais pelo poder econômico que exerce na localidade:

*"[...] a festa acabou porque o fazendeiro que era dono da igreja no local vendeu o local" (pequena produtora - I).*

Possivelmente, o fazendeiro referido neste depoimento reúne características de agricultor, pecuarista e comerciante local que, além de deter o poder econômico na

região, manipula outras dimensões da vida local (a política, educação, etc.).

Nas entrevistas realizadas, os ribeirinhos referem-se sempre aos "*vizinhos remediados*", ou seja, aqueles que, além da posse da terra — seu principal instrumento de trabalho e reprodução social —, detêm outros meios que facilitam sua sobrevivência na várzea e representam uma tênue diferenciação, como por exemplo, um motor que transporta a produção para as feiras na cidade. De modo geral, porém, os grupos sociais na várzea não apresentam grandes diferenças entre si no que diz respeito aos seus valores e práticas sociais, sendo quase todos pequenos produtores agrícolas voltados para o trabalho familiar, constituindo o grupo específico desta análise.

Na divisão do espaço geográfico da várzea, os ribeirinhos costumam separar áreas distintas para o roçado de subsistência, o roçado de fibras, a pequena criação (galinhas, porcos e algumas cabeças de gado), dispondo a casa estrategicamente como centro de ligação entre a dimensão da vida doméstica — que se realiza no interior da casa — e a dimensão do trabalho (roçados, criação e atividades complementares: caça, pesca, extrativismo).

As casas, feitas de madeira e palha, são construídas nas pequenas elevações de terra situadas acima da marca da enchente, próximo ao roçado de subsistência onde são cultivados produtos do consumo direto. Estas pequenas

elevações de terra formam as várzeas altas ou terras altas – "capoeira alta" ou "vage alta", na denominação regional. O roçado de juta fica nas terras baixas ou várzeas baixas situadas perto do rio: também recebem a denominação de "terras de lama", na linguagem regional, não só por serem inundáveis ou alagadiças, mas por expressarem as deploráveis condições em que se realizam as operações para o cultivo da juta, como observa uma pequena produtora de juta:

"[...] nós trabalhava na lama, meio corpo dentro da lama pra cortar a juta"  
(pequena produtora – B).

Na construção de suas casas, os ribeirinhos preservam a mata ciliar – árvores nativas que produzem frutos e sementes que servem de alimento para os peixes – garantindo, assim, a conservação da fauna e sua própria sobrevivência. Ao redor das casas são plantadas árvores frutíferas que vão constituir o complemento de sua alimentação. Também são abertos caminhos ("picadas") que descem da frente da casa até o pequeno porto da "canoa".

Grandes distâncias são observadas entre as moradias, o que denota um aparente isolamento entre as unidades familiares. Na ótica de alguns empresários locais e outros de fora da região, esse isolamento é interpretado como uma inadequação dos ribeirinhos à "vida nucleada", uma rejeição a contatos sociais. Em 1977, os consultores técnicos contratados pela Prefeitura de Manaus para implantar uma empresa agrícola no município de Iranduba apontaram:

"[...] a restrição que se poderia oferecer à transferência dos habitantes das áreas ribeirinhas seria sua inadequação à vida nucleada. Tal restrição poderia vir a ser levantada porque impera, em geral, a idéia de que o homem rural gosta de viver isolado, se esquiva de contatos sociais e resiste a morar em núcleos urbanos. Cabe destacar, porém, que embora o habitat disperso tenha sido a forma dominante de povoamento do nosso meio rural, ele não é geral no Brasil e muito menos tende a ser definitivo" (Empresários).

Para contrapor-se às formas de integração pretendidas pelo Estado através dos seus agentes, os ribeirinhos criam e recriam formas para preservarem as terras de várzea que representam, ao mesmo tempo, a sua moradia ou seu espaço geográfico e o espaço de sua reprodução social. Os discursos dos agentes do capital estão contaminados pela ideologia do desenvolvimento e da modernização da agricultura, não lhes sendo possível perceber que

"na várzea é distante um morador do outro porque o ribeirinho permite ter um pedaço de terra maior; é um aglomerado, só que é mais distante um do outro, né?" (pequeno produtor ribeirinho - G).

A dispersão e o isolamento presentes no modo de ocupação da várzea não significam uma oposição à "vida nucleada", a "vida civilizada", idéia implícita no discurso

dominante. As distâncias expressadas na descontinuidade entre as moradias decorrem de alguns fatores: primeiro, pela existência de grandes extensões de várzea que permitem aos ribeirinhos ter acesso a áreas de terra mais amplas; segundo, pelas formas de preservação e organização social do espaço da várzea, baseadas em relações de parentesco e vizinhança (dentre essas formas, as principais são o casamento e a herança); terceiro, pela noção de espaço que os ribeirinhos têm com base nas relações de trabalho, relações religiosas e relações de parentesco e vizinhança, imbricadas entre si, que orientam a sua percepção.

Laços de sangue, laços de compadrio e ainda laços de aliança constituem as relações de parentesco e vizinhança. Assim, irmãos, tios, compadres, afilhados se espalham pela várzea compondo os grupos familiares interligados por essas relações. Para os ribeirinhos, as distâncias geográficas entre as unidades parecem reduzidas pelo vínculo que os une, tanto que, ocorrendo "migrações" para outros lugares, não há rompimento dessas relações.

A herança é o processo pelo qual os ribeirinhos legam a seus filhos a sua parcela, seguindo critérios diferenciados para homens e mulheres:

"[...] a propriedade da terra vem por herança através dos pais, pais passa pra filhos, filhos passa pra netos" (pequeno produtor ribeirinho - H).

O filho homem, ao casar-se, recebe uma área de terra onde vai organizar sua sobrevivência, cultivando a sua própria roça e construindo a sua casa. A mulher, com o casamento, acompanha o marido, com o qual vai se repetir o mesmo processo. Ocorre ainda que, após muitas divisões, um dos filhos - geralmente o mais velho - adquire a parte dos demais e estes avançam em terras livres, ou migram para as sedes urbanas intermediárias, ou para a capital. O processo de sucessão da posse começa quando o pai ainda é vivo.

A sucessiva partilha de terras entre os filhos pela herança ou casamento entre vizinhos dá origem a laços de parentesco e vizinhança solidamente estruturados, formando - se uma rede de relações que caracteriza a sua existência na várzea. Essa prática vai repetir-se nos centros urbanos onde, convivendo com valores e práticas diferentes, os ribeirinhos que migram para a cidade, indo aglomerar-se nos bairros "periféricos", dividem com filhos e/ou parentes o pequeno espaço de terra conseguido por meio de "invasões"/ocupações.

## **2.4 Processos de trabalho e subsistência na várzea**

### **2.4.1 Processo de trabalho**

O trabalho agrícola na várzea de Iranduba desenvolve o plantio da roça para subsistência e o da juta e da malva (fibra nativa).

Este trabalho começa com a preparação da roça de subsistência, a qual compreende três etapas: a) a primeira etapa é a roçagem do terreno ou a "limpa", que consiste na remoção ("capinação") da vegetação rasteira com o uso do terçado (facão), sendo necessários, para a realização dessa tarefa, mais ou menos seis dias de trabalho; b) a segunda consiste na "derruba-de-paus", ou seja, no corte de árvores com a utilização do machado. O mato (cipós e pequenas árvores) e os galhos das árvores maiores são deixados expostos durante mais ou menos seis semanas para secagem, iniciando-se em seguida a queima; c) a coivara ou encoivamento constitui a etapa final, consistindo no empilhamento dos galhos e troncos que não queimaram e fazendo-se com eles uma outra fogueira.

O trabalho de preparação da roça de subsistência está, assim, concluído. Este processo de preparação da roça para o plantio é assim descrito nos versos de um poeta regional:

*"Com a derrubada pronta  
O roçado estava terminado  
Para a madeira secar  
Com a força do verão  
Para melhor ele queimar  
E quando estava bem seca  
Era época da queimada  
  
E depois de encoivarem  
Começavam a plantar  
Eles plantavam tudo  
De tudo que era possível  
mandioca e gergelin*

plantavam milho e feijão  
 necessário comestível  
 Plantavam também abóbora  
 a macaxeira ou aipim  
 Plantavam a gengibre  
 Também plantavam carã  
 Plantavam o maxixe  
 e também o mudubim  
 Plantavam a melancia  
 E também o arizã  
 Plantavam os seus roçados  
 Eles plantavam assim" (Lira, 1983, p.13).

O trabalho de preparação da roça é realizado nas várzeas altas ("vaga alta" ou "capoeira alta") e destina-se ao plantio de milho, feijão, mandioca, macaxeira, produtos que vão constituir a dieta alimentar do ribeirinho. Além do roçado de subsistência, é muito comum encontrar-se em áreas bem próximas (quintal) das casas um "canteiro" onde se planta "cebolinha" e "cheiro-verde", temperos básicos usados no preparo do peixe.

Outro processo de trabalho desenvolvido pelos ribeirinhos na várzea de Iranduba é a preparação da "vazante" para roça da juta, que difere do roçado de subsistência em dois aspectos: primeiro, a "vazante" destina-se à plantação da juta e é realizada na várzea baixa, isto é, nas terras baixas alagadiças, denominadas pelos ribeirinhos como "terra de lama", conforme explicação anterior.

A proximidade dessas terras com o rio dispensa o trabalho de "queimada" e "coivara", como acontece com a

preparação da "noça de subsistência". O processo de preparação da "noça de juta", nas décadas de 50 e 60, é descrito por uma ribeirinha:

"(...) Fiz uma vazante sozinha, capinei a canarana com o terçado, depois derribei os paus e a água vem e cobre e quando sai leva embora a maioria dos paus; a maioria dos paus bôia, é a orana, embaúba (...) aã a gente semeia a juta. Chama-se a isto 'vazante'". (pequena produtora ribeirinha - B).

O trabalho do produtor ribeirinho é condicionado pela vida cíclica do rio, isto é, pelos períodos de enchente e vazante dos rios. Todos os anos, no mês de junho, as águas começam a baixar, e tem início a vazante. Este período estende-se até os meses de novembro e dezembro, quando começa a enchente. É este ciclo que vai determinar a época do plantio e da colheita da produção.

A "estiagem" ou verão é o período de maior atividade agrícola na várzea, quando toda a unidade familiar vai trabalhar na preparação da terra para o plantio e colheita, de acordo com a divisão de tarefas já descritas neste capítulo.

A jornada de trabalho familiar começa às 6 horas da manhã e termina às 17 horas, mantendo-se intervalos para "descanso".

A temperatura é fator determinante na definição do total de horas e do tempo de trabalho necessário para a

preparação das roças, plantio e colheita, requerendo muitas vezes o aumento da força de trabalho já empregada pela unidade familiar. Nesse caso, sua capacidade de trabalho é complementada pela cooperação mútua entre os vizinhos, que pode se dar de vários modos. O primeiro deles, conhecido como multirão ou "ájuri", ocorre geralmente quando os braços dos membros da família não são suficientes para as tarefas do ciclo agrícola. Também realizam esta prática no caso de grandes enchentes que ameaçam a produção, provocando a necessidade de realizar a colheita rapidamente. Nesse caso, o chefe de família organiza grupos de trabalho cooperativo formado por vizinhos; nesta prática, a responsabilidade por todas as despesas para a realização do trabalho fica por conta do dono do terreno, cabendo às mulheres a tarefa de preparação das refeições. Do mesmo modo, todos se auxiliam mutuamente, havendo retribuição entre as famílias produtoras em momentos idênticos. A retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva, devendo a família que a recebeu, juntamente com outros, auxiliar outra família em caso de necessidade.

Outra processo de ajuda mútua é a troca de dias de serviço, que difere basicamente da forma anterior. Ocorre na situação em que uma família ribeirinha não é suficiente para a realização de uma tarefa que exige rapidez. Essa rapidez, em geral, decorre de um momento crítico do processo de trabalho. Nesse caso, o ribeirinho pede ajuda a um vizinho. Esta ajuda, porém, é individualizada, e as

horas de trabalho empregadas pelo vizinho, ao serem retribuídas, têm como medida o tempo gasto na jornada de trabalho:

*"Era por dia que eles ganhava, era um dia trocado pra receber outro" (pequeno produtor ribeirinho - H).*

Dessa forma, as práticas de ajuda mútua são fundamentais para a reprodução do processo de trabalho na várzea, ocorrendo regularmente. São formas encontradas pelos produtores para prover a própria sobrevivência, a fim de subsistirem solidariamente ao processo expropriador do capital.

#### 2.4.2 A subsistência familiar

A subsistência da família ribeirinha é suprida pela existência de mananciais de caça e pesca, árvores frutíferas e de corte, além dos solos férteis da várzea onde ela produz alimentos que vão compor a sua dieta alimentar, sendo o peixe e a farinha os alimentos básicos dessa dieta. As práticas alimentares dos ribeirinhos aparecem de maneira controvérsida nas suas falas. O que para uns é no meado como "*fartura*", para outros é caracterizado como "*carência*", como pode ser observado nos depoimentos a seguir:

*"[...] a alimentação da gente na várzea era muito sofrida, carente. Eu digo carente porque a gente não tinha*

uma alimentação completa no horário de terminado. Lá pra nós num existia facilidade. Muitas vezes a gente tomava café simples, às vezes com bolacha, às vezes com macaxeira, essas coisas são fortes. Mas muitas vezes não são complementadas. Era uma alimentação furada, né? E às vezes a gente pra comer carne lá na várzea era muito difícil; galinha, só quem criava; carne, a gente comia... num chegava a comer dez quilos de carne durante o ano, já vinha comer carne era no período da juta, era o período que mais circulava carne" (pequeno produtor ribeirinho - A).

Para outros ribeirinhos, a prática alimentar da várzea é relembrada assim:

"[...] e no interior [...] a gente plantava batata, macaxeira, tem mamão, tem banana, tudo, né? tudo a gente tem [...] e eu digo pro meu filho, olha meu filho eu criei vocês tudo de barriga cheia, nós tínhamos gado, não era muito, mas todo dia dava pra tirar 10 litros de leite, se fazia coalhada aquelas latas de creme de milho (canjica), se fazia aquele cuscuz coberto com aquela nata de coalhada, leite que eles ficam suado de tanto comer aquelas coisas fortes" (professora rural da várzea - 2).

Referem-se também a processos de armazenamento de alimentos, a fim de suprirem suas necessidades durante o período das alagações do rio, quando não podem produzir na várzea:

"Meu pai, a casa dele era cercada de tambores e caixas. A caixa é de 10 alqueires e tem tambores assim cercando a casa que é de madeira, né? Ele coloca a farinha dentro do tambor e a farinha dura de um ano pro outro. Os tambores ficam cercando a casa mas por dentro dela..." (pequena produtora ribeirinha - C).

Segundo as informações dadas pelos ribeirinhos, os alimentos mais comuns nas refeições diárias são: na primeira refeição, café, bolacha, pão, macaxeira, tapioca, cus-cuz de milho (algumas vezes); na segunda refeição (almoço), peixe assado, cozido ou frito, farinha; arroz (às vezes), banana ou óleo comestível, cheiro verde, pimenta, macaxeira, banana (em geral cozida), batata-doce, cará, melancia e jerimum ou abóbora; no jantar repete-se o que foi comido no almoço; no intervalo entre a primeira e a segunda refeição, costumam reforçar o café da manhã com uma merenda constituída de peixe (assado ou frito) com farinha, banana e algum refresco.

Os peixes mais comuns na região são o jaraqui, pacu, sardinha, acari e o tambaqui; são pescados quase diariamente, dependendo da quantidade de componentes da unidade familiar. A atividade da pesca realiza-se nos lagos,

beiradões dos rios, especialmente no período da vazante, quando ocorre a fartura de peixes ou "piracema"; a pesca é feita com o uso do caniço (arpão) e tarrafa e os peixes são armazenados pelo processo da "salga".

Os alimentos consumidos pelos ribeirinhos são, na maioria, produzidos na várzea - farinha, feijão, milho, batata-doce, macaxeira, cará, etc. O excedente da subsistência é comercializado na troca de outras mercadorias de primeira necessidade (querosene, açúcar, óleo, sal, etc.).

Se há momentos em que os ribeirinhos podem comparar a "fartura" que existiu na várzea em épocas anteriores, com a época atual, é porque percebem o grau de exploração a que estão submetidos, pois os preços dos produtos industrializados aumentam sempre no mercado, sendo corrigidos de acordo com a inflação, enquanto os seus produtos são desvalorizados continuamente. A necessidade de obter aqueles pela venda desses faz com que intensifiquem cada vez mais a produção familiar, ocasionando com isto a auto-exploração da força de trabalho de seus componentes. O empobrecimento do ribeirinho aumenta à medida que o processo de modernização da agricultura é imposto no meio rural, transformando a produção de mercadorias em produção de mais-valia (Oliveira, 1977, p. 139-47).

Os diferentes depoimentos mostrados anteriormente referem-se a períodos bem distantes entre si, podendo-se perceber que atividades de subsistência realizadas nas décadas de 40, 50, até 60 já sofreram modificações, como por

exemplo: as criações domésticas comumente praticadas na várzea (galinhas, suínos, pequena criação bovina) deram espaço à "roça de juta", pela ilusão que têm os ribeirinhos de que conseguem venda garantida no mercado, sem perceberem que essa atividade significa a diminuição das taxas de "fertilidade" necessárias à reprodução da força familiar, pela substituição da produção de valores de uso pela produção de valores de troca ou mais-valia. Observando-se o depoimento de um pequeno produtor, é possível verificar-se que:

"[...] chegou um determinado tempo em que a juta não teve mais sentido, né? Eu vi que a juta ia me prejudicar. Meu pai também tava ficando velho, é um homem já com 65 anos; nasceu na agricultura e praticamente vai morrer dentro dela. Aí eu fiz questão de tirá-lo de lá, era trabalho de juta, tava ficando muito doentio e eu via depois que eu também comecei a pensar um pouco e fazer umas análises em cima do meu trabalho, né? Os meus companheiros que nem Baima, Paulino, dizia: rapaz, Doca, tu faz um cálculo do teu trabalho, pega, senta prá ver se isso tá dando lucro ou prejuízo. Isso me ajudou muito, viu? (pequeno produtor da várzea - A).

#### 2.4.3 Formas de comercialização da produção ribeirinha

Na relação de comercialização que os produtores ribeirinhos estabelecem, através do confronto direto no mercado,

descobrem a situação de desigualdade em que se encontram, pois a medida que os seus produtos são vendidos a preços mais baixos, eles pagam preços mais altos pela mercadoria que necessitam, como é exemplificado neste relato:

"[...] o ano passado [1986], o quilo da juta era dez; com dois quilos de juta se comprava uma lata de óleo. Agora a juta tá de quarenta e o óleo de 120. Hoje é preciso três quilos de juta pra comprar uma lata de óleo" (pequeno produtor ribeirinho - A).

E, ainda, expostos a uma troca injusta no mercado e sem embarcação para realizar a travessia de seus produtos - o que lhes garantiria melhor preço - os ribeirinhos sentem-se obrigados a optar pelo "frete", o que contribui para o aumento de suas dificuldades. O produtor ribeirinho vê-se fragilizado na cadeia de relações comerciais, representando o elo mais fraco dessas transações; obriga-se a vender o seu produto para o intermediário, o "negatão" ou o comerciante local, que mesmo mantendo-o endividado, favorece a venda por ter acesso aos lugares mais difíceis e distantes no interior.

Na economia do ribeirinho não há lugar para uma reserva monetária pela crescente sujeição aos intermediários ou atravessadores. Esta situação decorre da ausência de uma política de preços que atenda às reivindicações dos produtores rurais da várzea.

Na década de 30, existia em Manaus apenas um canal de comercialização da produção ribeirinha — o Mercado Municipal Adolfo Lisboa, ou Mercado Grande —, situado estrategicamente na Escadaria dos Remédios.

A partir dos anos 60, foram criadas as feiras do produtor através da implantação das Centrais de Abastecimento do Amazonas (Ceasa).

No depoimento de um pequeno produtor, observa-se uma das formas de travessia da produção e comercialização agrícola, na década de 20:

"Eu conto meu passado, porque contando os passado da gente é romance, né? Estou com 74 anos, nasci em 1912, aí eu conto, desde quando tive uma infância de conhecimento; antes de mirar os 120 anos, eu já contei; já estou contando o que passou-se na minha vida. Então nós tãvamos com meus pais; eles tinham um sítio muito grande, vendia laranja e nós viajava para Manaus a remo... Nós vendia lã em Manaus; é laranja, tangerina, todas fruta, farinha, então nós vendíamos lã em Manaus. Então naqueles tempo, nós saímo de casa, assim meio-dia. Remava, pegava o Xiborena lã naquela, que chama Boca do Solimões, né, abaixo na boca do Careiro, então nós chegava em Manaus, as vez três horas da madrugada, nós ficávamos lã em Manaus, assim a 'beira-mar' esperando que os 'quarteiro' vinha, viesse comprar. Não tinha quem comprasse senão

o *quarteiro*; esperava eles, *ã* eles chegavam, com um guarda-chuva, assim, com furador, cheirava a farinha, eles furavam o *paneiro*, via se era bom ou não, *fruta*, mesma coisa, eles chegavam, *espiculavam tudinho* o que *nôs* levava. *ã* eles faziam *negôcio* com a gente, a gente *jã* tinha aquele prazer de vender para eles, *nê*, a gente *jã* tinha conhecimento com eles. *Nôs* *fazia* a *viagem* a remo, para pegar o *Xiborena* [*Paraná*]. E quando *nôs* viemos, *nôs* *vinha* a '*remo*' de Manaus *atê* chegar em casa. Então nossa casa aqui era mesmo nesse terreno do *Irاندuba*, em cima [*vârzea alta*]” (pequeno produtor ribeirinho - D).

A figura do "*quarteiro*", cunhada na fala desse entrevistado, representa possivelmente o comerciante, dono de grandes armazéns situados nas ruas próximas à "*beira-da-praia*" ou "*beira-mar*" (na margem esquerda do rio Negro), lugar conhecido como "*Escadaria dos Remédios*", denominação dada por situar-se na parte frontal à Igreja de Nossa Senhora dos Remédios.

Na época, este era o único ponto de comercialização da produção ribeirinha em Manaus para o qual se dirigiam os produtores de mais posse - os *remediados* - classificados assim porque possuíam embarcação própria: "*canoas*" ou "*igaritês*", "*batelões*" e "*motor de popa*", que geralmente viajavam a remo e/ou a reboque de embarcações mais possantes, exemplificadas no final deste capítulo.

É possível que o "quarteiro" fosse a expressão do intermediário já existente na época, ou seja, aquele que compra os produtos nas embarcações e os repassa por preços mais altos nos mercados municipais e outras casas comerciais. A Escadaria dos Remédios, atualmente, representa apenas um dos espaços onde se realizam formas de travessia da produção ribeirinha. Relações de troca nas quais o pequeno produtor é duplamente explorado. Primeiro, pelo valor que paga pelo transporte de sua produção; segundo, pelo preço atribuído ao atravessador que realiza a intermediação entre o produtor e o alto comerciante.

Na Escadaria dos Remédios, nos dias atuais, o movimento começa logo no início da manhã; a estação de rádio "Voz do Povo Interiorano" - ouvida através de possante "auto-falante" - anuncia a chegada e a saída das embarcações que realizam a travessia da produção ribeirinha, ligando o interior à cidade, comprovando assim que, nesta situação concreta, não há desvínculo entre o rural e o urbano, como é comprovado sociologicamente.

Lanchas, canoas, batelões, motor-da-linha ou recreio são as muitas embarcações que aportam à cidade de Manaus, abarrotadas de produtos trazidos de diferentes localidades do interior do estado, protegidas por lonas ou folhas de bananeira, conforme as "posses" do dono da produção ou a qualidade do produto transportado.

Com a contínua chegada das embarcações, logo se intensifica o movimento dos "carregadores", que transportam

para terra firme a produção ribeirinha. Além dos carregadores, aparecem também os vendedores ambulantes ou "camelôs" – pequenos comerciantes migrados do interior –, apressados em organizar seus pontos de venda em filas paralelas que se estendem até o porto, onde são atracadas as embarcações no período de estiagem.

O som da "*Voz do Povo Interiorano*" funde-se com o movimento de embarque e desembarque, de encontro e desencontro do mercado que ali se realiza, sustentado pela exploração exercitada nas transações comerciais onde se misturam pequenos produtores, atravessadores ou intermediários, pequenos, médios e grandes comerciantes. Esse processo de troca desigual, ao qual está submetido o pequeno produtor ribeirinho, ao levar seus produtos ao mercado, não se dá por um ato voluntário e nem casualmente.

Esta situação decorre de determinações estruturais e conjunturais que, a partir da década de 30, intensificaram-se na Amazônia. Como já foi observado, não há uma política de mercado justa para os produtores. Não há garantia para o produtor. Por outro lado, os órgãos criados pelo Governo para atendimento da área rural atuam como mantenedores das ações paternalistas e clientelistas do Estado.

Enquanto alguns produtores deslocam-se até Manaus para comercializar os seus produtos, outros, por terem menos recursos e por residirem em lugares de mais difícil acesso, submetem-se ao comerciante local pelo sistema de aviamen-

permanecendo constantemente endividados, pois o valor de sua produção é sempre inferior ao da mercadoria adquirida do "patrão".

Outra alternativa encontrada tem sido a venda da produção aos vizinhos "remediados" que se deslocam para Manaus.

Com a introdução da cultura de fibras (juta e malva) nas várzeas de Iranduba, na década de 50, os produtores dominaram a técnica do seu cultivo conciliando-o, a partir daí, com o trabalho na produção de subsistência.

Mesmo deslocando-se para a produção de fibras, pela estimulação dada pelo Governo através do crédito bancário e outras ações, muitos ribeirinhos não conseguiram libertar-se do endividamento com o "patrão", pela impossibilidade de terem acesso ao crédito bancário, por não satisfazerem a exigência de documentação.

As sementes são adquiridas não diretamente da indústria mas do intermediário e, com isso, eles mantêm uma relação de dependência. No entanto, não abandonam esse trabalho facilmente, por considerarem que as fibras têm preço garantido no mercado. Segundo depoimento de produtores-juticultores em entrevista para o *Jornal da Amazônia* (TV Amazonas, canal 5) afirmam que não abandonam esse trabalho porque a juta tem mercado assegurado, mesmo que isto os mantenha subordinados a novas formas de exploração; o que não acontece com os produtos alimentares, que não têm garantia no mercado e também por se tratar de produtos perecíveis.

A combinação do trabalho de subsistência com o trabalho da juta introduziu algumas mudanças no modo de vida dos pequenos produtores ribeirinhos, embora estas mudanças não tenham alterado a sua organização como pequena produção familiar.

A juta não constitui um alimento, porém com a renda adquirida na sua comercialização, outros produtos essenciais são comprados. O novo processo, além de produzir auto-exploração da força familiar pelo aumento do ritmo e esforço empregado no trabalho, gera consequências brutais para o ribeirinho, reduzindo a sua capacidade física pelo grau de insalubridade característico do processo produtivo da juta.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Neste processo o pequeno produtor "passa grande parte do tempo — 6 a 7h diárias — dentro d'água. Além disso, com água até a cintura se sujeita ao ataque de cobras, sanguessugas, arraias, além de expor-se a doenças como: verminose, malária, tifo, reumatismo e outras. A colheita é feita na época intensa de chuva, em que os rios, lagos, etc., estão atingindo seu nível máximo. Após esta operação as hastes são afogadas na água do local para sofrerem o processo de maceração biológica. Daí são retiradas 15 a 20 dias após, para serem descorticadas e lavadas. Com isso, o juticultor se vê obrigado a trabalhar por mais 30 dias dentro d'água, dependendo esse tempo principalmente da extensão de área plantada". (Associação de Crédito Agrícola do Amazonas. Cultura da juta. Manaus, Acar/AM, mar. 1970. p. 5. In: Albuquerque, 1984, p. 67).

O processo produtivo da juta — *Corchorus capsularis* ou *Corchorus olitorius* — e da malva (*Urena lobata*) compreende as etapas descritas a seguir: "Prepara o terreno, localizado preferencialmente em várzeas próximas às margens do rio, pelo processo de broca; derruba, queima e encoivara, de acordo com as variações ecológicas; faz o plantio a lanço — jogando as sementes — com enxadas e máquinas 'tico-tico'; efetua tratamentos culturais tais como capinas, desbaste ou 'desfilhamento' e combate às pragas; realiza o corte ou colheita de 120 a 135 dias após o plantio, utilizando-se de facões — terçados; enfeixa e transporta para os locais de afogamento — igarapês, lagos e rios; empilha para maceração e executa as operações de afogamento, desafoamento, descorticação e lavagem; faz a maceração — operação em que os feixes são mergulhados na água corrente; firma, sobre os feixes de juta, toras de madeira — jangadas — ou argila, para impedir que os mesmos flutuem; retira os feixes da água após 15 a 25 dias — desafoamento —

## 2.5 A constituição da força de trabalho na várzea

Em Iranduba, na várzea, a força familiar representa a base de organização da produção e do consumo. Por ser a unidade familiar constituída fora ou anterior ao processo de produção, não deve a análise de sua composição totalizar o significado que a família representa para o ribeirinho, reduzindo-a apenas as suas funções econômicas e de reprodução de força de trabalho.

Os ribeirinhos conservam uma experiência coletiva que é sustentada por um conjunto de crenças, uma relação específica com a natureza, processos de trabalho, modos de vida tendo na unidade da família o lugar onde se produz todo esse sistema de valores e práticas que são cultivados internamente e preservados em todas as relações que estabelecem entre si (membros) e com a vizinhança. Neste sentido, mesclam-se e interagem práticas de trabalho, práticas religiosas e culturais, visões de mundo, definição de papéis sociais, virtudes de respeito, obediência dos filhos para com os pais, que vão constituir a identidade coletiva do ribeirinho.

---

*desatando-os e colocando-os sobre o toro; executa a descorticação, extraindo manualmente a fibra do caule; faz a lavagem, batendo-os na água para retirar os detritos; amarra as fibras em forma de 'molhos' ou 'cabeças', conduzindo-as para os varais de secagem; controla o processo de secagem, revirando as fibras nos varais; enfarda as fibras secas, manualmente, separando as impurezas ainda restantes; transporta os fardos para armazenamento" (Brasil. Instituto de Planejamento Econômico. Centro Nacional de Recursos Humanos. Classificação da mão-de-obra do setor primário. Trabalho elaborado sob a coordenação de Calazans, Maria Julieta Costa. Brasília, IPEA/IPAN, 1977. p.141.*

É essa identidade que atribui à família, além de sua característica de unidade de trabalho e de consumo, a dimensão de unidade de realização. Chauí vem contribuir para esta compreensão mostrando que:

"(...) é na família que se constitui um destino comum, que se elabora um saber sobre o espaço, o tempo, a memória a transmissão de conhecimento e de informações, que se compensa a pouca escolaridade com outros aprendizados transmitidos oralmente e por contato direto" (Chauí, 1986, p.144).

É a família, pois, um espaço pedagógico dominado pelo conjunto de valores que referenciam as práticas sociais dos ribeirinhos em confronto permanente com outros valores próprios de outras classes sociais, configurando-se aí um "espaço de resistências".

Estes laços elaborados e cultivados na família estendem-se ao grupo social maior - a vizinhança - onde são ampliados e solidificados através de relações sociais e de trabalho, produzindo formas de cooperação grupal, sendo as mais comuns a ajuda mútua e o mutirão ou ajuri. Estas formas de cooperação estão presentes em todas as práticas sociais, como festas religiosas, trabalho, etc.; porém elas se tornam mais visíveis como formas específicas de trabalho coletivo, porque é impossível dissociar, na vida do ribeirinho, as suas dimensões social, cultural, religiosa e econômica. Este conjunto de relações constitui a totalidade do seu ser

ainda na condição de produtor. Fragmentá-lo, na análise, ressaltando apenas alguma destas dimensões significa separá-lo de si mesmo enquanto identidade coletiva.

A família ribeirinha constitui-se como "família conjugal" ou "elementar", composta de pai, mãe, filhos, podendo incluir-se neste grupo primário os avós ou outro parente. Enquanto unidade de produção e consumo, difere de outros sistemas econômicos baseados na exploração do trabalho, pois mesmo estando subordinada aos mecanismos de dominação presentes no conjunto de suas relações sociais, suas concepções e práticas divergem da lógica de acumulação capitalista. Esta diferença, como observa Beatriz Heredia, localiza-se na especificidade do "cálculo econômico", cuja base está nas necessidades de manutenção da vida do produtor. Para a autora, o "cálculo econômico" representa a fórmula usada pelo pequeno produtor para decidir sobre a quantidade necessária de trabalho - tempo e ritmo - para sua manutenção ou consumo (Heredia, 1979, p.194).

No caso específico da família ribeirinha, um dos componentes que norteiam este cálculo está fora do seu controle o alto preço dos produtos industrializados que necessita comprar em contraposição aos seus produtos que sempre sofrem desvalorização no mercado.

O resultado, cada vez mais frequente, é o aumento da produção, que vai implicar a auto-exploração do trabalho familiar, a fim de poderem adquirir as mesmas mercadorias

que chegam sempre por um preço mais alto, vão representar o mínimo suficiente para a sua subsistência.

Entretanto, a auto-exploração realizada na unida de ribeirinha não elimina a diferença apontada pela auto-ra, pois o limite da produção continua a ser determinado pela necessidade do consumo da família. Por outro lado, demonstra que o pequeno produtor da várzea não está desvinculado das relações capitalistas de produção, pois participa do mercado através da comercialização dos seus produtos submetidos à troca desigual, consubstanciando-se, neste pro-cesso, formas de extração do excedente ou sobretrabalho do referido produtor.

Mesmo exposta a essa relação desigual no merca-do, a produção do ribeirinho mantém-se regulada pelo consumo, podendo-se observar uma nítida rejeição a outras for-mas de produção que possam alterar as relações internas que se estabelecem no trabalho familiar.

Essas relações internas configuram-se na inexistência de divisão de trabalho nos moldes criados pelo sis-tema capitalista. Na família ribeirinha, todos os membros devem trabalhar de acordo com suas possibilidades e limitações, isto é, a cada membro da família cabe um papel social diferenciado ao qual correspondem tarefas específicas, prevalecendo nessa divisão de tarefas uma classificação por sexo e idade.

Ao pai é legada a autoridade maior no grupo familiar - chefe da família - a quem cabe a responsabilidade de organizar todas as atividades do roçado, estabelecendo o tempo necessário, o tipo de cultivo a ser adotado e todas as orientações gerais para a realização das atividades produtivas. Cabe-lhe, ainda, a responsabilidade restrita de tomar decisões sobre a comercialização dos produtos e suas implicações econômicas, bem como outras decisões decorrentes do processo de trabalho.

Na divisão de papéis, a mãe é responsável por uma multiplicidade de tarefas que incluem desde a preparação das refeições (o café da manhã, merenda, almoço e o jantar), até as atividades no roçado ao lado do marido, cabendo-lhe também a organização das tarefas domésticas. Esta multiplicidade de tarefas representa a exigência de um esforço dobrado por parte da mulher, como relembra, uma pequena produtora da Ilha do Baxio:

"[...] na vage, era uma coisa muito interessante e muito dura; eram 3 horas da madrugada e eu, única, sozinha, rala lava aquele milho pra fazer pamonha, despalhava, ia ralar, acabava de ralar e ia fazer pamonha; eu, sozinha, uma sô e Jesus. E ali, quando dava cinco horas da manhã, eu tava com uma lata de querozene, duas... pronta, cozida pra fazer pamonha pros trabalhadores tomar café e eu também ia pra frente, calçada de bota e com chapêu, parecia um homem. Ia-me embora mais eles pro trabalho. (pequena produtora ribeirinha - B).

Embora esta ribeirinha fale de uma situação ocorrida nos anos 50, as tarefas da mulher no trabalho são semelhantes ainda hoje, associando tarefas domésticas e trabalho agrícola.

Mesmo concorrendo para a manutenção econômica da unidade familiar, o direito da mulher quanto a tomar decisões limita-se ao âmbito doméstico, isto é, a decisões que não envolvam relações que se dão no setor da produção — o roçado e a comercialização, no confronto direto entre cidade e campo. Em resumo, o direito de decidir sobre a vida econômica do grupo familiar enquanto unidade de produção é restrito ao marido, como chefe de família.

A afirmativa registrada por Maria Isaura de Queiroz, ao analisar o papel social da mulher na sociedade campestre, exemplifica essa especificação de papéis na unidade familiar ribeirinha:

*"(...) A mulher, no meio rural tradicional, tem igualdade de deveres, os quais significam trabalhos e, neste ponto, se equipara ao homem; mas não tem igualdade de direitos que representam decisões, pois as decisões cabem somente ao homem" (1973, p.203).*

Nessa divisão de papéis, as lides domésticas da mulher envolvem algumas práticas, como o cuidado com os filhos, lavar e passar a roupa, cozinhar, cuidar da limpeza de casa e do "terreiro", além de carregarem água da "cacimba" — pequeno poço cavado próximo à margem do rio. É comum,

para a realização dessas tarefas, o uso de equipamentos como ferro de engomar a carvão, fogão de lenha ou fogareiro, vassouras feitas com cipó e piaçava (vegetais) ou ainda folhas; utilizam também "cuias" - vasilhas feitas de um fruto vegetal - para auxiliar nas tarefas desenvolvidas na cozinha.

Os serviços pesados, como roçar, cortar lenha, cuidar do gado - quando existe - são tarefas que competem ao homem, exceto em casos de extrema necessidade, como o período de colheita, quando as mulheres são chamadas para colaborar. Além desses momentos em que devem participar de tarefas "específicas" dos homens, as mulheres ajudam na plantação do roçado e na retirada das ervas daninhas.

Segundo a narrativa de pequenas produtoras de Iranduba, na várzea é prática comum, na organização das tarefas domésticas, a designação das meninas para cuidar da casa e dos irmãos menores ainda não incluídos no processo de trabalho.

Os outros membros do grupo familiar são envolvidos em todas as tarefas do trabalho produtivo. Todos saem de casa muito cedo para o local de trabalho, após a primeira refeição, sendo que nos intervalos a mulher retorna a fim de preparar a merenda que será levada ao local de trabalho. Esta responsabilidade é transferida à filha, eventual ou integralmente, nos períodos em que toda a força de trabalho familiar torna-se imprescindível - por exemplo, na época da colheita, como foi mostrado anteriormente.

Neste período é muito comum estender-se a jornada de trabalho, enquanto as refeições são feitas no próprio local onde a família se realiza enquanto unidade de produção:

"[...] Quando era 9 horas, voltava, ajeitava a merenda, levava pro roçado, ai continuava o trabalho até meio-dia. No meio-dia a gente voltava, almoçava, descansava um pouco, ai tornava a ir de novo" (pequena produtora ribeirinha - B).

A participação das crianças no trabalho produtivo inicia-se cedo. A procriação é a forma inicial da reprodução da família, após o que se inicia o processo de socialização das crianças; primeiro com o seu reconhecimento como membro do grupo familiar e, posteriormente, pelo reconhecimento dos papéis definidos dentro da divisão social do trabalho familiar. Desde a primeira idade, as crianças acompanhas seus pais na realização das tarefas desenvolvidas na produção, excetuando-se as crianças que, estando na idade escolar, devem trabalhar apenas meio período, quando estão na escola. Alguns ribeirinhos narram assim este processo de aprendizagem desenvolvido na várzea:

"(...) ah! eu já nasci no trabalho mesmo, que meus pais são agricultores nê? e a gente desde pequenininha já vai começando. Desde os três anos já joga o pauzinho da mandioca dentro da cova que vai cavando, que não tem nemo que aprender; aquilo é sô jogar e jogar a terra encima e vai indo. Agora a juta

tem uma significância, porque, se a gente num souber jogar e espalhar no dedo, ela sai amontoada e não presta. Isso daí eu nunca fiz. Foi um trabalho que eu nunca fiz; cortava, afogava e lavava, tirava nê? Essas outras coisas eu sei fazer, menos semear. Agora plantar o milho, mandioca, feijão, tudo isso eu sei nê? Fazer farinha eu sei" (pequena produtora ribeirinha - C).

Importa compreender que este processo é, antes de tudo, um processo educativo que se fundamenta na aprendizagem do e para o trabalho. Um processo que se desenvolve num conjunto de práticas e é transmitido de pai para filho, tendo como base o conhecimento empírico de sua realidade próxima, imediata:

"Eu com 8 anos de idade comecei a trabalhar, não diretamente porque meu pai ele me poupou assim, de me forçar a trabalhar sabe? Mas ele já queria que eu fosse aprendendo alguma coisa nê? Eu comecei a trabalhar com o velho a partir dos 8 anos e já com 10 anos comecei a enfrentar um negócio sério, nê? Com 12 anos de idade já topava a parada junto com o velho, com 14 anos comecei a tomar responsabilidade de casa nê? Ia para Manaus fazer compras... então eu com 15 anos de idade, eu já tava mesmo profissionalizado na agricultura. Era pra plantar tudo nê? Era hortaliça, era juta, tudo eu fazia; então comecei mais ou menos numa idade

*baixa de trabalho nê? e daí eu continuei; eu com 15 anos de idade, já comecei a tomar frente da direção do trabalho, meu pai se confiou e até hoje trabalhamos juntos. Eu tomo todas as direções, mas se tenho alguma coisa pra resolver eu tenho que falar com ele, se ele tem alguma coisa também consulta" (pequeno produtor ribeirinho - A).*

Os homens e mulheres de idade mais avançada realizam tarefas mais leves, conforme suas possibilidades, porém as suas responsabilidades de chefe da unidade produtiva são mantidas, mesmo que sejam passadas algumas tarefas dessa chefia ao filho mais velho que permanece em sua companhia. Essas tarefas são voltadas, na maioria das vezes, para atividades de subsistência, contribuindo de acordo com suas forças para o trabalho familiar, configurando-se assim a utilização da força de trabalho familiar como valor de uso.

Essas formas de organização dos ribeirinhos, baseadas em valores, laços de solidariedade, padrões, concepções, visões de mundo que compõem o conjunto de suas práticas sociais, vêm ao longo das últimas décadas confrontando-se com novos valores, novos padrões, novas relações sociais introduzidas com a expansão da agroindústria na região. Nesse confronto, essas novas relações sociais tendem a esmagar os modos de ser e viver dos pequenos produtores ribeirinhos.

Esse confronto, porém, não é direto. O capital se introduz na agricultura através de vários agentes que produzem para facilitar seu avanço na área rural. Nessa relação, os ribeirinhos são expropriados de todas as formas. Primeiro, pelo capital comercial, que submete o produtor ribeirinho a um processo de troca desigual na comercialização de seus produtos, sempre desvalorizados pelo baixo preço a eles atribuído e pelo custo alto das mercadorias que necessita comprar. Segundo, pelo capital financeiro, que através dos programas de assistência rural limita a capacidade de financiamentos bancários para os produtores, que são forçados a adotar um novo padrão técnico, produzindo culturas específicas para exportação, pois somente essas podem ser subsidiadas pelo Governo, e, terceiro, pelo capital industrial, que subordina o produtor através do financiamento dos insumos - sementes - veiculados pelo sistema de aviação. As empresas têxteis financiam as sementes para o produtor, realizando a compra antecipada da produção a preços abaixo do mercado, impedindo-o de obter e/ou reivindicar o pagamento justo do custo da produção, principalmente porque o controle de preços é realizado através de mecanismos externos.

Configura-se nesse quadro específico da produção ribeirinha, como em outro mais genérico, a presença de diferentes processos de subordinação do trabalho agrícola, combinando a exploração do produtor, criando-se distintas formas de trabalho e vida no meio rural, entre elas a pequena produção familiar.

A manutenção da pequena produção familiar na várzea, como forma de subordinação recriada pelo capital, representa uma das contradições produzidas no processo de expansão capitalista, pois, se por um lado atrela os produtores ao processo de dominação que desenvolve, por outro pode ser um elemento desencadeador de resistências por parte dos ribeirinhos. Na organização da resistência, lutam não só pela sua "autonomia possível" na relação de trabalho, mas contra a destruição de sua cultura, condição fundamental de sua liberdade, constituindo-se então como oposição ao capital.

## 2.6 A prática educativa na várzea

Falar sobre a prática educativa na várzea requer uma compreensão de que as formas de organização do espaço social e as estratégias de reprodução dos produtores ribeirinhos estão pautadas numa concepção educativa que é síntese do aprendizado feito no processo de produção de sua existência.

A rigor, nem daria para fazer isso isoladamente, pois essa concepção educativa já está implícita nas práticas sociais dos ribeirinhos. No entanto, por se tratar de um trabalho sobre educação, analisarei o processo educativo como item separado, com a preocupação de mantê-lo inserido na totalidade das práticas já sintetizadas neste capítulo. A riqueza dessas práticas estão presentes em cada mudança de sua narrativa. Nelas estão presentes o entendimento da natureza, os processos que desenvolvem para a comercialização, técnicas que produzem para organizar o espaço social e o trabalho, enfim as lutas para sua sobrevivência. Para isto, os ribeirinhos tiveram de elaborar um material próprio, um conhecimento constituído de habilidades, atitudes e valores, obtidos através de suas existências de trabalho e vida.

É fundamental explicitar que o conhecimento elaborado no aprendizado prático da vida é também difuso e contraditório, é fragmentário e carente de uma sistematização na medida em que está imbricado no cotidiano dos ribeirinhos e se renova de acordo com o dinamismo de sua própria vida; é também a expressão de sua visão de mundo.

Uma intervenção que se propõe alterar a situação existente não poderia deixar de levar em conta este conhecimento. Também não caberia tomá-lo como paradigma, como algo completo em si mesmo. Caberia trabalhar na perspectiva de suscitar consciência crítica a respeito destas práticas para superarem as concepções arraigadas que poderiam transformar-se em práticas conservadoras. Dever-se-ia, ao contrário, buscar ultrapassar os conceitos equivocados do senso comum, para a construção de uma nova filosofia das classes populares capaz de fortalecer, dando novo vigor às lutas, às organizações, enfim às práticas sociais presentes na vida desses ribeirinhos.

Ao falar do cotidiano de luta, de organização social e do espaço, percebi outros encaminhamentos educativos nos quais se mesclam festas religiosas, atividades folclóricas, participação de cultos, crenças e outras atividades culturais. Algumas destas práticas são descritas por ribeirinhos que permaneceram morando na terra firme, após a transferência da vila de Iranduba da várzea, como será analisado no próximo capítulo deste trabalho:

*"Tem a festa do Divino Espírito Santo, São José, São José é em março, a do Divino é agora em maio me parece, é por aí ...*

*Esse pessoal continua fazendo os festejos isso sem contar com algumas seitas religiosas, batistas, pentecostal que tem muito né? Mas isso aí já é outra coisa né? E esse pessoal programa as festas do São Francisco, as festas do Divino Espírito Santo, né? E o pes*

soal daqui de cima quando tem as festas lá, os festejos, o pessoal vão, vai to do mundo prá lá participar; os padres participa no município todo, foi município dele, aqui é o Catalão, Marchantaria, Baxio, Paciência, Jacurutu, Arapá, Açutuba, aí, desce para o Lago do January, né, esses são as localidades onde o padre faz a visita; aí nessas áreas, né, tudo por aí tem a igreja e eles vão lá. Lá por acaso era o dia de São Pedro, lá eles pegavam, arranjavam uma festinha e dançavam e levantava o mastro ..." (pequena produtora ribeirinha - C).

Na fala dos ribeirinhos, as festas religiosas estão sempre relacionadas com a diversão, o lazer, mas, primordialmente são festas de louvores e gratidão aos santos pelas dádivas recebidas durante a colheita e por outras motivações. Cada localidade tem o seu padroeiro, que é festejado em datas que lhe são consagradas no catolicismo:

"(...) A ilha do baxio tem uma padroeira. É Santa Luzia, né? Aí vem a ilha da Maria Antonia, tem o São José e um São Francisco, né? Porque é um lado de lá e outro de cá, né? A igreja é do lado daqui. Na ilha do Muratu tem o São Francisco e assim sucessivamente, tem a Paciência, tem a Costa do Jandira, então cada padroeiro desse faz a festa com seu estilo e num tempo determinado" (pequeno produtor ribeirinho - H).

Outra prática usada para retribuição das dívidas recebidas ou pagamento e renovação de "promessas" é a realização da "Festa do Mastro". Na organização desta festa, a figura principal é o chefe da família escolhido no ano anterior, em torno do qual se centra a responsabilidade por sua realização.

"(...) meu pai fazia muito isso. Nessa época eu era católica, meu pai tinha uma promessa com São Francisco, aí ele levantava o mastro - era levantar um pau com banana, cana, cachaça, uma coisa muito ... não tem nenhum significado, mas prá eles tinha, né? E para mim também naquela época. Aí a pessoa botava uma bandeira lá. Aquela pessoa na hora de derrubarem o mastro, pegava a bandeira e já ficava prá ser juiz do outro ano. Já ficava prá dirigir aquela organização do mastro, trazer banana, trazer o pau, é muito engraçada ...

#### O significado principal

"era louvores ao Deus deles que era uma promessa que eles tinham prá fazer tudo, aí meu pai matava porco, galinha que era prá dar aqueles 'comes e bebes' naquele dia" (pequena produtora ribeirinha - C).

Dentre as práticas educativas, inclui-se a assistência técnica ao processo produtivo dos ribeirinhos, promovida pela extensão rural de diferentes órgãos do estado

para a introdução de novas relações sociais e de trabalho na várzea. Essas intervenções são realizadas para orientar os ribeirinhos para a aceitação de políticas governamentais. A extensão rural mobiliza uma forte intermediação de representantes do estado para promover essa adesão, ao mesmo tempo que os mantém excluídos dessas políticas.

Na memória dos velhos, persiste o registro de lembranças que expressam as dificuldades que sempre enfrentaram no seu cotidiano e as condições de exclusão em que vivem em relação às decisões governamentais.

Com relação à educação escolar, a escola tem constituído uma constante reivindicação das populações ribeirinhas. Em primeiro lugar, porque a escola sempre foi privilégio de uma minoria e as oportunidades educacionais existentes se localizam sempre nos centros urbanos cujo acesso, para essas populações, limitava-se aos filhos dos grandes proprietários rurais. Em segundo, a qualidade de ensino na escola pública sempre produziu um baixo rendimento, que se não é tão alarmante é porque o índice de alunos que frequentavam a escola sempre foi reduzido.

Apesar da expansão quantitativa do ensino público, as classes populares continuaram excluídas do sistema educacional. Essa expansão deu-se, entre outras causas, devido à crescente pressão popular por mais escolas.

Mesmo considerando este quadro, as populações ribeirinhas reconhecem a escola como o lugar onde seus filhos terão oportunidade de "ser alguém na vida", pois a educação representa, para eles, "o caminho para o progresso".

Nas pequenas localidades da várzea, a educação

integral não chega; existem apenas classes unidocentes, di  
rigidas por professores com formação limitada, reconheci  
das pelo sistema como "leigas". As crianças que não podem  
deslocar-se para a sede do município não são atendidas pe  
la escolarização equivalente às últimas séries (5ª à 8ª)  
do 1º grau, repetindo a mesma série durante alguns anos:

"(...) na época (...) se eu disser uma  
coisa é até meio esquisito, é, eu estu  
dei quase seis anos pra passar pro 2º  
ano, quando chegava no meio, lá vinha  
com aquele problema de professora, às  
vezes vinha aquela professora de Ma  
naus, eles não dava condições pra ela  
trabalhar ... tinha carapanã e lá vai  
embora nê, aí parava. Quando era no ou  
tro ano aí começava tudo de novo ... 'E  
vocês meninos?' 'Eu tô no 1º ano!' En  
tão começava tudo de novo nê? Meus pais  
não tinha condições de me mandar pra  
Manaus nê?" (pequeno produtor ribeiri  
nho - A).

Esse processo de exclusão não se dá apenas no â  
mbito da negação do direito à escolaridade, mas da própria  
escolaridade que se desenvolve alheia às manifestações so  
ciais, culturais, ao modo de ser, de pensar, enfim ao pro  
cesso educativo que permeia as relações sociais dos grupos  
sobre os quais vão incidir as políticas sociais, educacio  
nais, concretizadas através dos planos e projetos defini  
dos em instâncias superiores. A escola da várzea represen  
ta

"o elo mais fraco na cadeia do sistema  
educacional (que) se inicia nas agên

cias internacionais que municiam os 'programas especiais' de educação para o meio rural com recursos financeiros e propostas 'metodológicas', invariavelmente inadequadas aos contextos onde suas receitas educativas devem ser adotadas. Os recursos descem do alto para baixo também na 'pirâmide invertida', para chegar à base após terem sido rateados nos inúmeros patamares das 'siglas', que devem percorrer. À base (escola, professores e alunos) chegam as sobras. Sobras que já vêm comprometidas com metas governamentais, às quais pode ser creditado o elevado grau de analfabetismo, fruto dessa secular injustiça" (Calazans, 1985, p.17).

A impossibilidade de os filhos dos produtores ribeirinhos prosseguirem seus estudos nas últimas séries do 1º grau, pela inexistência de escolarização completa na várzea, é fruto das diretrizes educacionais traçadas pelo estado para o meio rural. Entretanto, a importância atribuída à educação pelos ribeirinhos decorre da percepção que têm de que suas condições de sobrevivência sempre foram marcadas pelo empobrecimento - miséria e fome - indicando como fatores determinantes desse problema a ausência de escolaridade, mesmo porque são valores que lhes são transmitidos permanentemente através das agências de intermediação do estado (extensão rural, meios de comunicação, escola), cujo projeto educativo que desenvolvem oculta as condições reais em que se realiza a educação na várzea.

As determinações que estabelecem a frágil sustentação escolar no meio rural são fruto do modo como o sis

tema trata a escola para as classes populares. Esse problema não passa pela falsa dicotomização do rural-urbano, e sim pela questão de classe social, de como o estado trata o problema para os pobres.

As ações decorrentes dessas determinações têm-se restringido à realização de cursos de capacitação para professores leigos, geralmente realizados em Manaus, dentro de uma concepção pedagógica autoritária, tanto nas relações estabelecidas entre os treinadores - educadores da cidade - como nos conteúdos totalmente indiferentes à problemática enfrentada pelos professores no trabalho educacional; as condições de vida e trabalho na várzea não são sequer conhecidas ou compreendidas criticamente pelos treinadores, e se o são, não chegam a ser mencionadas durante esses cursos.

Tratando desta problemática, a Prof<sup>a</sup> Julieta Calazans (1985, p.15) argumenta que

*"(...) seria oportuno incluir nas pautas dos programas de formação modalidades de encaminhamentos para analisar e conhecer as reivindicações silenciosas do professor no meio rural, sempre omitidas nos papéis que relatam seu trabalho: reivindicações por contrato de trabalho, níveis salariais, forma de pagamento e outros direitos constitucionalmente adquiridos - aspectos até hoje ausentes nas relações de trabalho a que estão subordinados esses professores."*

No meio rural do Amazonas esta situação de negação dos direitos ao professor é generalizada. No depoimen

to a seguir, uma professora da várzea de Iranduba relata a sua experiência relativa às dificuldades enfrentadas para participar dos referidos treinamentos:

"Eu fui fazer o cursinho pela Seduc. Na quele tempo era muita dificuldade, nê? A gente passava até anos prã receber, atrasava mais que pagava; sei que pas sava até ano sem receber, quando rece bia era aquela micharia, era bem pouco, num dava prã nada, era bem pouquinho" (professora rural de Iranduba - 2).

Outros aspectos dos treinamentos recebidos pelas professoras rurais nos Cursos de Capacitação para o Traba lho, são relatados por outra professora:

"Eu fui me apresentar no Colégio Santa Teresinha com a coordenadora da Seduc, assim eu fiz. Nunca tinha pisado passo prã dentro de um colégio. Em 1965, eu tive que entrar bem lã dentro. Já ti nha começado o curso; nesse ano tinha 300 e tantas professoras, muita gente. Aí eu falei prã ela me inscrever. Lã ela mandou eu fazer um teste: passar de algarismos arábicos pro romano. Es sas trocas, eu sabia lã por onde era isso? Não sabia mesmo. O que eu podia responder? O que eu entendia eu respon dia com medo, meu Deus do céu, se isso for caso de reprovação, vou ser uma re provada das primeiras logo. E passei ... mas também ensinaram tudo logo; desde o trabalho de não gastar dinhei ro, enfeitar, fazer aquele enfeite de casa sabe, corrente, bola, tapete ...

Aí, foi, foi e terminou 30, 31 de julho. Aí recebi uns livros, atlas, um manual de português que tenho até agora e aquele outro grande onde a gente vê as palavras, é o dicionário. Recebi uma porção de livros ... aí parecia que não ia ser reprovada... Ah! a gente gostava ... a gente no meio de tanta gente, agora no primeiro ano me deu uma tristeza tão grande, porque colégio assim é uma organização! ... Tinha um órgão que tocava a introdução do hino nacional. E agora aquele auditório! Eu não tinha dinheiro pra comprar um vestido que prestasse; buxuda, não sabia nem quando ia descansar, aí eu, ... o dinheiro que eu tinha só deu mesmo pra comprar o pano mais relê do mundo, uma chitinha vagabunda, no meio de tanta gente bem vestida; mas a gente passa por cada uma ... (pausa).

O importante é o que a gente é e não o que a gente mostra, né? Aí tinha uma brincadeira de amiga oculta, era tanta coisa, era divertido, gostei bastante ... Aí em 67, apareceu o Projeto Sumaré pelo rádio, era uma dinâmica, eu acompanhei graças a Deus passei; eu tenho meu certificado. Aí depois tem a educação de base, também fiz, graças a Deus, passei. Aí em 72 teve um curso; mais três meses, lá no Preciosíssimo Sangue (escola religiosa). Bem, esse valeu também, mais do que os outros, pelo menos a professora de matemática era boa. Mas ... nunca entendi esse negócio de chave, parêntese, colchete " (professora rural da várzea - 3).

Se, por um lado, o professor rural enfrenta limitações de toda ordem nas suas oportunidades de obter uma formação mais crítica, para compreender as relações de trabalho e diferentes papéis que lhe são impostos pela sociedade, por outro reconhece a expectativa que os membros de sua comunidade - os produtores ribeirinhos - têm de uma resposta imediata da escola no sentido de suprir as necessidades vivenciadas nas suas relações de trabalho (comercialização dos produtos), pois a leitura e a escrita significam armas importantes para a realização de suas práticas sociais.

Além da precariedade das condições de funcionamento da escola no meio rural do Amazonas, a reivindicação mais comum entre os ribeirinhos ainda é pela criação da escola. Os agentes do estado no setor agrícola relatam:

*"A primeira coisa que os produtores pedem nas reuniões é educação, porque eles sentem a necessidade de aprender. Eles acreditam que a educação é o caminho do progresso. Então eles sentem necessidade de aprender; e o primeiro problema apontado é educação; 'nós precisamos de uma escola, professor pros nossos filhos'; esse é o primeiro fator; então a gente não tem condições pra iniciar um trabalho nosso lá, de construir escolas, arrumar professores" (agente do estado/setor agrícola I).*

Mesmo sendo a escola pública um direito conquistado ao longo da história dos trabalhadores no Brasil, essa escola é apresentada aos ribeirinhos como uma dádiva ou

torgada pelo estado, geralmente produto de barganha de al gum político local; em contrapartida, essa "outorga" resul ta da luta coletiva dos produtores. Na perspectiva dos go vernantes, a escola pública no meio rural representa uma dádiva da burguesia, porém é necessário ter-se consciência de que a burguesia não tem como projeto favorecer a "trans formação das classes populares em cidadãos", mesmo que pos sa abrir espaços de participação a essas populações.

É importante compreender que a escola da várzea, em determinadas circunstâncias, torna-se o espaço concreto para a realização de reuniões, comemorações, cívicas, e tantas outras festas sociais, culturais e religiosas. Nas cem, em sua maioria, com a escolha dos professores, geral mente recrutados entre os moradores que "sabem mais" - sa ber que é produzido no conjunto das relações sociais e de trabalho nas quais estão inseridos como produtores de sub sistência - sendo que a casa onde habita o professor cede rá espaço, inicialmente, para a organização e funcionamen to da escola:

*"Nas épocas antes (...), lecionava nas casas mesmo, não tinha colégio, eu me lembro que durante 26 anos que eu pas sei lá (na várzea), só foi considerado colégio há 3 anos atrás" (pequeno pro dutor ribeirinho - A).*

Na ótica dos ribeirinhos, a escola é considerada uma propriedade coletiva, pois é também construída solida riamente por todos os membros da "comunidade" - pais, fi lhos, vizinhos - sob a orientação do professor. Por outro lado, essa escola também cederá espaço para o desenvolvi

mento de práticas educativas impostas pelo estado, antagônicas às experiências de vida e de trabalho da várzea, configurando-se o papel contraditório da escola na sociedade. O professor, inserido nessa teia de relações antagônicas, desenvolvendo o papel de mediador entre o estado - através das articulações próprias com o sistema educacional - e a sociedade civil (ribeirinhos), passa a representar, para a "comunidade" onde vive e trabalha, um "modelo social" tal qual outros "intelectuais" na aspiração de melhoria de vida.

Essa inserção lhe capacita a produção de uma pedagogia própria, inerente às práticas sociais e culturais da várzea:

"(...) Tem aluno meu que com o 1º ano ele sabia as quatro operações de conta, porque o meu programa de aula no interior era o seguinte: a gente lutava com venda de tomate por quilo, juta, pimentão, ovos, laranja, essas coisas né? Negócio de fruta; então a gente ensinava o aluno pelo trabalho que se vivia sabe? Eu tinha que somar, multiplicar, pra ver quanto é que dava em dinheiro e pra, se fosse repartir né? Eu ensinava conta de dividir. Não era como dividir, era como repartir; vocês são dois companheiros, vocês plantam juta, tiram a fibra, tiram tanto de fibra, tanto bruto, líquido é tanto, vamos tirar agora a porcentagem, tudo isso meus alunos aprendia, eu ensinei pra eles; vamos ver quanto é que fica líquido, quanto é que dá em dinheiro ... Agora vamos repartir com dois companheiros de juta: aí então eu ensinava a repartir. Tudo isso então

*era prática minha de ensinar; meus meninos de 1º ano sabiam ler, porque eu nunca passei aluno meu pro 2º, 3º porque não era por ano não, era pelo que sabia" (professora rural da várzea - B).*

Essas experiências revelam uma concepção pedagógica adequada às reais condições de seus alunos, em detrimento das exigências que são impostas aos professores pelo sistema oficial que representam, na qualidade de agentes educativos do estado. O fato de serem escolhidos dentre os membros da comunidade onde atuam e da qual ao mesmo tempo fazem parte, e sua participação direta nos problemas vivenciados por esta comunidade, propiciam ao professor rural a produção de métodos de ensino próprios, adequados à realidade de seus alunos. Essa relação estabelecida pelos professores configura-se como uma "mediação para as populações a que servem", embora apresente um caráter contraditório que "transparece no fato de ser esse mesmo professor o principal agente educativo instituído oficialmente pelo estado" (Calazans, 1985, p.17).

Essa concepção pedagógica inerente às práticas dos professores rurais poderia ser apreendida pelos técnicos de ensino responsáveis pelo planejamento dos sistemas educacionais, como ponto de partida para um novo projeto pedagógico. Entretanto, a ação dos agentes educacionais da cidade tem-se caracterizado pela ausência de uma produção crítica, comprometida com os interesses das classes populares, que conteste o papel que o estado lhes atribui como intermediadores dos interesses dominantes, completamente antagônicos às necessidades e interesses das classes populares, especial

mente das populações rurais. Esta prática desenvolvida pelos agentes educacionais do estado que desempenham o papel de técnicos da educação tem, cada vez mais, ocultado as formas de dominação impostas a essas populações, tornando-se também instrumento dessa dominação. Neste quadro, os técnicos e os planejadores da educação (supervisores, orientadores educacionais, inspetores e administradores da educação) colocam-se a serviço dos interesses expropriadores do capital, mesmo que manifestem, contraditoriamente, outros sentimentos diante desses fatos, tornando-se "portavozes" dos argumentos necessários para justificar o intervencionismo do estado, realizado de várias formas no meio rural.

Esta situação aqui apresentada insere-se na análise feita por José de Souza Martins sobre a ação dos planejadores na Amazônia, ao proferir que "(...) o planejador torna-se agente de uma legalidade derivada da vontade política do estado autoritário (...) que não alcança legitimidade junto à sociedade civil" (1986, p.81).

No caso específico da educação, os planejadores do ensino na Amazônia têm colaborado com a manutenção dos processos de subordinação, exploração e expropriação das populações rurais que permanecem no meio rural e das populações rurais migradas para o centro urbano, segregadas às áreas de "exclusão" chamadas "periféricas", mesmo que suas ações sejam anunciadas como decorrentes de um projeto democrático.

Essa problemática que caracteriza as condições concretas em que se realiza o trabalho dos professores das escolas rurais do Amazonas, por si só, já é uma forma de

exclusão. A isto se combinam outras formas ao se tratar da prática educacional escolar em Iranduba. Pode-se analisar a situação mostrando que o processo é duplamente excludente para com os ribeirinhos e seus filhos que foram induzidos à travessia em Iranduba, da várzea para terra firme, patrocinada pelo estado em 1976.

## CAPÍTULO 3

## A TRAVESSIA DOS RIBEIRINHOS DA VÁRZEA PARA TERRA FIRME

## 3.1 - A "expulsão" da várzea para terra firme

"(...) a várzea é uma terra muito fértil, uma terra sem dúvida que não tem terra firme pra chegar lá com ela, né? Agora, há certos fatos na vida que faz o homem mudar até sem ele querer. Às vezes ele tá lá num lugar bom, ele acha que tá mal e tá bem né? E aí ele sai pra outro lado né? Depois é que ele vê que é lá que ele tinha de ficar né? Mas agora já fez a mudança." (Pequeno produtor ribeirinho - A).

Em maio de 1976, o prefeito de Manaus transferiu a vila de Iranduba da várzea para terra firme. Era época de enchente dos rios (fato que será tratado no decorrer deste capítulo). A correnteza avassaladora causava destruição; "causava" fome, doença, e todos iriam recomeçar tudo na próxima estiagem. A escola da várzea seria fechada e os filhos dos ribeirinhos interromperiam seus estudos; campanhas começavam a ser anunciadas outra vez para atender aos "flagelados" da enchente. A Comissão de Defesa Civil iniciava suas ações para ajudar os ribeirinhos. Gastos públicos a fundo perdido. Migrações intensivas para Manaus. Além de todos esses problemas, o mais crucial era a fome, pois o

acesso ao alimento aumentaria a dívida com o "patrão". A situação tornava-se intolerável para todos na várzea.

Diante dessas circunstâncias, a medida governamental mais coerente seria "cortar o mal pela raiz" - promover a travessia dos ribeirinhos da várzea, organizando em terra firme um núcleo urbano para, posteriormente, implantar o projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba S/A (Chisa).

Este projeto não representava uma solução específica para o caso, mas está ligado a um projeto nacional que visava a integração da região amazônica ao contexto econômico nacional.

Mais uma vez o Estado procura, numa situação circunstancial, superar uma calamidade através do patrocínio de políticas sociais, criando um problema de grandes consequências para os ribeirinhos.

Esse acontecimento deu-se no Governo Geisel, momento em que vultosos projetos eram implantados no País. Grandes investimentos eram estimulados e colocados à disposição de todos os setores da economia nacional (extrativismo, pecuária, agropecuária, indústria, agroindústria, comércio, serviços e atividades financeiras). Esses investimentos decorriam das diretrizes adotadas anteriormente através do Programa de Metas e Bases para ação governamental do Presidente Médici e previam a consolidação de uma política econômica de equilíbrio entre o Estado e o setor privado.

Em 1970, a política econômica adotada por Médici,

que teve como fórmula básica a intensificação da captação de recursos externos - a taxas baixas e flutuantes no mercado internacional - para suplementação de poupança interna, com o intuito de promover o crescimento econômico do Brasil, produziu o chamado "milagre brasileiro". Foi neste quadro de euforia que o Governo Geisel se instalou no País. Na ótica desses governantes, o Brasil reunia todas as qualidades para se tornar uma grande potência e, mesmo a despeito das mudanças que começavam a ocorrer no cenário internacional - aumento de taxas de juro, aumento do custo das importações com alta de preço do petróleo - o Governo Geisel estimulou ainda mais a captação de recursos externos para financiar os projetos que transformariam o Brasil em grande potência econômica. Durante o período 1974/1978, os investimentos persistiram. Os empréstimos feitos passaram a ser necessários não só para o investimento interno, mas também para arcar com os custos cada vez mais altos da própria dívida.

*"[...] novos empréstimos vão se fazendo necessários não apenas para financiar os projetos do Brasil Grande e o custo crescente das importações, mas também - e cada vez mais - para pagar o serviço da dívida contraída anteriormente" (Oliveira et alii, 1988, p.18).*

Esse movimento simultâneo de crescimento e recrudescimento da economia no país realizava-se com graves con

seqüências para a sociedade civil.

Mesmo a despeito dos ideais de justiça social apregoados desde os governos anteriores, as ações decorrentes desses ideais limitaram-se ao controle dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos - em suas bases urbanas e rurais, em efervescência no País no período anterior a 1964; - bem como provocaram o aumento das desigualdades sociais. Arrocho salarial, aumento da pobreza, regime de recessão, levando inúmeras empresas brasileiras à falência, representaram o preço que a sociedade deveria pagar em troca do crescimento econômico da Nação.

É no conjunto dessas relações que a Amazônia aparece como grande fronteira para onde serão expandidas as ações desenvolvimentistas do Governo militar;

"[...] desde o começo, os governos militares foram levados a adotar várias políticas para a Amazônia. Foram diversos e cada vez mais abrangentes os planos, programas e projetos adotados pelo poder público federal para iniciar, dinamizar ou orientar o desenvolvimento econômico da região. Diferentes órgãos federais, tais como a SUDAM, BASA, PIN, SUFRAMA, RADAM, PROTERRA, POLAMAZÔNIA, INCRA, FUNAI e outros passaram a iniciar, dinamizar ou orientar as atividades econômicas, públicas e privadas na Amazônia" (Ianni, 1981, p.131-132).

Basicamente, duas metas, como observa Ianni, foram adotadas nessa época: a primeira "destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do País, em especial com o Centro Sul, econômica militar e culturalmente dominante". A segunda, "de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo" (Ianni, 1981, p.134).

Desse modo, políticas nacionais, regionais e locais, articuladas entre si e, decorrentes dessas políticas, modelos de modernização passaram a vigorar na Amazônia com o intuito de promover o desenvolvimento e o progresso regional, sob forte tecnocracia estatal. A região transformou-se, então, no cenário onde a empresa capitalista é beneficiada pelos incentivos públicos, "sobretudo com a incorporação de vastas áreas de terras antes ocupadas por índios, posseiros, peões, e transformando-as em instrumentos de especulação e exploração de recursos naturais".

Todas essas políticas baseavam-se na idéia de que a Amazônia é um imenso "espaço vazio". Por outro lado, surgiram também grandes projetos rodoviários no sentido de possibilitar a articulação da área amazônica com todo o Planalto Central possibilitando, com isso, o deslocamento de colonos de áreas de conflito para ocupação de terras na extensão das rodovias criadas pelo Projeto Transamazônica - Porto Velho-Manaus, Manaus-Boa Vista/Roraima, na região fronteira com a República da Venezuela; Rio Branco/Acre - Cruzeiro do Sul, na fronteira com o Peru; Perimetral Norte entre outros.

Nesse conjunto de novas relações sociais, origi

nou-se uma situação de conflitos entre grandes proprietários e "antigos donos ou posseiros". A solução desses conflitos foi mais uma vez intermediada pelo Estado que, de forma autoritária e muitas vezes repressiva, ao mesmo tempo que "excluiu" - através da expulsão - posseiros e índios de suas terras, pôs em prática sua "integração" em área de difícil acesso e baixa produtividade. Martins (1980, p. 81-2), opondo-se à idéia de "ocupação de espaços vazios" na Amazônia, formula que "a expansão dessas fronteiras não ocupa espaços vazios mas esvazia espaços ocupados".

Os ideais de "desenvolvimento" e "progresso" no qual se fundamentam esses modelos de modernização da Amazônia, como caminho para sua integração ao contexto nacional, trazem em si a concepção de atraso, arcaísmo, inferioridade e subordinação da vida rural aos modos, aos costumes da vida urbana; portanto, as políticas públicas deveriam conduzir os vários setores da economia a essa modernização que cada vez mais incorporava a Amazônia ao mercado brasileiro e exportador, transformando-se em "palco para atuação das grandes empresas". A expansão do processo de industrialização na região submeteu a agricultura - um dos setores da economia -, subordinando as múltiplas formas regionais de produção de mercadorias.

Esse processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia representou um alto custo social, pois a medida que o modelo de crescimento adotado se expandia - através da exploração do trabalho e concentração de rendas - não trazia melhorias para as populações, configurando-se como um modelo excludente para essas populações que já habita

vam a região.

Essa relação exclusão-integração apresenta-se de maneira contraditória, expressando, em primeiro lugar, o movimento que o capital realiza na região, colocando o poder estatal a seu serviço e, em segundo lugar, o papel intervencionista do Estado em todos os setores - na construção de rodovias, na saúde, educação, ecologia, entre outros - como instrumento de subordinação das várias formas de produção econômica na região.

Neste capítulo, tratarei da intervenção que o Estado realizou em Iranduba, para viabilizar a implantação do Projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba S.A. (Chisa, como será chamada daqui em diante).

Privilegiarei a fala dos sujeitos dessa história por considerar que o processo de transferência de Iranduba como uma intervenção do Estado - aqui analisado como travessia dos ribeirinhos - poderá ser mais bem entendido através das falas dos sujeitos sobre os quais incidiram as repercussões desta medida. Com esta intervenção sobre populações excluídas foi negado, mais uma vez, o direito destas - no caso os ribeirinhos de Iranduba - de exercitarem a sua cidadania.

O percurso que fazem para narrar a sua trajetória está imbricado de sentimentos diversos, manifestos na fala, nos gestos, nas expressões faciais, na entonação da voz. O cansaço, a ausência de esperança, o desconhecimento dos fatos que marcaram a travessia compunham o cenário de suas vidas cunhadas pelas lutas individualizadas. Neste ce

nário percebe-se a ausência de lutas direcionadas para uma resistência coletiva, historicamente construída. Mas, ao fazerem suas narrativas, os ribeirinhos intercalam suas emoções e seus saberes.

No ano de 1976, ocorreu uma das maiores enchentes no Estado do Amazonas. Toda a região do médio Amazonas foi tomada pelas águas barrentas do rio Solimões. Segundo notícias de periódicos da época, a força das águas arrastou grandes árvores e derrubou barrancos; as casas submersas mostravam apenas as cumieiras; os flutuantes sustentavam-se conforme o movimento das águas, as "marombas" construídas sobre balsas garantiam a sobrevivência do gado. A vila de Iranduba, situada na várzea, ficou completamente alagada. As construções em alvenaria, onde funcionavam a escola, o posto de saúde, a delegacia e a igreja, foram inundadas completamente.

Este fenômeno apressou a decisão do Estado, ocorrendo a transferência da vila de Iranduba da várzea para terra firme em junho de 1976. Esta ação estatal representava uma medida para impedir o deslocamento dos ribeirinhos para a Capital, evitando, assim, o "problema da inchação urbana", ao mesmo tempo que promovia a "fixação do homem ao solo", segundo noticiários da época:

*"Em 1976, para abrigar dezenas de famílias que sofrem com os efeitos catastróficos das enchentes todos os anos, propiciando-lhes teto e chão para viver, através da colocação em terra firme, onde*

existe uma infra-estrutura agrária que permita o emprego da maior parte dos membros dessas famílias, mesmo aqueles menores de idade, aos quais se garantiria frequência à escola, foi criada a Cidade Hortigranjeira de Iranduba" (Revista Manaus, Adm. Jorge Teixeira, Manaus. Ed. Humberto Calderaro Filho n.4, 14 abr. 1978).

Cerca de 150 famílias ribeirinhas da vila de Iranduba e das localidades próximas foram assentadas em terras firmes, em diferentes momentos. O objetivo declarado para essas providências oficiais foi, ao mesmo tempo, "atender às carências do mercado de hortigranjeiros em Manaus", cada vez mais crescentes e "amenizar os problemas sociais causados pelas enchentes".

As medidas eram assim justificadas pelos funcionários do Estado que trabalharam na implantação da Chisa:

"Já existia um núcleo. Agora, antes da Cidade Hortigranjeira, o prefeito urbanizou e loteou o platô de Iranduba, ele dá inclusive para a frente do Rio Solimões, né? Ele plantou e estabeleceu habitações de madeira justamente para que, melhor dizendo, foi um projeto de assentamento de colonos ribeirinhos em terra firme, dando ocupação econômica, ou seja, de agricultor, com respaldo técnico que a empresa daria com assistência contínua e efetiva, técnica

*e creditícia porque eles produ-  
ziam e davam mão-de-obra" (funcio-  
nário da administração da Chisa).*

No período 1974-77, o Instituto Nacional de Colo-  
nização e Reforma Agrária (INCRA) deu continuidade à polí-  
tica de ocupação demográfica desenvolvida no Governo Getú-  
lio Vargas, a partir de 1930.

Essa política direcionava-se para a colonização  
com nacionais, ao contrário do que ocorrera anteriormente,  
quando todo o processo de ocupação demográfica no País cen-  
trava-se no incentivo à imigração de estrangeiros para a  
ocupação de terras, especialmente no Centro-Sul do Brasil.

Em 1938, com a criação da Divisão de Terras e Co-  
lonização (DTC), órgão vinculado ao Ministério da Agricul-  
tura, criaram-se vários núcleos de Colonização no País,  
dos quais os mais importantes foram as Colônias Agrícolas  
Nacionais, em vários Estados, "destinadas a receber e fi-  
xar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reco-  
nhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos  
agrícolas" (Porto, 1972, p.32).

Como já foi observado no capítulo anterior, Iran-  
duba está vinculada historicamente a uma dessas colônias,  
especificamente à Colônia Bela Vista, que foi implantada no  
município de Manacapuru.

Na década de 70, foi criado o Instituto Nacio-  
nal de Imigração e Colonização (INIC), vinculado ao Minis-  
tério da Agricultura e que absorveu o pessoal e o acervo  
da Divisão de Terras e Colonização (DTC) e do Departamento

Nacional de Imigração. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), também vinculada ao Ministério de Agricultura, absorvendo as atribuições do INIC e de outros órgãos de assistência rural existentes na época, sendo extinto em 1964 com a promulgação do Estatuto da Terra. Ainda em 1964 foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) a quem os quais coube prosseguir a orientação aos núcleos localizados fora de áreas prioritárias.

Em 1968, iniciou-se o processo de fusão desses dois órgãos, dando origem, em 1970, ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, cujas atribuições coincidiram, como observa Tavares, com o projeto de colonização em larga escala ao longo das rodovias federais em construção na Amazônia.

O INCRA pôs em prática um conjunto de estratégias de colonização e, entre outras, deu continuidade ao plano de Implantação e Colonização (PIC), que já havia sido executado na região conforme citação anterior, e que consistia na responsabilidade de organização territorial e implantação da infra-estrutura física da administração dos projetos.

Ao analisar a política de colonização dirigida, na Amazônia, Ianni (1974, p.58) afirma:

*"O processo de colonização (oficial, particular e espontâneo), a partir de 1970, inclui-se no con*

*texto de Política de Integração Nacional, definida através do Decreto-lei 1106 de 16 de julho de 1970 (...)"*.

É, ainda, que dentre outros objetivos desta política está o de

*"[...] criar condições para a incorporação à economia de mercado, no sentido da capacidade de produção e na aquisição de poder de compra de amplas faixas da população antes dissolvidas na economia de subsistência, condenada à estagnação e à perpetuação de um drama social intolerável" (Ianni, 1974, p.58).*

A transferência dos ribeirinhos de Iranduba, da várzea para terra firme, insere-se nesse contexto. O INCRA e a Prefeitura de Manaus estavam aliados neste Projeto. Para os governantes do município de Manaus, na época - ao qual a vila de Iranduba estava subordinada sob a forma de distrito - "os gastos públicos com as populações ribeirinhas" no período das alagações periódicas dos rios (atualmente cada vez mais catastróficas) poderiam ser mais bem empregados se fosse possível reverter a situação existente; retirar da várzea "os contingentes de ribeirinhos desalojados pela inclemência dos rios", para integrá-los, oferecendo-lhes garantias de uma ocupação permanente em terra firme,

"foi uma decisão do Coronel<sup>6</sup> que achava que lá não tinha condição por causa da alagação. Todos os anos ele via aquela choradeira e achava que era prejuízo pro estado. A senhora sabe que até hoje o Governo, a Nação sempre dá esse tipo de auxílio para o ribeirinho, né? E ele achava que vindo todo mundo pra cá, acabava aquele negócio do Governo estar todo ano gastando com o pessoal na várzea, então foi extinta! (funcionário da Prefeitura de Manaus em administração da Vila de Iranduba).

O projeto tinha a pretensão de ser "uma resposta governamental às necessidades dos ribeirinhos", porém o fazia muito mais em função dos seus interesses, isto é, dos interesses do próprio Estado em busca do fortalecimento da hegemonia e legitimação política, através da obtenção da adesão popular. O projeto estava municiado de todo um instrumental necessário ao controle social para implantação de uma "nova ordem" - processo que tentava manter em outro cenário estrutural-conjuntural, o que ocorre na Amazônia desde os primórdios de sua colonização.

O primeiro passo para a organização da vila em terra firme foi a busca de adesão ao projeto:

---

<sup>6</sup> O coronel a que se refere o informante acima trata-se do Cel. Jorge Teixeira, que foi nomeado, pelo Governo Federal, prefeito da cidade de Manaus, no período de 1975-79).

"O coronel chegou conosco e estava tudo alagado mesmo, por dentro d' água, isso aqui foi na época que tinha rio, né? Aí ele disse: 'não vou fazer nada aqui. Vou ter que fazer um levantamento das pessoas, das famílias que querem ir para terra firme e fazer a vila em terra firme. Quero esse levantamento quanto mais breve possível das famílias que querem ir morar na terra firme. Aí fizemos o levantamento de 150 famílias, todas as ilhas, a costa do Iranduba, aqui do rio, do Caldeirão, o pessoal que queria vir ... Aí veio e juntou o povo, né? Naquela época. Aí chegou e disse para o pessoal, ele estava no jipe, a estrada aqui já tinha e ele vinha por aqui de jipe, sabe, vinha jipe, outros carros não entram. Chegou lá o pessoal tava reunido, ele disse: 'olha pessoal, vocês são morador daqui da várzea, mas eu quero mudar vocês para terra firme, e que vocês acham? Vocês querem ir morar na terra firme? Aí um dizia: 'Oh, coronel eu achava bom, mas eu não tenho condições de fazer uma casa, de mudar para lá'; 'Eu quero saber se você quer ir morar, não estou perguntando se tem condições de fazer sua casa ou não pode, quero saber se quer ... Aí, com uma semana, mandou logo fazer um campo de futebol aqui na frente, né? Foi a primeira obra deles. Aí as máquinas começaram, veio o trator abrindo ali. Aí a gente

começou. Caminhão do Exército dois da Prefeitura carregando madeira diariamente. Eram quatro viagens... Aí, eles davam a madeira para quem sabia fazer as casas, né, eles davam a madeira. E, quem não sabia, ele ia lá, nós tínhamos uma equipe de carpinteiro para esquadrear e fazer aquelas de quem não sabia fazer a gente dava na chave a casa; e os que sabiam só dava a madeira, eles davam o feito deles já era uma ajuda né? Eles davam desde o ferrolho. Era pequena, mas para quem não tinha nem podia fazer, né. A gente queria era que o povo habitasse e era difícil convencer o povo a vir para cá. A gente animava, outros desanimavam. Diziam: 'eu vou para lá, vou morrer de fome'. De fato, até hoje não temos assim uma... o povo sofre aqui, falta de emprego, de trabalho. Foi criada uma cidade sem estrutura, né?" (funcionário da prefeitura e pequeno produtor ribeirinho).

Esta intervenção se deu via implementação de políticas sociais que supostamente incorporavam as reivindicações dos ribeirinhos, no sentido de ampliar-se em terra firme os serviços já existentes na várzea, incluindo melhorias, porém dentro de uma nova racionalidade administrativa.

Essa nova racionalidade trazia em seu bojo um conjunto de normas e valores tidos como universais - novo modo de organizar o espaço social, o trabalho, novas for

mas de socialização, creches, clubes, nova ordem econômica, etc., cujo conteúdo pedagógico refletia a estrutura de dominação imposta na nova moradia dos ribeirinhos em terra firme.

A intervenção do Estado na várzea do Iranduba se deu em decorrência do movimento que o capitalismo realiza na Amazônia, na sua etapa monopolista, tendo como uma de suas funções a reprodução da força de trabalho. Neste quadro, as ações desenvolvidas nessa intervenção se revestem de um caráter tipicamente assistencialista-clientelista, de concessão de benefício social que prevalece sobre as frágeis reivindicações populares.

Na fala expressa anteriormente por ribeirinhos, é revelada a sua visão sobre o processo inicial de criação da vila em terra firme e as lutas vivenciadas como formas de "adesão" diante das determinações do Estado. Uma das primeiras moradoras de Iranduba, ao se deslocar para terra firme, mesmo antes do desmatamento oficial, descreve o local:

"[...] são muita fé em Deus minha irmã, mesmo porque o lugar era só mato! Aqui atrás passava uma veredinha que era por onde o Dr. Marcílio passava no jipe dele. Eu digo, ai meu Deus, hoje parece que o bicho vai nos comer, anoiteceu; aĩ cuidaram (trabalharam) era meu irmão com dois filhos e eu com meu marido e dois filhos, sei que eram seis pra cuidar (construir)

desse 'tapiri'. Quando foi ã tar de cobriram, não a palha. Meu ma rido foi tirar palha no 'najã' ã por cima; certo ê que quando foi de noite n<sup>os</sup> dormimos jã debaixo do 'tapiri' mas não tinha um caco de tãbuá prã gente botã a cabeça; foi forrada com palha. Isso foi muitos dias, n<sup>os</sup> dormimos forrado com palha não tinha parede nenhu ma. Isso dia 7 de maio de 1976 , era luar ... mas o sereno também de noite parece que jogava a gen te ... encostava a cabeça e dor mia na palha forrada de rede de baixo dum chiqueiro ... carapanã ... , minha história de Iranduba ê tão grande que acho que por isso que hoje em dia foi um fracasso que eu não resisto ... nem traba lhar! Veio eu, meu filho e meu irmão, quer dizer que minha famí lia foi toda ... largaram eu ã com meu marido, foi toda ... e largaram eu ã com meu marido e dois filhos, três ... ã depois voltaram, quando jã tinha terminado o trãbalho. Mas não tinha nada, isso (o projeto Chisa) veio prã cã, meu marido, tudo, meu cunhado aquele que jã tinha dado nome, por que ia ter uma Cohabam aqui. Eu não encontrei um pedaço de tãbuá que colocasse um copo em cima quan to mais Cohabam aqui nesse Irandu ba, jã teve foi mato habitado sô por essa bicha 'macucaua' e aque le 'Inhabū' ali que chama relógio, nê? Era o nosso relógio nê? Deus

me perdoe, mas foi o ano que mais eu rezei em minha vida, pedindo a Deus que os outros povo viesse que eu sabia que a onça ia devorar a gente nessa mata. Dormindo no chão, eu botava meu marido do lado do ... não no lado daquelas veredinha e eu ficava do lado do mato. Quer dizer que eu escapava do bicho de gente nê? Mas da onça não escapava ... passou-se assim ... aĩ o coronel veio na outra semana, isso foi tudo logo perto, foram aparecendo. Ele perguntou-me: você tem vontade de voltar lã prã onde você veio? Eu disse: aĩ depende de me dar tudo, de me dar terra prã trabalhar, prã morar sô, não volto não. Mas se não me der eu vou voltar mesmo. É eu voltava; 'Eu (o coronel) não quero nem casa de palha aqui, vou dar alumĩnio, vou dar tudo mas quem voltar prã lã de novo eu vou derrubã de machado essa casa!" (Pequena produtora ribeirinha, F).

A fala dos ribeirinhos, representada neste longo depoimento expressa o momento inicial em que o Estado transportou autoritariamente os primeiros ribeirinhos para terra firme.

Nas narrativas dos ribeirinhos eram recorrentes as afirmativas dos governantes do Estado como: "vou dar tudo o que precisam ...", "vou dar alumĩnio", etc., trazendo implicitamente a idêia de soberania do Estado sobre a so

cidade civil (entendida aqui como populações ribeirinhas). Fundamentados nesta concepção, os governantes se relacionam com estas populações entendendo-as como subalternas, portanto, todo ato, quando direcionado para os interesses dessas populações, é tido como um ato de outorga, de concessão do Estado. Quando se trata das classes populares, como observa Chauí (1986, p.54) "*os direitos sempre são apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo de vontade pessoal e do arbítrio dos governantes*".

A intervenção realizada em Iranduba não era percebida (inicialmente) pelos ribeirinhos como tal, e sim como uma ajuda. Tinham a consciência de sua exclusão mesmo em situações anteriores em que os governos eram invadidos pela presença do populismo na esfera pública. O golpe de 64 parece não ter chegado a ser sentido pelos ribeirinhos como um "*movimento novo*" que se impunha na região, marcado pela reviravolta que se experimentava em todos os setores públicos, resultante do novo regime que se implantava no país com a introdução de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Novos atores surgiam através dos inúmeros órgãos que se implantavam sob a ação de forte burocracia e tecnocracia estatal; Ianni (1981, p.22) observa que:

*"a ditadura passou a atuar, de forma persistente, sistemática, profunda e generalizada na questão da terra, na Amazônia Legal, na política educacional, na indústria cultural, nas relações de produção, nas forças produtivas"*.

A intervenção que ora se realizava, era percebida pelos ribeirinhos como a realização de "promessas" antigas, dos governos do período pré-64:

"Então o governador daquela época (1962) chamou o Paulo Pinto Nery para assumir a Prefeitura no lugar de Vinicius. Então o Paulo Nery tinha um compromisso com o povo de Iranduba, criou a cidadezinha, a vila (na várzea), onde fez o grupo escolar, uma administração, um posto médico, uma delegacia.

Paulo Nery já tinha feito um projeto de mudar a cidade para cá (terra firme) só que não tinha apoio". (Pequeno produtor ribeirinho, H)

A intervenção realizada pelo Estado configurou-se pela criação e consolidação de mecanismos que asseguraram - através da vinda dos ribeirinhos para terra firme - a realização do Projeto Chisa. Em consequência, seriam reduzidos os "gastos públicos" comumente empregados em situações críticas vivenciadas pelos ribeirinhos, oferecendo-se-lhes novas alternativas de sobrevivência através da incorporação de sua força de trabalho a uma economia de mercado. Por outro lado se ampliaria a oferta de produção de hortigranjeiros para atender à demanda do mercado urbano.

### 3.1.1 - A mediação da escola e de outras práticas sociais na travessia

Dentre os vários mecanismos acionados para transferir os ribeirinhos para terra firme, ressaltarei a escola porque foi uma das primeiras instâncias implantadas na nova moradia dos ribeirinhos após o fechamento de todas as escolas rurais na várzea de Iranduba.

*"[...] as escolas da várzea foram fechadas. Foram recolhidos todos os equipamentos escolares e as professoras foram obrigadas a optar pela mudança". (Funcionário da prefeitura/setor educacional)*

O barco atravessou o rio recolhendo os ribeirinhos que aderiram à mudança da vila da várzea para o platô em terra firme. Primeiro as professoras, pois seria este o melhor meio para "convencer" os pais das crianças que freqüentavam as escolas rurais a deixar a várzea. Na ótica dos governantes da época, o fechamento das escolas da várzea obrigaria os ribeirinhos a aderir ao projeto por vários motivos: primeiro, por reconhecerem os anseios dos pais e professores quanto à garantia de escolarização básica a todas as crianças, como indispensáveis para a sua formação; segundo, por estar a escola rural oficialmente subordinada ao Estado e, como tal, é entendida como "dãdiva" concedida aos ribeirinhos, podendo ser retirada ou deslocada conforme os interesses dominantes. Em Iranduba havia 10 escolas

escolas rurais, além de outras existentes em localidades circunvizinhas, mantidas pela Prefeitura de Manaus, por estarem em áreas pertencentes ao município.

Essas intenções governamentais, foram divulgadas segundo a versão dos periódicos locais:

*"Um projeto que nasceu da junção dessas três idéias básicas - abrigar os flagelados das enchentes, colocando-os em terra firme; oferta de moradia e outros direitos sociais como a escola, por exemplo, e garantia de uma cooperativa que incorporasse o trabalho agrícola já existente e aproveitasse os recursos técnicos oferecidos externamente (...). Na época, o coronel sonhava ver nascer ali uma comunidade-modelo e lançava as primeiras idéias de instalar em Iranduba o grande centro produtor de verduras e frutas para atender a carência do mercado de Manaus".*  
(Revista Manaus, junho 1976)

Outro aspecto fundamental para se compreender por que o Estado lançou mão da educação para realizar o seu intento reside no papel mediador que a educação desempenha na totalidade social em que está inserida. Em primeiro lugar, cabe entender que a educação é uma prática social, uma atividade humana que permeia todas as relações sociais inerentes a uma organização social e, como tal, é historicamente determinada. Isto significa que numa sociedade de

classes, como a capitalista, a sua especificidade resulta dos conflitos produzidos pelos antagonismos existentes entre as classes fundamentais que compõem a sociedade. Desse antagonismos entre as classes, observa Cury (1985, p. 12):

*"[...] uma delas emerge como dominante e tenta a direção sobre o conjunto da sociedade através do consenso. Assim a classe dominante necessita permanentemente reproduzir as condições que possibilitam as suas formas de dominação, sem o que as contradições do próprio sistema viriam à luz do dia".*

É na busca do consenso para validar a dominação que a educação ocupa um papel específico como mediação de uma hegemonia em curso. Por um lado, veicula a dominação de uma das classes fundamentais; por outro, "desoculta as contradições ou desigualdades sociais".

Em Iranduba, o Estado, para fortalecer sua hegemonia, conseguiu manter um grupo de forças, articulando representantes de vários setores - extensão rural, médios e grandes produtores, empresários, educadores e outros - compondo um bloco hegemônico, unificado através da ideologia do "desenvolvimento" e do "progresso" que perpassa toda a ação estatal para integrar a Amazônia no contexto nacional.

A ação dos representantes do Estado se deu através da busca do consenso conseguido pela passividade ou fragilidade dos ribeirinhos, sobre os quais prevaleceu a

hegemonia dos dominantes - fragilidade gerada pela ausência de uma organização de classe. por meio de ações que, a meu ver, representaram uma violência, levando os ribeirinhos à submissão mesmo que em seus discursos essas ações aparecessem de forma conflitante.

Tais medidas foram tomadas sobretudo com a presença de vários atores que aparecem como personagens principais dessa intervenção. Inicialmente os agentes educacionais da cidade de Manaus - os professores/técnicos em educação, responsáveis pelo planejamento e coordenação do sistema de ensino público do município de Manaus, foram incumbidos da tarefa "pedagógica" de "convencer" as professoras rurais de Iranduba a aderir ao projeto de transferência da vila da várzea para terra firme orientando-as no sentido de se submeterem ao novo ordenamento jurídico e social imposto no núcleo criado em terra firme. Esses agentes apresentavam-se aos ribeirinhos com o pretexto de consultá-los e, no entanto, seus atos revestiam-se de um caráter de "persuasão" e cooptação.

Na ótica dos professores rurais, eles não tinham muitas opções, pois não sabiam como organizar-se para enfrentar o autoritarismo que ali se efetivava. Não dispunham de qualquer forma de organização que lhes permitisse contestar coletivamente o intervencionismo do Estado, sob forte intermediação dos educadores da cidade. Uma das professoras em seu relato refere-se à existência de um documento pelo qual elas estariam concordando com a rescisão de seu contrato, se não aceitassem a transferência das escolas para terra firme:

"Eu li aquele papel e vi que se eu não fosse para a terra firme, perderia meus 14 anos de serviços prestados à educação. Deixei meu marido lá, peguei meus filhos e subi" (professora rural - 2).

O ato de persuasão não se restringia apenas à tentativa de "convencer" as professoras, mas, segundo o que está implícito em suas narrativas também se revestia de violência diante da fragilidade inerente às suas formas de luta. Em decorrência destes fatos, e por não terem uma compreensão crítica dos mecanismos mais gerais que determinaram a ação governamental, aceitaram passivamente a proposta do Estado.

Essa atitude das professoras rurais, aceitando passivamente as determinações governamentais, era coerente com a sua consciência ainda ingênua e fragmentária do mundo, ligada a um senso comum que lhes impedia de intervir ativa e criticamente, contrariando as medidas impostas.

Naquela situação concreta, essa consciência se revelava pela atitude subalterna diante dos dominadores, fruto de uma concepção de mundo permeada pela ideologia dominante que é veiculada às classes populares através de vários canais, dentre os quais a escola.

Na ótica dos ribeirinhos, e especialmente das professoras do meio rural, o magistério é visto como um "sacerdôcio", uma "abnegação", diferindo de outras atividades na sociedade. O seu compromisso com a tarefa de ensinar é mais que um simples trabalho - é "um serviço presta

do à educação", portanto, à preparação das crianças para se tornarem cidadãs.

Em sua visão de mundo acerca da educação, as professoras entendem que a luta pela democratização da educação e de outros direitos sociais se efetivará à medida que um maior número de crianças tenha acesso à cultura letrada, isto é, aos conhecimentos já sistematizados. Ao mesmo tempo, reconhecem o seu despreparo para transmitir esses conhecimentos, consequência da expropriação a que estão sujeitas nas relações de trabalho em que estão inseridas.

A passividade demonstrada pelas professoras diante da imposição do Estado, aceitando a transferência das escolas para terra firme, leva a supor que, ao aderir, estavam buscando garantir aos filhos dos ribeirinhos a continuidade do espaço escolar, enquanto um espaço de formação para a luta e de luta ao mesmo tempo.

A negociação para adesão dos ribeirinhos ao projeto foi realizada em vários momentos. Primeiramente, eles foram reunidos na várzea para serem consultados sobre a mudança para terra firme, onde lhes foi mostrado um conjunto de propostas visando sua melhoria. O segundo momento se deu após a organização da vila em terra firme, quando a sobrevivência dos ribeirinhos já estava comprometida pela ausência de trabalho, em decorrência da desarticulação da pequena produção familiar da várzea. Nesta situação, foi apresentado aos produtores ribeirinhos o Projeto Chisa destacando-se as perspectivas governamentais de transformar aquela pequena localidade em um crescente pólo de desenvolvimento agrícola para a região, com a criação da Cidade Hor

tigranjeira de Iranduba.

Em momento algum houve negociação com os ribeirinhos quanto ao fechamento das escolas na várzea; no entanto, esta alternativa tornou-se realidade como um ato de coerção contra sua resistência inicial ao projeto.

Nas reuniões realizadas tendo em vista o processo de cooptação dos professores rurais quanto à proposta do Estado, os educadores vindos de Manaus se empenhavam para que os pais e professores "compreendessem" a necessidade de deixar a várzea devido aos "perigos a que estavam expostos durante as enchentes dos rios". Assim de expressou um dos educadores que participavam dessa tarefa:

*"[...] mesmo antes do coronel transferir a vila, nós educadores já realizávamos ali verdadeira obra de 'catequese', catequisando os ribeirinhos para subirem para terra firme" (professor da Secretaria de Educação Municipal de Manaus).*

Além da ação dos educadores da cidade orientando os professores rurais, foram realizadas outras grandes reuniões com a participação do prefeito e dos ribeirinhos, onde lhes eram mostradas as possibilidades de acesso às "melhorias", dentre as quais a educação aparecia com o **status** de mais importante.

Se, por um lado, os professores cederam mais rapidamente diante da doutrinação do Estado ali representado,

por outro, os produtores ribeirinhos, embora menos "letrados" e, na maioria, "iletrados" -, tinham a percepção mais clara das restritas condições de sobrevivência em terra firme. Na perspectiva desses produtores, a escola, como já foi observado no capítulo anterior, representa o lugar onde seus filhos têm a oportunidade de acesso ao saber que os transformará em "homens educados", única "herança" que lhes podem legar; é a mediação necessária para a superação de suas condições de vida. Acreditam que este conhecimento lhes facultará instrumentos de participação social e melhorias econômicas, pois a educação sempre lhes foi mostrada como "instrumento de redenção social".

Mesmo reconhecendo as dificuldades que enfrentariam para sobreviver em terra firme, as famílias dos produtores foram sendo deslocadas da várzea.

Nas versões apresentadas pelos ribeirinhos, sobre o papel da escola na travessia, eles reconhecem: 1. na escola da várzea, o acesso à escolarização é restrito às primeiras séries do 1º grau, além de ser uma escola que, como observa Calazans (1986 p.6) "chega ao meio rural tardiamente, desequipada e distanciada das questões concretas da sociedade"; 2. durante os períodos de enchentes, os seus filhos não podem frequentá-la devido aos diferentes motivos que provocam o fechamento da escola. Em contrapartida, em terra firme seus filhos iriam "receber" escolarização integral, pois segundo a proposta do Estado, ali seria construída uma escola de 1º e 2º graus, sem os "entraves" causados pelas grandes inundações que sempre justificavam a suspensão das aulas na várzea.

"[...] pra mim a minha vinda foi mais em função de colocar a criança no colégio, no estudo nê? Eu acho que todos os companheiros vieram pra cá, a finalidade foi essa de segurar a família aqui pra estudar nê? E, no meu entender, eu no meu caso, por exemplo, eu não tive cultura e nem oportunidade de estudar nê? Então eu tive necessidade de vir por causa dos meus filhos. Já tinha um garotinho já com seis anos. Ele começou na creche e no próximo ano já pegou o colégio. E houve necessidade da gente passar pra cá. Eu trabalhei depois de tá aqui, três anos lá na várzea, na ilha de M.<sup>a</sup> Antonia; trabalhava lá e a família ficava aqui, eu ia só, trabalhava lá e a família ficava aqui, eu ia, trabalhava e voltava" (pequeno produtor - A).

"Eles iam dar escolas para os nossos filhos, então nós precisava deixar tudo lá na vage (várzea) e vir para terra firme" (pequeno produtor ribeirinho - B).

Essas considerações, a par de outros fatores, representaram o conjunto de razões que levaram os ribeirinhos a aderir à mudança para terra firme, sem que se registrasse qualquer movimento de contestação àquela medida governamental, em nenhuma instância da sociedade. Mesmo aqueles que, posteriormente, apontaram para o autoritarismo que

permeou a mudança dos ribeirinhos para terra firme realizada pelo Estado, manifestaram uma posição dúbia em seu discurso: ao mesmo tempo que contestavam a medida governamental, utilizavam os argumentos oficiais usados para justificar o evento. Eram, simultaneamente, dominadores e dominados. Esta ambigüidade pode ser percebida na visão conciliadora de um político sobre o momento histórico da travessia dos ribeirinhos na qual estão presentes contradições que, ao mesmo tempo, negam e aceitam a dominação:

*"O prefeito de Manaus viu as dificuldades que o povo de Iranduba passava em todas as alagações, então ele criou a vila de Iranduba já em terra firme aqui em cima, então fez 625 casas, todas padronizadas, essas casas todas padronizadas que tem aqui (vila em terra firme); convidou os moradores da várzea para virem morar em Iranduba, mas ele teve muita dificuldade com o povo pra vir morar aqui na vila em terra firme; primeiro devido o problema de escolas, não tinha nada aqui, só tinha aquelas varedeas e o povo não queira vir porque lá na várzea já tinha tudo. Aí o coronel mandou fechar todas as escolas do Lago (de Iranduba) Paranã e Costa do Iranduba; fechou as escolas com um objetivo, obrigando assim os moradores da área a virem para terra firme. Tinha que vir a qualquer custo morar para cá pra poder fundar a ci*

*dade, a vila. Nessas alturas tinha fechado as escolas do Paranã, Lago e Costa do Iranduba, aí os moradores ficaram sem opção" (Deputado Estadual do Amazonas).*

O papel exercido pela escola da várzea na "expulsão" dos ribeirinhos para terra firme, mediado pela ação catequética e persuasiva dos educadores da cidade, é revelador da ação excludente das políticas sociais que são de finidas no Estado, negando às populações rurais, em especial, as condições necessárias para o exercício de sua cidadania, a começar pelo direito à educação.

Os ribeirinhos, mesmo sem uma organização formal - aquela organização apregoada por agentes políticos, militantes de partidos que se imbuem da tarefa de "organizar os grupos sociais para a luta política" -, realizaram movimentos silenciosos, contrários à sua dominação. Esses movimentos não ganharam expressão no cenário político devido à sua fragilidade organizativa, limitando-se a lutas econômicas, ou seja pela sua sobrevivência, cujo caráter fundamental é a manutenção de sua existência pela preservação de seus valores étnico-culturais, como meios de sustentação de suas necessidades básicas. Reconheceram, no entanto, a necessidade de uma instrumentalidade política a qual viam na educação - a mediação para a melhoria de suas condições sociais. Por outro lado, o Estado, enquanto força política, ao perceber a importância atribuída à educação pelos ribeirinhos, usou a força dessa prática social como elemento propulsor da expulsão dos ribeirinhos de seu espa

ção social organizado, para promover a sua "integração" aos seus projetos de modernização e desenvolvimento em andamento na região.

Até então persistiam entre esses grupos sociais formas tradicionais de dominação marcadas pela presença de um poder local representado na figura do líder político que detinha o domínio político e econômico - dono de grandes propriedades e monopolizador do comércio local.

Esse domínio se alastrava de forma clientelista, reforçado por relações de compadrio. Nos registros de batizados e casamentos, encontrados nos arquivos da Igreja (católica) que congregava os moradores de Iranduba, é comum encontrar-se a mesma personalidade servindo de padrinho a várias pessoas. No relato a seguir, há uma exemplificação:

*"Mandou construir um grupo escolar lá na margem do rio Solimões ... uma delegacia, um posto médico, uma casa para o administrador e outros benefícios lá. Aí o povo ficou muito animado com ele e comigo, eh, eh, ... então eu comecei aquelas festas, comecei a ser solicitado para ser padrinho de uma criança, padrinho de outra, e hoje, para felicidade minha, eu tenho 1.313 afilhados no interior. Quer dizer, se você tivesse oportunidade de ir uma viagem comigo, por exemplo, no Paranã de Iranduba, você ficava abismada de ver a quantidade de afilhados, compadres mas amigos, e coisa e tal. Eu te*

inho afilhados, não sei se é porque eu dou sorte, alguma coisa (antigo líder político local).

Como pode ser constatado neste depoimento, essa escolha geralmente se dá pelo fato de que os pais, futuros compadres, desejam para seus filhos uma vida menos dura, e por perceberem que o apadrinhamento com um representante do poder lhes garante melhorias que podem ser entendidas como facilitação do acesso a direitos até então reservados às classes dominantes.

Irاندuba representava a substituição dessas relações por uma resposta revestida de uma máscara de democracia e justiça social, através da qual os seus adeptos seriam atendidos nas suas necessidades básicas e beneficiados pela nova ordem social; e, assim, fecharam-se "as portas das escolas da várzea para construir-se uma nova cultura em terra firme", necessária para o fortalecimento do autoritarismo do Estado.

### 3.2 - A criação da cidade de Irاندuba em terra firme

A "integração" dos ribeirinhos ao novo espaço social se deu através da adoção de práticas que tinham como objetivo promover o "ajustamento" e o "bem estar social" das famílias assentadas no novo ambiente, que não lhes era desconhecido, porém reconhecidamente inútil, por sua experiência, para a continuidade de suas formas de vida e trabalho.

Com o fechamento das escolas rurais na várzea, cerca de 10 professores delocaram-se para o platô da vila em terra firme, trazendo consigo seus filhos. Os que ficaram (dois ou três) foram destituídos de suas funções de magistério em decorrência do fechamento das escolas, onde lecionavam.

Os chefes de família permaneceram por algum tempo em suas terras na várzea devido à insegurança que sentiam com relação ao projeto. Além do mais, acreditavam que se tivesse melhores condições para produzir poderiam encontrar outras alternativas que resolveriam o problema de sua sobrevivência na várzea,

*"porque se a juta garantisse um preço que desse condições pra trabalhar e no final do trabalho me desse lucro, um saldo, no linguajar que a gente diz, né? Tivesse um saldo bom, então eu não teria necessidade de procurar terra firme, eu poderia até fazer uma casa bem segura né? Quando a água voltasse eu continuaria trabalhando porque havia condições de ficar, mas o problema é que nem eu, nem o companheiro que trabalha, quando termina a juta, acaba o dinheiro, porque é nessas condições. Foi programado um quilo de juta de 15 a 18; ele começou com 8, um quilo de açúcar tava de 10, tá terminando em 40, a juta ainda tá de 12 e 10 o quilo. Quais são as condições que vão ofere*

cer pra esse trabalhador aqui na várzea? Nunca! Cada mês ele vai se enterrando, fica devendo pro banco, fica devendo pro patrão, fica devendo pro taberneiro ... " (pequeno produtor ribeirinho - F).

E, ainda,

"é do valor da produção que tem que assegurar pra cada pessoa né? Porque a enchente, a gente diz a enchente acaba; é claro que ela vem ... Se a gente fazer uma análise a enchente é muito válida, se todo ano tiver enchente é bom porque a terra fica nova, se a terra passa três anos pra alagar, ela começa a não dar mais nada, já vai começar a ficar fraca a terra, planta um ano, o 2º ano ... no terceiro ano a malva já dá ruim, não presta, a verdura já começa a morrer; agora se der uma enchente grande, der uma lavada na terra, ela fica nova, é claro que a banana morre, ninguém pode fazer um sítio, ninguém pode fazer um bem de raiz, mas a terra fica nova para todos os efeitos pra quem quiser plantar" (pequeno produtor ribeirinho - H).

Assim, diante da ruptura provocada na estrutura da unidade familiar, os pequenos agricultores que permaneceram na várzea deslocaram-se para a terra firme, para

junto de seus familiares.

Segundo suas versões, "o pensamento do coronel era trazer sô a família e deixar o chefe lá trabalhando", porém,

"não dava mais certo porque ser uma pessoa sozinha lá, sem família, sem ajuda não dava. De qualquer maneira ficava ruim. E já era duas despesas que ele tinha que fazer para a casa e com ele lá, né? E mesmo o trabalho diminuía (produção). Ficou difícil ..." (pequeno produtor ribeirinho - H).

Para obter a adesão dos ribeirinhos, o Estado, representado por seus agentes, teve de apelar para muitos artifícios. Um deles foi a escola, mas poderia usar outros. Foi utilizando esses canais ideológicos, como sentimentos de desalento e incerteza - que vinham sempre à tona em momentos de extrema fragilidade política - que alimentou a esperança dos ribeirinhos quanto à implantação da vila em terra firme.

Os coronéis também tentaram obter adesão via trabalho; entretanto, como o processo produtivo da várzea estava todo assentado na pequena produção familiar, tornava-se impossível dividir o trabalho dessa pequena produção.

A organização da vila começou com a construção de 2 barracões para abrigar a escola e o desmatamento de uma área para que os ribeirinhos construíssem seus tapiris:

"Não obstante, o administrador tocou as obras de Iranduba, começando pelo imprescindível. Construiu dois barracões, ã guisa de escola, com capacidade para 200 crianças. Uma ãrea foi desmatada, onde os ribeirinhos montaram seus tapiris, ordenadamente, para facilitar a instalação de fossas, de dejetos e a higienização do ambiente" (Miranda, 1979, p.25).

"Aã a gente começou: caminhão do Exército, dois do Exército e dois da Prefeitura carregando madeira diariamente. Eram quatro viagens, de manhã e outra de tarde. Madeira direto aã para o pessoal. Aã eles davam madeira para quem sabia fazer as coisas nẽ, eles davam a madeira e quem não sabia, ele ia lã, nõs tínhamos uma equipe de carpinteiro nẽ, para esquadrejar e fazer, aqueles que não sabiam fazer a gente dava a chave da casa, e os que sabiam sõ dava a madeira, eles davam o jeito deles, jã era uma ajuda nẽ?" (funcionário da Prefeitura - II).

Paralelamente a esse movimento dos ribeirinhos, na construção de suas moradias, foi criada uma infra-estrutura de serviços básicos que incluía ação social, educação e saúde. Tais serviços são empreendidos pelo Estado supostamente como política de atendimento às necessidades das classes menos favorecidas. Os detalhes dessa organização

deixam de ser tratados neste trabalho porque inexistem a documentação pertinente, como já foi referido antes.

Esse momento inicial de organização da vila foi registrado por Miranda (1979, p.30), que acompanhou todo o processo de criação de Iranduba:

"A 1<sup>o</sup> de junho (76), Iranduba já era um verdadeiro arraial que aumentava dia a dia, com a chegada de ribeirinhos das localidades vizinhas. Asseguraram-se meios de subsistência com a confecção de dois poços semi-artesianos, a instalação de duas bombas d'água e com a abertura dos lagos dos arredores, para facilitar a pesca que fora impedida por indivíduos que se diziam 'donos da natureza'. Foi instalado um posto médico de emergência para garantir a fixação daquele povo em seus lotes definitivos, em melhores condições de habitabilidade. No dia 5 desse mês, chegou a professora do Serviço Social, acompanhada de suas auxiliares, com medicamentos, roupas e gêneros alimentícios. Daí por diante, as assistentes sociais passaram a ir todos os dias, efetivando a sua valiosa ajuda à administração. Enquanto isso, a locação do Projeto se desenvolvia a passos de gigante com a remoção do grupo gerador elétrico para a base na terra firme. No dia 20 já era possível fazer a virada, con

forme a recomendação do prefeito, para adiantar os trabalhos com a boa iluminação que alegrava o arraial. O pessoal, animado com as festas juninas, acendia fogueiras e fogos de artifício em homenagem ao patrono São João e pedia ao administrador que, nessa oportunidade, fosse proclamado o dia da Fundação da Nova Iranduba.

A versão de Miranda expressa um sentimento "euforico" diante do acontecimento, deixando transparecer a imagem de total "integração" dos ribeirinhos ao projeto. O seu discurso adequava-se como mais um instrumento de mediação dos interesses dos dominadores, pois mascarava as reais condições em que se realizava o assentamento dos ribeirinhos. Um dos funcionários da administração da vila na várzea, que participou desse momento inicial, contrapõe-se à perspectiva histórica do referido autor:

"Eu não concordei com aquele livro porque ali tem mais uma fraude, ele não procurou dizer a realidade da vila de Iranduba; ele não contou, ele não quis dizer; tã certo, mas o sacrifício, a luta desses ribeirinhos ... sô sentava ali como eu sentei, no primeiro posto, nê? Sentar e olhar o camarada carregar pedaço de pau na cabeça prã fazer uma cozinha. Na realidade, a madeira era nova, tudo novinho. A gente queria fazer um negôcio, mas a luta mesmo, a luta total era deles .

Na hora de entregar, o administrador ia na frente, eu ia atrás dele e aquela montoeira atrás. (grita:!) Lote 102! Pronto, é aqui! 'Sim, eu vou ficar aqui'. O senhor entra em cada lote de 20 por 60. (...) No início nunca se conseguiu abastecer a cidade de água. As pessoas tinham que recorrer aos recursos mais absurdos, mais improvisados, cacimba ... Nunca houve uma preocupação do pessoal para se colocar água. Aqui mesmo, no início, o helicóptero aterrissou bem aqui. Teve uma funcionária, D. Cecília, tão velha, logo no início da vila, quando o pessoal estava lá embaixo, explicando a situação, ela disse: 'Ministro, tenha pena da gente, a gente não tá tendo cabeça'. O coronel não gostou. Outro disse: 'Ela tá magra assim, sabe Ministro, de tanto carregar água na cabeça'. O Ministro (da Saúde) respondeu: 'Não se preocupe não, o Governo vai lhe dar água, não se preocupe', e deu 500 cruzados para a filha dela que era bonitinha. Então são muitas coisas que muita gente não sabe!"

(funcionário da Prefeitura - III).

A versão da história da criação da vila de Iranduba apresentada por Miranda (1979) é difusa e contraditória. Representa um registro dos fatos para atender a uma encomenda feita pelos governantes. Portanto, sua versão limita-se a descrever a apreensão que faz da realidade na

sua aparência imediata, sem a percepção do modo como ela é concretamente produzida. Além do mais, o autor prende-se à divulgação do que considera "uma das numerosas obras importantes da administração do Cel. Jorge Teixeira" em Manaus.

Por outro lado, na ótica do funcionário da administração da vila na várzea, que esteve à frente do processo de transferência dos ribeirinhos e assentamento no núcleo em terra firme, o problema não poderia ser explicado por esse caminho, pois considera que o autor escamoteia a história dos ribeirinhos como sujeitos históricos reais, sobre os quais prevaleceu a hegemonia dos dominantes.

No entanto, cabe perguntar: O que diferencia e identifica esses atores? O que os move a ter visões de mundo diferentes sobre a mesma realidade?

Outras versões, dos próprios ribeirinhos, contra dizem a visão do jornalista e escritor:

"Pois é, prá gente sobreviver de pois de já estarmos aqui, para adquirir comida, tinha que pegar o caniço, e aquele que soubesse pescar, né, ia puxar algum peixe. E a água a gente tinha de buscar com 1.500 metros ou mais. Isso aí não é o mais importante, o que cansava a gente era o barranco, como eu já disse, né, isso era muito ruim prá gente adquirir água" (pequena produtora ribeirinha - E).

O processo de assentamento na nova Iranduba exigia também a presença de um novo agente: a Igreja que, através de assistência religiosa, difundiria a doutrina católica "junto às crianças e adultos, como forma de disciplina-mento para a nova vida dentro dos novos padrões de educação que o Estado requeria", como é mostrado por Miranda (1979, p.31):

"Por ser oportuno, o administrador entrou em contato com as Missões Pastorais a fim de pedir assistência religiosa através da casa religiosa do Cacau-Pirêra. Esta respondeu que não havia padres disponíveis, posto que todos os sacerdotes estavam a serviço de outras comunidades, mas prontificou-se a visitar Iranduba para ver, *in loco*, se o estágio da comunidade propiciava algum trabalho frutuoso. Em lá chegando, a irmã Bruna contagiou-se com o entusiasmo de todos e resolveu, de modo próprio, tornar-se imediatamente também pioneira engajando-se no grandioso serviço comunitário que o Prefeito Jorge Teixeira realizava naquela área... Ficou acertado que, antes de tudo, fosse difundida a doutrina cristã junto às crianças e adultos. Logo a irmã Bruna foi cercada por dezenas de senhoras e crianças, às quais explicava, amavelmente, que não podia residir com eles em Iranduba, mas em compensação, iria tra-

zer a benção do céu à comunidade.  
E assim foi feito."

A missionária iniciou o trabalho de doutrinação encontrando, como relata Miranda, pouca dificuldade, pois *"os seus novos discípulos já traziam alguma luz, apesar de um tanto ofuscada pelos costumes da velha localidade"*. Repetia-se, assim, a mesma prática ocorrida nos primórdios da colonização portuguesa no Amazonas.

Foram realizados cursos, retiros em centros de catequese, Clube de Mães, onde se ensinavam às mulheres *"novas artes culinárias e outras práticas domésticas"*. Essas atividades eram desempenhadas pelo Serviço Social já implantado.

No Grupo Escolar, que funcionava em dois barracões construídos para esse fim, as professoras rurais da várzea, já *"catequisadas"* e *"recicladas"* pelos agentes convocados para o projeto, realizavam a tarefa de ministrar às crianças *"noções de higiene e bons costumes, proporcionando-lhes os fundamentos da educação moral e cívica"*, conhecimentos e novos hábitos fundamentais para a devida adequação à nova ordem social que se instalava. Negava-se, com essa prática autoritária, todos os saberes construídos pelos ribeirinhos em suas relações anteriores.

Os agentes sociais envolvidos naquela ação, pela formação tecnicista que tinham, sustentavam uma visão preconceituosa sobre as populações rurais, compreendendo-as como atrasadas e subdesenvolvidas em relação aos níveis de progresso já alcançado pelas sociedades industrializadas.

Dois eixos podem ser considerados de importância nessa análise. Um deles está relacionado com a mediação que esses agentes realizam, pela função que ocupam no conjunto das superestruturas, em conexão com o grupo dominante com o qual estão comprometidos historicamente. O segundo, por sua formação profissional, cujos pressupostos teórico-metodológicos os encaminha para uma prática que pretende preencher "*claros*" que se supõe existir na vida das populações rurais; prática esta que se realiza expropriando o saber social, produzido nas relações sociais desenvolvidas por esses grupos populacionais.

O projeto de colonização em Iranduba assumiu um caráter especial frente a outros projetos de colonização desenvolvidos na Amazônia, os quais se destinavam, em geral, ao assentamento de colonos trazidos de outras regiões tidas como área de tensão social. O de Iranduba teve como finalidade deslocar pequenos produtores das terras de várzea cujo grande proprietário é o Estado, portanto áreas que abrigam outra ordem de conflitos. São conflitos que se geram desde o momento em que o produtor ribeirinho enfrenta problemas com o incentivo à produção, com os preços, transporte e comercialização do produto, até a negação de sua participação como fonte de economia do Estado.

A singularidade desse projeto estava em que esses pequenos produtores eram donos locais e deveriam ser incorporados a uma economia de mercado por estarem limitados, na percepção dos governantes, a uma economia de subsistência e, em consequência, representavam uma fonte de

prejuízo para o Estado.

Esse prejuízo justifica-se pelo fato de que a várzea só é produtiva por seis meses, e durante os outros meses subseqüentes os ribeirinhos enfrentam um período não-agrícola, produzindo formas diversas de subsistência já descritas no capítulo anterior. Além do mais, na várzea, a sua condição de posseiros não os obriga ao pagamento de tributos sobre a terra.

Referindo-se à problemática da terra na Amazônia, Martins (1985, p.72) observa que, primeiro, paralelamente ao Estatuto da Terra criado em 1966, pelo qual a região amazônica é reservada para *"acomodar os produtores das áreas de tensão que devessem ser removidos devido aos conflitos"*, foi também produzida uma legislação de incentivos fiscais *"para ocupação empresarial da região"*, negando aos colonos removidos a terra que lhes seria destinada.

Este fato comprova que as políticas de Estado estabelecem a colonização mas negam o direito à cidadania do homem, o direito de posse da terra, principal instrumento de trabalho do agricultor. Ao mesmo tempo que dá, elas tomam através de outros mecanismos como juros altos, projetos empresariais. O Estado é o patrocinador desse processo expropriador.

Considera ainda o citado autor que um outro aspecto da colonização - o que está em jogo no Brasil - é a questão da renda fundiária, pois *"retira-se o posseiro para se colocar o pequeno proprietário"*, pelo fato de o posseiro não pagar renda e, por isso mesmo, sem ter consciência, repre

senta "uma contestação ao caráter capitalista do nosso regime de propriedade fundiária, porque ele não paga renda da terra, ele é ocupante da terra, ele não paga tributo a ninguém" (Martins, 1985, p.72-3).

No caso específico da colonização de Iranduba, é possível afirmar que a não-tributação das terras de várzea e a invasão de empresas privadas foram motivos inicialmente secundários ou adicionais para o assentamento de ribeirinhos. O fator fundamental foi a necessidade de injetar-lhes uma nova concepção de economia, transformando em trabalho o que não era visto pelos capitalistas como tal na prática social dos ribeirinhos, mas como "ociosidade". Com a travessia para terra firme, retirava-se dos ribeirinhos a sua cidadania limitada ao jogo do "coronelismo político" para submetê-los a um "coronelismo de Estado".

Os ribeirinhos foram arrancados da várzea onde trabalhavam para produzir a sua subsistência sem intervenção do Estado e adestrados para uma nova moradia, um novo trabalho, uma nova educação e uma nova concepção do mundo.

Os passos que se seguiram à fundação da vila de Iranduba se calcaram no desenvolvimento do processo educativo para o estabelecimento da nova ordem social e econômica, circunscrita no novo modelo de desenvolvimento agrícola. Tal modelo era definido como processo de modernização da agricultura, cujo fundamento consistia no uso intensivo dos meios de produção e aumento da produtividade, incorporando para isso novas tecnologias agrícolas, novas políticas de crédito e preço mínimo. Em suma, o modelo incorporava um conjunto de estratégias para transformar o modo de

produção da várzea organizada na economia familiar em uma economia capitalista, utilizando a força de trabalho familiar para suprir as "*ofertas de trabalho racional*" decorrentes do desenvolvimento industrial na região.

Várias instituições foram utilizadas para a implementação do projeto agrícola, do qual tratarei a seguir, que seria posteriormente implantado em Iranduba. Algumas obras foram construídas: a creche, o Centro Social onde funcionaria o Clube de Mães, Oficina de Artesanato, terraplenagem da estrada que liga o platô em terra firme à várzea, parque de diversões, clube Sol Poente (para os idosos), além de 380 casas padronizadas e mais ou menos 150 tapiris para abrigar 430 famílias (2.580 pessoas), e até mesmo o cemitério.

Após a fundação da vila, algumas atividades, entendidas pelos agentes sociais como "*essenciais*", foram desenvolvidas com o objetivo de estimular "*o entusiasmo e o sentimento de solidariedade, de humanidade, para que todos tivessem um bom relacionamento, um relacionamento mais fraterno de ajuda mútua*" (Miranda, 1979, p.29).

A Legião Brasileira de Assistência, em convênio com a Prefeitura Municipal de Manaus - patrocinadora do evento - e por meio de suas assistentes sociais, organizaram e regulamentaram a expedição de documentos necessários a cada indivíduo "*para que ele, de fato e de direito, pudesse existir dentro da sociedade, sem embargo de suas atividades normais*" (Miranda, 1979, p.30).

Este mesmo autor registra que foram expedidas

330 certidões de nascimento (a maioria de adultos), 284 carteiras de identidade, inúmeras regularizações junto ao Serviço Militar, para habilitação à carteira profissional. Quarenta casamentos coletivos foram realizados, envolvendo casais com mais de 30 anos de vida em comum, "*regularizando a vida perante a lei*", além de documentos necessários à aposentadoria dos velhinhos, junto ao INAMPS, com base em "*atestados condizentes aos trabalhadores idosos da área ru*ral", expedidas pelo administrador.

Além desse ordenamento, houve o recrutamento de pessoas, entre os ribeirinhos, para o desempenho de várias tarefas nos serviços criados; para isso, tiveram de participar de um programa de treinamento para os diversos setores, através de cursos intensivos e estágios em entidades profissionalizantes - repartições públicas e empresas particulares. Esses treinamentos visavam o aprendizado e o aprimoramento para as complexas funções exigidas pela vida nos padrões modernos.

Paralelamente a todas essas iniciativas, realizavam-se reuniões de "*comunidade*" nas quais eram feitas palestras de cunho moral, evidenciando regras de conduta a serem seguidas a partir dali.

Com o funcionamento dos vários clubes - de mães, de idosos - das creches, sob a orientação de assistentes sociais e professores, além da assistência religiosa realizada inicialmente pela Igreja Católica e, depois por outras igrejas evangélicas, houve na concepção desses agentes,

"o preenchimento do tempo ocioso com ocupações produtivas e salutares, dentro do plano humanitário de aproveitamento humano, de acordo com aptidões, para os serviços distritais" (Miranda, 1979, p.50).

No registro desse mesmo autor há uma afirmação de que, com a erradicação total da "ociosidade" - mãe de todos os males e vícios -, foi desativado o posto policial de Irlanduba, também transferido da várzea, pois não havia tempo para outras atividades, senão para o trabalho duro, na acepção "cabal" do termo.

Para cada grupo correspondia um programa "educacional" específico:

. Para as mulheres, principalmente as mães, foram realizados cursos de arte culinária, corte e costura, além de outros;

. para as crianças haveria atendimento "integral" pela creche, sendo que as maiores deveriam frequentar a escola de 1º grau, dando continuidade aos estudos iniciados na escola da várzea;

. os velhos, retirados da produção agrícola na várzea onde, na qualidade de chefes, ocupavam um lugar de primazia como organizadores da vida e do trabalho familiar - foram convidados a "ressurgirem para uma nova vida", nas palavras textuais de Miranda (1979). Esta suposta nova vida concretiza-se na prática de reuniões semanais no Clube do Sol Poente, para conversarem, discutirem e receberem

tarefas de artesanato, além de realizarem excursões a lugares pitorescos da cidade de Manaus.

Outra missão importante foi dada aos frequentadores do Clube, através de sua Diretoria: atuar junto ao administrador da vila, como conselheiro, sugerindo-lhe "mudanças em prol da comunidade":

*"Bem depressa os bons velhinhos começaram a se movimentar junto ao administrador e saíram dos seus refúgios naturais - as casas dos filhos e netos - muito desiludidos, cansados pelos embates da vida e pelo peso da idade, diziam não saber fazer mais nada" (Miranda, 1979, p. 53).*

Os "costumes" da velha localidade deveriam ser abandonados, substituídos, porém era necessário que fossem criadas novas alternativas para a fixação dos ribeirinhos em terra firme. Além das obras e atividades já citadas foram construídos dois poços semi-artesianos para suprimento de água; nas versões dos vários agentes comprometidos com as decisões governamentais ali impostos, todas as medidas iniciais para a criação da vila em terra firme estava concluídas, porquanto o Serviço Social encarregou-se de viabilizar o atendimento das necessidades imediatas, como roupas, alimentos, etc.

Com a introdução de novas práticas em suas vidas, baseadas em concepções dominantes na sociedade, práticas estas dissociadas de sua realidade na várzea, de sua visão

de mundo, as famílias ribeirinhas ali assentadas iam sendo envolvida em novas relações sociais, mediatizadas pelos agentes vinculados a diferentes instâncias de Estado. Esses agentes e suas práticas comprometidas com o poder e permeadas de ideologias antagônicas aos seus interesses serviam como veículo para ocultar as contradições presentes na travessia dos ribeirinhos.

O conjunto de práticas educativas aí demonstradas não tinha nenhum interesse de cunho educativo na perspectiva de uma educação libertadora. Elas mostravam-se no estilo das políticas sociais de cunho assistencialista que não correspondiam às necessidades sentidas pelos habitantes da vila, impostas de forma pragmática, sem nenhum compromisso educativo.

A escola, transferida como um mecanismo de mediação, foi transformada numa instância passiva, relegada ao limite dos galpões que lhe foram destinados para o seu funcionamento. Em nenhum momento estabeleceu-se qualquer forma de negociação com os pais e professores da várzea no sentido de estes poderem opinar sobre a transferência da escola para a terra firme, como ocorreu com outras instituições; pelo contrário, essa transferência foi determinada de forma sutilmente repressiva.

Esse arcabouço de práticas sociais envolveu diferentes instâncias do Estado - Secretarias da Educação, do Serviço Social e da Saúde, Acar, Senar, e outras - que trabálhavam de forma desarticulada; o "centralismo" existente no desenvolvimento das atividades era comandado de cima para baixo, com a mediação de alguns funcionários de extrema

confiança a quem foi outorgado o poder.

Aparentemente, todos - ribeirinhos, funcionários do Estado, representados pelos diferentes técnicos - estavam imbuídos dos mesmos interesses, da mesma vontade, propagada através da imprensa e de outros mecanismos de difusão na sociedade como a vontade específica dos produtores ribeirinhos, sob a direção organizativa de um mandatário político que, segundo a sua ótica, não estava comprometido com as oligarquias locais, mas sim com a burocracia estatal que se pretendia isenta de "partidarismos políticos" e em conexão com os interesses das classes populares. Na verdade, o que se percebe nessa ótica é a confirmação do pacto feito pelos governos da ditadura com as classes médias, através da fragilização ou do enfraquecimento das oligarquias regionais.

A essa forma de gerir os interesses populares - interpretados aqui como direitos sociais - Gramsci (1978) denomina centralismo burocrático. Para este autor, o centralismo burocrático se configura como uma posição unilateral, cujas manifestações se tornam possíveis pela fragilidade política dos grupos sobre os quais vão incidir os programas governamentais. Ele explica que, ao longo da história,

*"as manifestações doentias do centralismo burocrático se verificaram por deficiência de iniciativa e de responsabilidade da base, isto é, pela primitividade política das forças periféricas, mesmo quando elas são homogêneas com o grupo territorial hegemônico" (Gramsci, 1978, p. 222).*

O centralismo presente na intervenção realizada em Iranduba revelava-se pela adequação contínua entre os interesses dos ribeirinhos e os programas definidos previamente pelo comando superior, compatibilizando a continuidade desses programas com aqueles interesses, como forma de regular e impedir o surgimento e o fortalecimento de forças contrastantes, e também como forma de cristalizar o poder exercido pelos dirigentes.

Esse processo, forjado no momento inicial de organização dos ribeirinhos em terra firme, preparava-os para o seu engajamento na nova política agrícola que se definia com a finalidade de "modernizar" as relações de trabalho anteriores, considerados "formas primitivas de trabalho".

Enquanto eram tomadas as medidas básicas para "acomodação" dos ribeirinhos na nova moradia, gestavam-se em outra instância as articulações necessárias para a implantação do Projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba S.A. - (Chisa).

Aparentemente, a transferência dos ribeirinhos para terra firme foi mostrada como uma medida distinta da criação da Chisa, por terem sido ambas as medidas postas em prática em momentos diferentes, como se vê nestes fragmentos retirados do projeto:

"A Prefeitura Municipal de Manaus, preocupada com o abastecimento da cidade de Manaus e da dieta alimentar de sua população, contratou, no final de 1976, com o Jart. Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda.,

a elaboração de um Projeto Horti  
granjeiro" (p. 2).

E, ainda,

"Como base física do Projeto foi eleito o distrito de Iranduba, com condições satisfatórias porquanto naquela localidade estava em plena execução o projeto de assentamento em terra firme da população ribeirinha, constantemente assolada pela cheia dos rios, já contando com um núcleo urbano de 300 famílias e apoios infra-estruturais, como escola, assistência médica e odontológica, água, luz, etc." (p. 3).

Com a criação do núcleo urbano, a pequena produção da várzea foi desarticulada, o que obrigou os chefes de família a se deslocarem para terra firme, onde não havia meios de produzir sua existência. Segundo os ribeirinhos, o espaço de tempo compreendido entre a transferência da vila e a criação da Chisa foi marcado pela fome, sede e luta pela sobrevivência:

"(...) aqui mesmo na vila não tinha trabalho nenhum, cada um descia e subia aquele barranco, que a senhora foi lá e viu, todo dia a gente trabalhava lá na vage (várzea), plantando roça, plantando milho, plantando o que quisesse pra poder sobreviver, porque aqui num

*tinha mesmo nada, num tinha nem água prá gente... precisava ir buscar com 1.500 metros de distância do barranco, era assim que a gente sobrevivia" (pequena produtora ribeirinha - B).*

Na ótica de um representante do Estado, essa situação vivenciada pelos ribeirinhos no período inicial de implantação do núcleo era assim interpretada:

*"[...] Eles moravam lá na terra firme e trabalhavam na 'vage'. Quer dizer, num parou o serviço que eles vinham fazendo lá na 'vage'. Eles são faziam descer que é perto, né? E trabalhar na 'vage' e, assim, agora, o prefeito de Manaus, dava luz e água. Agora a água não era enxada, era aquelas pipas que iam deixar de casa em casa; você botava seu barril, eles enchiam... chegava outro, enchia..." (chefe político local).*

Como já foi explicado, essa fase inicial da travessia dos ribeirinhos para terra firme até a implantação da Chisa constituiu para eles momentos de grande tensão e violência, não só pelos novos valores que lhes eram introjetados através dos programas que ali foram desenvolvidos, gerando a fragmentação de sua cultura, mas sobretudo pela desarticulação de sua organização social, sujeitando-os à aceitação de qualquer alternativa que lhes fosse apresenta-

da. Eles não tinham mais a força dos nativos para se organizarem, para se rebelarem contra aquela ação; por outro lado, estavam conscientes de que a travessia era mais uma forma de massacre; massacre de sua cultura, das formas de produzir sua existência. Assim, embora violentados, aceitaram a proposta do Estado.

### **3.3 - Projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba S.A. - uma modernização imposta aos pequenos produtores ribeirinhos - a contratação do Projeto**

A transferência da vila de Iranduba da várzea para organização do núcleo urbano em terra firme está, portanto, articulada à criação do Projeto Cidade Hortigranjeira de Iranduba S.A.

O modelo não é original. A criação de cooperativistas de hortigranjeiros e feiras foi adotada por muitos de forma assistencialista, para promover, ao mesmo tempo, o escoamento da produção do pequeno produtor barateando os gêneros hortigranjeiros, utilizando para tanto infra-estrutura do Estado, e viabilizando propostas de reforço ao prestígio dos governantes.

No momento de sua elaboração, o projeto encontravia ressonância a nível nacional através de programas que, de igual modo, pretendiam equacionar o abastecimento de gêneros alimentícios nas mais diversas regiões do País. Dentre esses programas, destacou-se o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - (Pronan) que o Governo tentava impor para, através de vários mecanismos, estimular a produção e o

armazenamento, o transporte e a comercialização de alimentos básicos, combater as carências nutricionais da população brasileira e organizar um sistema integrado de abastecimento às regiões brasileiras.

Dois flancos de trabalho foram utilizados para a organização do projeto. O primeiro se deu numa dimensão externa, a nível burocrático. Ao final de 1976, a Prefeitura de Manaus contratou com uma empresa de consultoria especializada no setor hortigranjeiro - Jart - Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda. - a elaboração de um projeto destinado a apoiar a atividade de produção e estruturar os procedimentos de padronização e distribuição de produtos hortigranjeiros para oferecer à população manauara produtos de boa qualidade a preços adequados.

Pretendendo oficialmente "*reduzir as tensões relacionadas com a problemática do abastecimento em Manaus*", a Prefeitura de Manaus conjugava vários interesses para a contratação do projeto tal como pode ser visto neste trecho transcrito do Projeto:

- "a) alcançar a produção econômica de hortigranjeiros, substituindo importações de outras áreas;
- b) modernizar o abastecimento oferecendo produtos frescos e de boa qualidade, protegidos por embalagens adequadas;
- c) incorporar ao consumo amplas faixas da população impedidas de adquirir hortigranjeiros pela dimensão restrita da oferta e pelos elevados preços e

xercitados; d) criar novas o  
portunidades de emprego e ab  
sorver a força de trabalho de  
origem ribeirinha que aporta  
ã cidade, face ao índice de  
urbanização;" (p. 5)

Ao mesmo tempo que esses interesses eram defini-  
dos nos objetivos do discurso oficial, a justificativa apre-  
sentada pela empresa de consultoria trazia, na sua concep-  
ção, uma nova política agrícola que, a nível nacional já  
vinha sendo adotada com o intuito de promover a "integra  
ção" dos produtores na nova economia. Assim, buscavam jus-  
tificar o projeto mostrando que:

"Nas partes mais longínquas do  
rio em relação aos centros mais  
populosos persiste até nossos dias  
uma economia de escambo, o homem  
pouco depende das relações monetá-  
rias. Consumindo o peixe que pes-  
cou, fumando o tabaco e oferecen-  
do, em troca do sal, a mandioca  
que produziu na terra fértil da  
vazante, o homem do Amazonas supe-  
ra o período das enchentes, que  
lhe traz principalmente o descon-  
forto e a parte de sua vida" (Pro-  
jeto Chisa, p. 11).

Em outro trecho;

"Como não tem economia de poupan-  
ça, as enchentes o relegam à si

tução em que, além dos desconforto físico, se junta a incapacidade de adquirir bens de consumo indispensáveis à sobrevivência. Portanto então a cidade agravando para os administradores públicos os problemas que as enchentes já por si só trazem" (Projeto Chisa, p. 11).

E ainda:

"A certeza da inexorabilidade das enchentes - maiores ou mais amenas - conduz ao raciocínio de que é preciso extinguir o ciclo de agricultura do Nilo, ou reduzir a dependência do ribeirinho à mesma" (Projeto Chisa, p. 11).

O Projeto asseguraria uma significativa produção de alimentos, aumentando verticalmente a renda dos pequenos produtores ribeirinhos. Com isso seriam supridas as necessidades do consumo local, permitindo, assim, a fixação das famílias integradas ao Projeto em terra firme mesmo que a implantação deste não pretendesse anular a produção de várzea. Com isso novos padrões de vida seriam proporcionados pelo Projeto, além de suprir as necessidades de abastecimento em Manaus.

Aos ribeirinhos que aderissem ao Projeto, seriam assegurados alguns "benefícios" como o acesso à terra e ao crédito, assistência técnica, saúde e educação e uma infraestrutura básica para garantir a integração e fiscaliza

ção dos pequenos produtores no Projeto.

A nova política agrícola, que se expressava no modelo que ora se impunha aos pequenos produtores, baseava-se em ideais de desenvolvimento que postulavam a submissão da vida rural à realidade urbana, a partir de conceitos atribuídos ao meio rural. Conseqüentemente, o modelo adotado para modernização do trabalho agrícola trazia em si a concepção de atraso, arcaísmo e inferioridade da área rural, como é mostrado a seguir:

*"[...] de modo geral, os mecanismos que propiciam a integração da agricultura se conformam a partir de atributos negativos ou da alteridade dos agricultores, especialmente os qualificados como pequenos" (Neves, 1987, p.106)*

A entrega oficial do projeto ocorreu em novembro de 1977 e, através da Lei Municipal nº 1.312, de 28 de novembro de 1977, o Executivo municipal foi autorizado a construir, na forma da lei, a sociedade anônima de capital autorizado - Cidade Hortigranjeira de Iranduba.

### 3.3.1 - A preparação para a implantação do Projeto: a busca de adesão dos produtores e a implantação do Projeto Chisa

Enquanto se desenvolviam os processos externos a nível da burocracia estatal, para elaboração e aprovação do

Projeto, um segundo flanco de trabalho era posto em prática; consistia, como já foi exposto anteriormente, na organização da base física para implantação do projeto e preparação dos produtores para sua aceitação.

Para a organização da base física do Projeto procedeu-se à construção de estradas de acesso e de edificações, tratamento do solo, aração, gradagem e implantação do sistema de irrigação; ao mesmo tempo, iniciava-se o processo de recrutamento e seleção dos primeiros beneficiários.

Os procedimentos iniciais para implantação do Projeto já estavam, pois, sendo empreendidos. Era necessário, entretanto, "*introduzir primeiramente alterações 'necessárias' nos hábitos de vida das populações ribeirinhas dispersas nas margens do rio Solimões*", com sua remoção para terra firme, formando um núcleo urbano, solução necessária para criar-se uma "*economia local mais sólida*" (Projeto Chisa, p. 13).

Com a remoção dos ribeirinhos para o núcleo em terra firme e, conseqüentemente, com a desarticulação do trabalho familiar na várzea, os produtores ribeirinhos encontravam-se "*disponíveis*" para aceitar a implantação da empresa.

Várias reuniões com os ribeirinhos foram realizadas para convencê-los a aceitar o projeto:

"Bom, o que sei é que o Prefeito Jorge Teixeira reuniu uma vez aqui com o Cyrino que era o administrador, né? O Sargento Cyrino era a 1a. pessoa do Jorge Teixeira na

época; então ele mandou que o Cyri no reunisse o pessoal, ele convido numa reunião e explicou o sen tido da empresa da Hortigranjeira aqui ... lá pelo Paraná, Rio Grande do Sul já tinha tido experiência, nê? E ela estava sendo viável em Iranduba; ele perguntou se a comunidade estava disposta a aceitar: nesse ponto ele não tomou decisão, ele pode ter tomado a decisão da empresa, mas de localização aqui em Iranduba, ele consultou a comunidade; reuniu, sempre ele reuniu, era uma coisa que ele sempre fazia. Então ele alertou todo mundo e todo mundo achou que era a única esperança que tinha prá trabalhar porque não tinha emprego, algumas pessoas que já estavam paradas por aqui, nê? E aí, a gente concordou e achou que era viável isso" (pequeno produtor ribeirinho - A).

Nessas reuniões, a Chisa era apresentada aos ribeirinhos como uma resposta às suas necessidades, bem dentro do estilo paternalista-assistencialista, vindo atender às circunstâncias criadas pela desarticulação do trabalho familiar na várzea. Segundo documento legal, a cooperativa deveria ser constituída por acionistas, sendo estes a Prefeitura de Manaus e outros entes do Poder Público, bem como os produtores beneficiados por seus projetos e serviços.

Os produtores ribeirinhos passariam a ser designados como "contratantes de produção", a quem caberia uma li

mitada participação no capital integralizado, enquanto a Prefeitura e os outros entes entravam como acionistas majoritários (Lei nº 1.312, de 28 de novembro de 1977).

Em seus depoimentos, os ribeirinhos declararam que, nessas reuniões, os representantes do Estado postulavam que:

*"[...] durante sete anos nós ia ficar trabalhando e que em sete anos todos os parceleiros (...) seriam donos de sua própria parcela, com um documento prã ele. Depois de sete anos eles teriam por direito mesmo, de usucapião, direito na terra, né? É por direito que eles tavam dando, daí eles já eram dono da terra ..."* (pequeno produtor ribeirinho - C).

Na visão dos ribeirinhos, as idéias contidas no discurso apresentado os conduzia à compreensão de que, após um período de "adaptação" ao novo modo de organização do trabalho, materializado na Cooperativa, torna-se-iam gestores da entidade, ao obterem, "progressivamente", o direito de representação na Diretoria, até chegar ao controle acionário. Essas intenções estavam formalizadas no Projeto pelos seguintes termos:

*"A entidade gestora da Cidade Hortigranjeira de Iranduba, como já se disse, deverá assumir a forma de empresa de capital autorizado.*

*Deverã a cada prestação de serviços exercida em favor dos contratantes da produção e proprietários da região que, atendendo condições específicas, aderiram ao projeto, vão ampliando a participação no capital da entidade e adquirindo o direito de voto" (Projeto, p.17-7).*

Ao tentar desmontar o discurso feito pelos representantes do Estado, na tentativa de perceber com mais clareza as idéias postuladas aos ribeirinhos, verifiquei que as intenções apregoadas eram reconhecidamente "favoráveis" aos ribeirinhos pela possibilidade de ampliação de sua participação na gestão da entidade, até o nível de conquistar a plena direção da cooperativa:

*"O modelo adotado constitui uma feliz solução, pois permite que o Poder Público Municipal empreenda o Projeto e o vá transferindo ã responsabilidade dos produtores, os quais, em um processo de admissão progressiva ã gestão, deverão ir alcançando sua maturação como empresários" (Projeto Chisa, p.17).*

Aos ribeirinhos, sua incorporação paulatina ao modelo é, portanto, ao controle acionário da empresa, era mostrada como uma das grandes vantagens do sistema cooperativista, pela adoção de uma nova racionalidade econômica.

O Projeto Chisa representava a proposição de uma nova agricultura fundada em bases científicas, cujos inte

resses estavam voltados para o aumento da produtividade. Contida nessa proposição está a utilização de fatores de produção e incorporação de novas tecnologias agrícolas, política de preços mínimos, em oposição ao atraso e à baixa produtividade decorrente de uma limitada agricultura de subsistência. Passam, então, a considerar primordial a transferência de técnicas agrícolas e gerenciais aos pequenos agricultores com o intuito de aumentar a produtividade e, por conseguinte, a produção de hortigranjeiros na região.

O novo sistema proposto pretendia

*"[...] para a Cidade Hortigranjeira de Iranduba, sem desconsiderar os importantes aspectos sociais e após uma análise crítica de modelos de atuação no campo, no meio brasileiro, adotar procedimentos e uma formulação institucional com a adequação das inovações, de forma a conjurar os 'vícios conhecidos'"*  
(Projeto Chisa, p.13).

A implantação do Projeto foi realizada com a assessoria da Jart - Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda. , cujos técnicos tiveram papel destacado. Para esses técnicos, um dos "vícios" dos projetos anteriores (para agricultura) era a ênfase dada ao aspecto social, especificamente quanto ao número de dependentes de cada grupo familiar. Isto dava aos referidos projetos uma tônica de "proteção do Estado aos menos favorecidos", o que resultava em atitudes de contemporização para com os desempenhos negativos, com a perda

dos resultados globais (Projeto Chisa, p.13). Empenhavam-se, então, a eliminar toda sorte de protecionismo do Estado aos "menos favorecidos" - pequenos produtores ribeirinhos - já nucleados em terra firme, na sede da vila de Iranduba, procedendo a um recrutamento de candidatos ao Projeto através dos "contratos de produção".

As condições impostas nos contratos prevaleciam sobre os ribeirinhos, subordinando-os sob todos os aspectos, principalmente por tornar ilegítimas suas práticas sociais desenvolvidas anteriormente na várzea. No processo de recrutamento, os representantes do Estado, já incorporados ao projeto hegemônico do governo, ofereciam - por meio das mediações que realizavam junto aos ribeirinhos - sustentação política ao regime autoritário vigente no País. O poder decisório na administração da empresa concentrava-se, cada vez mais, nas mãos desses representantes, mesmo que as formas utilizadas por eles para buscar adesão dos pequenos produtores fossem permeadas por um discurso participativo.

O centralismo presente no processo de criação e administração da vila de Iranduba em terra firme se ampliava agora com a contratação de uma entidade gestora, a Chisa - administradores e técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos - cuja finalidade principal era "manter o controle e a força de condução do projeto". Para tanto, algumas providências iniciais foram tomadas, entre as quais a definição da área agrícola onde deveria ser implantada a empresa; esta não poderia ser "alienada mas cedida aos produtores sob contratos". Para distribuição da referida área,

foi organizado um plano geral de parcelamento - divisão de parcelas de 2 hectares de área de terra.

Após essas tarefas iniciais, foi realizado um processo de recrutamento e seleção dos candidatos; estes deveriam ser incorporados ao projeto sob a condição de "contratantes de produção", com direitos e obrigações bem definidos, procedendo-se, então, à elaboração dos projetos específicos de alocação das parcelas.

Segundo o projeto, para realizar os trabalhos de recrutamento e seleção dos contratantes de produção, previa-se a criação de grupos de técnicos que atuariam diretamente ligados à direção do projeto. Seus componentes deveria ser engenheiros agrônomos, sociólogos rurais, assistentes sociais. Tais agentes teriam autonomia para selecionar os candidatos, desde que norteados pelos critérios estabelecidos no projeto original:

*"O critério fundamental consiste no recrutamento de trabalhadores rurais com qualidades e atributos que preenchem certos requisitos essenciais que os habilitam como beneficiários do projeto. Tais requisitos devem guardar, necessariamente, estreita relação com os objetivos e características técnico-econômicas do projeto" (Projeto, p.186).*

O processo de recrutamento consistia na listagem preliminar de eventuais candidatos, conforme informações obtidas sobre suas características pessoais, comportamento

profissional, etc.

Essas informações seriam obtidas com a realização de sucessivas entrevistas, visistas e, fundamentalmente, a través de diferentes categorias de informantes, como geren tes de bancos, chefes de carteira de crédito agrícola, as sistentes sociais locais, sacerdotes, empresas compradoras de produtos agroindustriais, agentes comerciais e outros agentes intermediários, entrepostos municipais e transportadores de hortigranjeiros, etc.

Além do critério já mencionado, foram também exi gidos alguns requisitos, como experiência nas atividades se leccionadas, experiência como mutuário do crédito rural, dis ponibilidade, faixa etária entre 16 e 40 anos, posse de bens econômicos (instrumentos manuais ou mecânicos), animais, veí culos e complementos agrícolas, para fins de recursos pró prios nos esquemas de financiamento das atividades dos con tratantes de produção.

Outros requisitos ainda deveriam ser avaliados, como "*grau de instrução, saúde, características de lideran* *ça e pioneirismo profissional - grau de participação em coo* *perativas, sindicatos, associações de classe e movimentos* *comunitários*", comportamento pioneiro de introdução de no vas atividades agrícolas na região, atitudes frente à adoção de novas técnicas agrícolas.

Com base nessa listagem inicial dos candidatos, os grupos de técnicos organizados para este fim procederiam, então, à fase de seleção dos contratantes.

Aos assistentes sociais coube a tarefa de fazer visitas a cada candidato, para explicitação das exigências

contidas no contrato - prazos de financiamento, regime de trabalho, comportamento social e profissional exigido, etc. Após estas visitas seria realizada a seleção de famílias contratantes e uma segunda etapa de entrevistas, agora sob a responsabilidade dos agrônomos e sociólogos. Estes teriam a incumbência de verificar os aspectos técnicos de experiência profissional do candidato e suas relações com o meio social, sobretudo "suas atitudes de aceitação, resistência e/ou promoção de novas técnicas agrícolas".

A adesão dos pequenos produtores seria concretizada mediante a aceitação das condições previamente determinadas no "contrato de produção" que correspondia a um "projeto técnico individual" (documento financiável). Essas condições implicavam, primeiro, o uso do trabalho familiar e dos "assalariados residentes em Iranduba"; e segundo, a limitação da produção ao cultivo de dois ou três itens (culturas) priorizando-se a fruticultura pelo seu caráter permanente. Havia a pressuposição de que

"[...] os produtores irão, pelo cultivo continuado do mesmo item, ganhando conhecimentos específicos e a eficiência no trabalho que a especialização traz. Assim o projeto deverá referir-se em produtividade e lucratividade ascendente ao longo dos anos" (Projeto, p. 14).

Além da ênfase dada à fruticultura permanente, como meio de fixação do agricultor na parcela, havia um direcionamento para a produção de hortaliças:

"A atividade dos produtores deverá dirigir-se integralmente para a produção de hortaliças e frutas, dispensados de exercitar a seleção, padronização e comercialização da produção, atribuída à entidade gestora, por delegação dos mesmos expressa nos contratos de produção" (Projeto, p. 14).

Outra condição imposta no contrato foi a de restringir o trabalho do pequeno produtor à produção propriamente dita. Tal restrição supõe o deslocamento de mulheres e crianças, antes compondo a força de trabalho familiar, para o exercício de outras tarefas - seleção, padronização e embalagem da produção agora sob o controle administrativo da Chisa. Essa nova divisão do trabalho, norteada pela economia capitalista, era assim definida no Projeto:

"A atividade de preparação, padronização e embalagem na fonte de produção funcionará como fixadora de renda e distribuidora de trabalho, em nível elevado, permitindo a utilização de mulheres e de menores de Iranduba (Projeto, p. 15).

O novo modelo imposto aos ribeirinhos concretiza-se desarticulando todas as formas anteriores de organização do trabalho da várzea, como foi observado anteriormente, introduzindo uma nova divisão de trabalho agrícola, fragmentando relações sociais através de mecanismos de controle e submissão dos pequenos produtores da várzea.

### 3.3.2 - Treinamento e capacitação dos pequenos produtores ribeirinhos - confronto de saberes

O modelo agrícola imposto aos ribeirinhos pretendia, ainda, transformar a Chisa em um válido e importante instrumento de treinamento de produtores na atividade hortigranjeira na região. Para tanto, foi elaborado um programa de treinamento dos contratantes e trabalhadores rurais com o fim de obter convênio com o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - (Senar) em agosto de 1978.

A proposta apresentada ao Senar destinava-se ao treinamento da força de trabalho do grupo familiar dos contratantes da produção e dos trabalhadores que eram contratados sob forma de trabalho assalariado pelos próprios contratantes. Inicialmente estava previsto o treinamento de 97 contratantes de produção e 97 assalariados. Aos primeiros seria garantida a sua condição de chefe do trabalho familiar e, aos assalariados, a condição de empregados nas glebas onde seriam preparados. Calculava-se para isto um número equivalente a dois trabalhadores em média por família. A meta última do projeto era promover a capacitação de 380 "ruralistas".

Na análise dos projetos elaborados pela assessoria técnica da empresa consultora Jart, é possível verificar que todo o referencial teórico desses projetos está pautado na idéia de modernização do pequeno produtor, como já foi visto no início deste capítulo. O seu processo mediador é a desqualificação do saber dos produtores pela via da imposição de novas tecnologias, geralmente produzidas a

partir do envolvimento de outros setores da economia que de terminam a utilização de produtos industrializados - insu mos, instrumentos mecanizados e outros - com vistas a três aspectos articulados entre si: amplo controle de fatores de produção, aumento da produtividade e redução de custos em força de trabalho.

Na ótica dos assessores da Jart e dos outros agen tes contratados para compor o quadro técnico-administrativo da Chisa, o modelo previa a "*promoção do homem ribeirinho*", ao oferecer-lhe ainda um "*atrativo adicional*", ou seja, a possibilidade de transformá-lo no produtor moderno, como po de ser observado no trecho a seguir:

*"O ribeirinho engajado no projeto com adequada assistência técnica acelerará a formação de uma poupança. A poupança poderá conduzir à aquisição de terras próprias, ce dendo suas parcelas de terras e ações e direitos, caso se afastem do projeto, a terceiros" (Projeto, p. 18).*

O programa de treinamento para os ribeirinhos, for mulado de modo coerente com os objetivos estabelecidos para política agrícola implantada no País, propunha-se oferecer instrumentos para propiciar aos ribeirinhos a internaliza ção de uma nova lógica de pensamento (mais) racional, arti culada com a preocupação de aumentar a produção e a produti vidade.

Distanciados das práticas dos ribeirinhos, os téc

nicos tomaram como ponto de partida o fato de que os "ruralistas já engajados no projeto" apresentam muitas deficiências, como o desconhecimento de sementes melhoradas; plantios desrepeitando o calendário ótimo; controle de pragas e moléstias ineficiente, insuficiente ou precário; colheitas em momento inoportuno; perdas excessivas na colheita e no preparo para comercialização; fatores que vão redundar numa baixa produtividade e, por conseguinte, numa baixa produção.

Tais "deficiências", observadas genericamente no setor da pequena produção em regiões do centro-sul do País, foram atribuídas aos ribeirinhos sem que os "observadores" levassem em conta as especificidades locais e, especialmente, sem considerar a trama de relações sociais que envolvem os ribeirinhos, sobretudo as razões que os levam a distanciar-se da prática agrícola em terra firme, organizando seu trabalho e vida nas terras férteis das várzeas.

O processo de exclusão dos ribeirinhos fazia-se também pela via da expropriação do seu saber prático já produzido. O programa de treinamento, que buscava preencher "os claros" existentes com as novas técnicas dos agentes treinadores, deveria ser realizada em três etapas. Os produtores foram reunidos de acordo com a produção escolhida no contrato individual para possibilitar o treinamento específico em cada atividade. Inicialmente, todos os grupos reunidos no campo deveriam assistir a uma explicação geral sobre como exercitar o trabalho agrícola. Em seguida, o monitor executaria o serviço diante de todos, demonstrando "praticamente" a técnica apresentada; e, numa terceira etapa, cada gru

po exercitaria a prática sob a orientação e "vigilância" do monitor.

Ao lado do que foi metodologicamente chamado de treinamento em serviço, os produtores receberiam material didático para leitura, destinado à complementação do treinamento recebido.

Estava previsto também um sistema de avaliação do desempenho dos participantes. Por serem considerados "não-qualificados" para a agricultura em solos rígidos (terra firme), em decorrência de suas "rudimentares" práticas desenvolvidas nos solos de várzea, em agricultura de pequeno ciclo.

*"[...] cada participante deveria receber treinamento ao longo de todo o ciclo de cada cultivo contratado para cada um, e se o instrutor opinar em documento especial, após oferecer histórico do aproveitamento - pela concessão!" (Projeto de Treinamento dos Parceleiros, p. 3).*

Dessa forma, os técnicos que elaboraram o projeto de treinamento, ao preconizarem o preenchimento das "defasagens" atribuídas aos produtores ribeirinhos, legitimavam a expropriação do saber social produzido pelos ribeirinhos nas suas relações de vida e trabalho; ao mesmo tempo, reforçavam essa expropriação pelo modo como alijavam os pequenos produtores de qualquer forma de participação no processo pedagógico desenvolvido no treinamento e, por conseguinte, em

outras instâncias do trabalho.

Confrontava-se, dessa forma, ribeirinhos - antigos agricultores da várzea - com uma formação originada na sua própria prática da produção e, portanto, adequada às condições de produção de sua existência - e os técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, proprietários de novas técnicas, mesmo porque, associadas a recursos financeiros capazes de sustentar o alto custo de uma agricultura em terra firme, altamente dependente da utilização de adubos, insumos e máquinas, sem o que se tornaria inviável a produção em solo improdutivo.<sup>7</sup>

Neste confronto havia a clara intenção por parte dos técnicos e administradores do projeto, de mudar os valores dos pequenos produtores, convencendo-os a adquirir uma nova consciência frente ao trabalho, que superasse formas "ociosas" de produção.

A prática desses agentes sociais não é específica deste Projeto, mas a extensão de um conjunto de outra práti

---

<sup>7</sup> Na análise efetuada pelos especialistas da Jart - Empresa de Consultoria S.A. sobre as condições físicas e fertilidade dos solos de terra firme onde seria implantada a Chisa, foi concluído que "o estudo da morfologia das propriedades físicas e químicas efetuado nas unidades pedogenéticas encontradas permitiu saber, que são em todos os casos solos de baixa fertilidade, porém com boas características físicas". Em função dessas conclusões aconselharam que "além da correção calcária, na base de 2 t/ha para elevar o pH e neutralizar o alumínio trocável, necessitam também de adubações elevadas e devendo estas ser preferencialmente orgânicas, pois devido a baixa capacidade de troca de cautions, os adubos minerais serão rapidamente lixiviados, principalmente em se tratando de uma região onde a precipitação pluviométrica é elevada (Projeto, p. 45).

cas que vêm sendo desenvolvidas na Amazônia a partir do pressuposto da "inferioridade" do homem amazônico, idéia co mumente veiculada através dos planos, programas governamen tais para a região, conteúdos curriculares usados nas esco las, meios de comunicação e outros. Ao se referirem aos ti pos humanos da Amazônia, os textos escolares os relacionam com os tipos de trabalho (seringueiro, mateiro, jutilcultor, operário, etc.), homogeneizando os homens à idéia do traba lhador braçal em oposição à sua capacidade intelectual, le gitimando a separação entre trabalho manual e intelectual.

Para os ribeirinhos, o treinamento proposto pelos seus agentes era percebido como um instrumental necessário para a agricultura em terra firme por reconhecerem que os solos desse ecossistema eram impróprios para a produção de hortaliças sem o devido preparo.

De acordo com suas experiências, na várzea o "so lo já é bom por natureza", não havendo, portanto, nenhuma exigência quanto ao uso de técnicas mais especializadas para o cultivo; no entanto, em terra firme "é um negócio to talmente diferente", depende de ter "incentivo do governo" para aquisição dos meios para preparação da terra, "para com prar veneno, adubo e para trazer água até em cima".

No transcurso deste trabalho, realizei algumas en trevistas com pequenos grupos reunindo ribeirinhos que tra balharam como parceiros na Chisa, filhos desse ribeiri nhos e funcionários da prefeitura local, que antes haviam trabalhado como parceiros. Vale ressaltar que alguns des ses entrevistados atualmente encontram-se engajados na luta dos pequenos produtores pela reativação da Chisa, nos mol

des como havia sido prometido por seu idealizador, Coronel Jorge Teixeira (questão que será tratada posteriormente). Nessas entrevistas, registrei um conjunto de "observações" dos produtores sobre o processo de treinamento efetuado, que vão expressar os conflitos produzidos nas relações estabelecidas entre os treinadores e parceleiros. Para o grupo entrevistado o treinamento representou

*"uma imposição; nenhum produtor por tradição ele admite que um técnico vá lá e dê toda a forma de plantar. Nem aqui ninguém aceita, eles sempre trabalhavam, vão assimilando devagar as coisas; aqui nunca foi assim, pegaram cada tipo de máquina, cada espécie, nunca gostaram de aceitar a técnica. Eles aplicavam a técnica, mas quando chegava na várzea e iam plantar o milho, pegavam aquele espigão deste tamanho (pequeno em relação ao tamanho normal); então eles foram vendo que aquele negócio não adiantava. Eu fui um que cansei de participar aqui..." (pequeno produtor ribeirinho - A).*

*"Eles pegavam os produtores da várzea, né, e colocavam em terra firme, um negócio totalmente diferente. Aqui você ia ter que usar tecnologia. Na várzea, o solo já é bom pela própria natureza"... (funcionário da prefeitura e pequeno produtor - I).*

"Eles andaram matando muito plantio aí, depois de estar...os próprios técnicos que davam orientação aos produtores passa a ser um técnico inexperiente, saído da escola...o produtor nunca viu aquilo; como um agrônomo, em 78, que trabalhava lá na Chisa, o outro agrônomo chegou e disse para o cara pegar a uréia, cloreto de potássio, misturar os dois e colocar aí uma grama em cada copinho de tomate...ele deveria ter dissolvido n'água e coisa e tal e aplicado aquela solução...uma quantia bem pequena e outras coisas que os caras fizeram lá..." (técnico agrícola, filho de um ex-parceleiro da Chisa).

A minha preocupação nessas entrevistas era saber como se deu o processo pedagógico do treinamento, se os ribeirinhos haviam resistido a esse processo e como se organizaram para essa resistência. Dessa maneira, pude constatar que os ribeirinhos, mesmo revelando, através de suas versões, as contradições presentes nas situações que vivenciaram na travessia produzida pelo Estado, não foram capazes de manifestar nenhuma ação coletiva de oposição à intervenção que se realizava em todos os sentidos de suas vidas, ao ponto de desagregar a hegemonia dos dirigentes do Projeto.

Por outro lado, essas mesmas versões também revelam momentos de resistência caracterizados pela percepção de que o saber dos técnicos, em confronto com a sua prática concreta, é inadequado ao trabalho e, por isso, negam a sua

validade, embora essa atitude seja interpretada pelos referidos técnicos como uma rejeição ao "progresso" e ao "desenvolvimento tecnológico."

A não-adesão dos pequenos produtores ribeirinhos às técnicas introduzidas pelos treinadores criou sérios impedimentos para a execução do projeto tal qual pretendiam os seus administradores. Os conflitos vivenciados durante o treinamento iam sendo aprofundados à medida que cada etapa do projeto ia sendo executada.

### 3.3.3 - Execução do Projeto Chisa

O Projeto Chisa foi executado em algumas etapas. A rigor, não é possível separar-se essas etapas, muito menos tratar distintamente os momentos já descritos anteriormente - criação e execução - pois foram sendo desenvolvidos simultaneamente e interligados, dependentes entre si.

Primeiramente, foram realizadas as tarefas já descritas neste capítulo: recrutamento, seleção e alocação das parcelas. Em seguida, procedeu-se ao treinamento dos parceiros. Essas duas tarefas estão sendo tratadas separadamente apenas por uma questão didática, para que seja possível perceber-se que as versões dos atores que dão significado a essa história refletem as contradições e diferenças ideológicas próprias dos diferentes espaços sociais que ocupam.

Vasta documentação foi produzida para dar sustentação legal e organizacional à intervenção realizada. Tal documentação compreende o projeto original de criação da Chisa, um conjunto de subprojetos específicos para cada me

ta estabelecida, além de convênios celebrados entre os govern<sup>o</sup>s municipal, estadual e federal.

Através desse conjunto de papéis, foram articulados os meios de captação de recursos para financiamento dos projetos. Primeiro foram acionados investimentos públicos na ordem de Cr\$ 94.000.000,00 (moeda vigente em 1978), para suprir gastos com investimentos iniciais e custeio da produção, respectivamente. O primeiro, proveniente do PIN-Proterra a juros de 21% ao ano com vencimento para 11/12/1989. O segundo, do Banco da Amazônia S.A. (Basa), oriundo de recurso próprio, referente a percentual sobre o depósito a ser aplicado na agricultura, conforme resolução nº 69 do Banco Central.

Outros financiamentos foram obtidos posteriormente, quando também ocorreram mudanças conjunturais, que se rão abordadas no final deste capítulo, ocasionando num primeiro momento o término do mandato governamental do prefeito, autor do projeto, e a conseqüente substituição do corpo administrativo da Chisa.

No exame dessa documentação, confrontada com os relatos dos pequenos produtores, ficou evidente que os investimentos realizados pela Prefeitura Municipal e pelo Governo Federal - como parte das políticas de modernização para a agricultura - não chegaram a ter sua aplicabilidade real, para o alcance dos objetivos traçados.

De acordo com o relatório preliminar na primeira Diretoria da Chisa, referente ao exercício de 1978, período de implantação da empresa, com relação à aplicabilidade desses recursos foram realizados os seguintes serviços: prepa

ração do solo, incluindo todas as etapas necessárias; locação das 10 primeiras parcelas e seleção dos 10 primeiros contratantes de produção; distribuição das parcelas. Foram também realizadas construções, conforme especificação feita no relatório:

"Uma guarita em madeira com cobertura de alumínio, com  $6m^2$  de área: 10 galpões de guarda de material, com cobertura de alumínio com área de  $21m^2$  a unidade; um abrigo de madeira com piso de cimento, com área de  $12m^2$  para o grupo gerador de 7,5 KVA; uma casa de madeira com cobertura de telhas Brasilit com  $75m^2$  de área para abrigo dos técnicos rurais. Um barracão de madeira com cobertura de alumínio com  $112m^2$  de área para guarda de material ; um barracão com piso de cimento coberto de telhas de alumínio, com  $63m^2$  de área, onde funciona o Centro de Seleção." (Relatório Preliminar).

Outros investimentos foram feitos para aquisição dos equipamentos:

"Duas bombas d'água E - 259 485 de 7,5 CV cada; uma bomba de 15 HP, marca King; um grupo gerador MWM de 40 KVA; Trator Massey Ferguson Mod. 265; Trator Massey Ferguson Mod. 290; rotavator FNI; grade Massey Ferguson; arado Massey Ferguson-

son; distribuidor de calcário Vi-  
con; carreta de 4 rodas Massey Fer-  
guson; caminhão Mercedes Bens Mod.  
1313; caminhão Chevrolet; Volkswa-  
gem mod. 1300; motocicleta Honda  
Mod. C70 e kombi Volkswagen mod.  
Furgão" (Relatório Chisa exercício  
de 1978).

Além desses investimentos, destacam-se as despe-  
sas com o quadro de pessoal composto de um Conselho Adminis-  
trativo, com cinco membros, e o Conselho Fiscal, com três  
membros, além da Assistência Técnica que ficou ao cargo da  
Jart - Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda., conforme con-  
trato firmado em 19 de janeiro de 1978, também responsável  
pelas tarefas de implantação do Projeto Chisa.

Cabê ressaltar ainda que essas informação foram  
retiradas de cópias de relatórios apresentados a Prefeitura  
de Manaus pela primeira administração da empresa, não tendo  
sido possível a constatação dos fatos aqui apresentados a  
través da análise da documentação contábil, pois o período  
de realização do trabalho de campo para esta dissertação  
coincidiu com o processo de liquidação da Chisa; e, apesar  
de várias tentativas, fui impedida de ter acesso às informa-  
ções e documentos.

Nos relatos dos ribeirinhos entrevistados, dois  
momentos são evidenciados: o primeiro momento refere-se à  
administração do prefeito - autor do projeto - e o segundo,  
à administração que substituiu o Prefeito Jorge Teixeira, no  
início de 1979.

Esses dois momentos correspondem ao modo como os

ribeirinhos perceberam o projeto. Inicialmente, incorporando a ideologia disseminada através dos vários discursos que lhes convenceram a aceitar a proposta do Estado, sem percebê-la com um recurso de dominação; em seguida, pelo confronto entre o momento eufórico inicial da produção e os acontecimentos posteriores que culminaram com o processo de insolvência e liquidação da empresa. Articulam em suas falas esses dois momentos, assim se expressando:

"A Chisa foi um ponto básico e de partida para que mantivesse o povo aqui. Ter onde trabalhar, gerasse emprego, sô que foi mal administrada, nê? Enquanto o coronel estava na prefeitura, tudo correu bem porque fiscalizava e o administrador aqui não era fácil não. Ele não dava chance para o cara passar a mão, nê? Mas depois que passou assumiu a Prefeitura o outro prefeito; o coronel terminou o tempo dele mesmo. Aí ele assumiu colocou aí como administrador lá e não ligou. Então daí caiu a Hortigranjeira, até que foi o fim, que faliu. Ninguém mais se interessou de trabalhar porque muita gente trabalhava sem lucro, nê? Foi mal administrado o Hortigranjeiro" (pequeno produtor ribeirinho - H).

O momento inicial de funcionamento da Chisa vem legitimar o Projeto como alternativa positiva para os ri

beirinhos em face dos resultados iniciais da produção; primeiro porque os parceiros sentiam-se beneficiados com a nova política agrícola, que colocava à sua disposição os recursos necessários para desenvolver, em terra firme, determinados produtos que na sua prática concreta somente lhes era possível nas terras produtivas da várzea; segundo porque o Estado, ao transportar para a esfera da indústria o modo de produção da várzea - a pequena produção familiar - criava nos ribeirinhos a ilusão de que mantinham sua autonomia como pequenos produtores, mesmo que atrelados ao sistema industrial-urbano; e, terceiro, pelas próprias circunstâncias em que se encontravam na fase anterior à implantação do Projeto, pois já haviam sido subordinados a uma nova organização social imposta pela burocracia estatal, embora, contraditoriamente, com um verniz de participação popular.

Os ribeirinhos, contaminados pela esperança de melhoria de vida, lançaram-se no Projeto com a crença de que, após a fase experimental de sete anos, *"todos os parceiros seriam donos de suas parcelas, com um documento de propriedade"*. Ao mesmo tempo, assumiriam o comando da empresa organizada com o caráter de cooperativa agrícola.

Vale ressaltar aqui que o sistema cooperativista no Brasil, a partir da Lei nº 5.674, de dezembro de 1971, assume um caráter de prestação de serviço sem os obstáculos anteriores, podendo funcionar como qualquer empresa capitalista.

Historicamente, as cooperativas têm representado um mecanismo de Estado destinado a expandir a produção agrícola, especialmente de alimentos, para atender o abaste

cimento urbano, tendo sido usadas também como instrumento de modernização da agricultura bem dentro do projeto de expansão capitalista no Brasil (Loureiro, 1981, p. 136).

A Chisa, pela forma como havia sido implementada, coerente com os objetivos proclamados por seus idealizadores, criou expectativas nos ribeirinhos parceleiros, bem como nos ribeirinhos que sediavam a vila de Iranduba e que não haviam sido incluídos no projeto através da seleção realizada. Em suas versões, essas expectativas são destacadas:

"Ora o que ele frisou nas reuniões de início era que durante sete anos nós íamos ficar trabalhando e que em sete anos todos os parceleiros...ele fez uns cálculos de produção porque a terra era boa, o que de fato foi comprovado, dava bem tomate, deu bem pimentão, deu todo tipo de verdura, o que se plantou deu, né? Tomate deu uma coisa extraordinária, né? uma produção incrível, a produção de tomate. Então pelos cálculos que ele fez, o mínimo que cada parceleiros tirava de saldo em 69 seria de 60 naquela época..." (pequeno produtor ribeirinho - D).

"(...) então, com essa condição, isso líquido dava pra ter tirado até mais; porque na época, veja bem eu me lembro que em 78 eu fiz sete toneladas de tomate e o preço no mercado de Manaus era 30 cruzados, nesse mês de julho pra agosto, no

*período que não tinha várzea, ainda tava saindo, nós tava produzindo aqui" (pequeno produtor ribeirinho - A).*

Os depoimentos dos diferentes parceiros entrevistados refletem os conflitos e as contradições vivenciados na sua travessia para a "modernização", bem como o modo como se incluem dentro do Projeto - não como sujeitos participantes, donos da produção, mas como meros prestadores de serviço - é revelador da complexidade que as novas relações de trabalho representavam para eles, distanciando-os cada vez mais dos processos anteriores de organizar o seu trabalho. Além disso, ao mesmo tempo que se mostravam aquiescentes ao êxito da produção, demonstravam descontentamento com os mecanismos usados pelos administradores, amparados pelos critérios estabelecidos nos contratos de produção.

Esses critérios estavam resumidos em dois pontos básicos: o primeiro previa o deslocamento do processo de comercialização da produção - que antes integrava a organização do trabalho na pequena produção da várzea - para a administração da Chisa; e o segundo repetia de maneira mais sofisticada o "sistema de aviamento" já praticado pelos comerciantes locais (regatão e outros), subordinando cada vez mais os pequenos produtores através do sistema proposto. Um dos diretores da Chisa explica o sistema:

*"A comercialização era feita por elementos da empresa. Eles esta*

vam apenas na parte de aferição do que era colhido. Eles tinham a caderneta para anotações próprias. A partir daí era informado o preço vigente no mercado do produtor dele e na colocação" (funcionário da Chisa).

O sistema de remuneração adotado pela empresa ,  
previa ainda:

"Os produtores exercitarão a produção por conta própria e a entrega na totalidade à entidade gestora que procederá à seleção, preparo, classificação e embalagem da parcela a ser comercializada in natura, realizando também a comercialização. Os contratantes da produção receberão o valor líquido correspondente ao da parcela a ser comercializada in natura, entendendo-se por valor líquido o valor bruto alcançado na venda deduzido de percentuais destinados a remunerar os seguintes benefícios: cessão de terras; assistência técnica intensiva; seleção , preparo, classificação e embalagem utilizada" (projeto original, p. 18).

Ao confrontar os critérios estabelecidos no Projeto para remuneração dos parceleiros, com os depoimentos desses parceleiros, verifiquei alguns contrapontos que vão

denunciar a exploração a que foram submetidos os ribeirinhos e que contribuíram para o processo de falência da em presa. Desse modo, cabe mostrar aqui, como primeiro contra ponto, de que maneira os ribeirinhos perceberam o sistema de remuneração estabelecido pela empresa e como essa per cepção vai ocasionar a desistência ou abandono do projeto. Constataram inicialmente que o novo sistema implantado li mitava-se apenas a uma transposição dos processos de subor dinação anteriores, mudando-se apenas o patrão:

"Então tomate tava de 30 cruzados e nós esperávamos que ele pagasse de 25 a 30, o preço mínimo que corria, nê? Então a idêia era ven der, fazer boa qualidade que era prã poder fazer as boas coisas no melhor preço e as ruins no preço inferior, nê? Quer dizer, ai ti nha condições de fazer um contra to com supermercado, nê? Um Hotel Amazonas, um Tropical, então as coisas boas vão ser vendidas mais caro no preço inferior, nê? As in ferior de segunda e terceira vai ser vendida mais barato, então era esses os planos deles, e a gente tinha a certeza que isso ia acon tecer, nê? Eu fiz sete toneladas de tomate, quando fui ajustar mi nhas contas saiu no preço de 12 cruzados e para tirar ainda es ses 40%, nê? Eu só ficava com os 60%; a minha conta deu 105 cruza dos eu me lembro benzinho, adubo orgânico, adubo químico, insetici

cida e os repasses que saia também por quinzena, né?" (pequeno produtor ribeirinho - F).

Outro ribeirinho mostra que:

"Eu ainda, às vezes ainda proponho para eles: porque a gente não fica nos 50% (meio), que nós tínhamos muito mais lucro, porque aqui até nessa altura tava quando começou a gente não tinha bem informações, uma estrutura de trabalho, a gente aceitou de qualquer jeito, a primeira experiência a gente não sabia se no fundo a gente ia ter prejuízo ou não né? Mas depois que a gente viu aí não dava pra ter lucro, a gente não ia sair ganhando porque só 40% era da empresa, porque ela ganha; mesmo que ela comprasse o material mas ia ser pago, os 40% da empresa era livre, e os trabalhadores iam ter que se sacrificar para pagar tudo isso com esses 60%" (pequeno produtor ribeirinho - A).

De acordo com o Projeto, os percentuais apontados pelos ribeirinhos nos seus relatos não correspondiam aos valores estabelecidos; estes totalizavam 22% a serem deduzidos da venda total da parcela, estando assim discriminados no contrato de produção:

"1% sobre o valor total da produ

ção para prevenção de frustrações; 3% do valor da venda de toda a produção da parcela, destinado o valor a uma conta especial; 3% para o aumento de capital da Chisa; 2% para remunerar os serviços da assistência técnica; 4% para remunerar os serviços de higienização, seleção, padronização e embalagem; 7% para remunerar os serviços de comercialização; 2% para remunerar o suprimento de água de irrigação".

Se, por um lado, os ribeirinhos questionavam os lucros obtidos pela empresa em oposição aos prejuízos que lhes eram imputados, por outro não houve nenhuma mobilização coletiva desses atores que configurasse uma conscientização sobre seu papel diante das circunstâncias ali vivenciadas. Seus depoimentos limitavam-se a apontar as dificuldades enfrentadas como parceleiros e alguns de seus atos de rebeldia somente vão ser percebidos nos depoimentos dos administradores da Chisa, traduzidos por estes como um processo de inadaptação à modernização imposta. Segundo eles,

"Os ribeirinhos não se adaptavam ao regime de trabalho; a experiência com o ribeirinho foi frustrante, porque talvez, pelo condicionamento que ele tem de anos e anos nesse beiradão, ele se acostumava aquele trabalho contínuo de seis, ou de acordo com a necessidade, de oito horas..." (funcionário da Chisa - 2).

E ainda:

*"É porque o horário era determinado pela gerência técnica em função da irrigação - poderia recomendar já no final da tarde ou no início, às cinco horas da manhã, e os tratamentos culturais que têm que fazer em cada parcela" (funcionário da Chisa - 2).*

As expectativas que os ribeirinhos criaram aos poucos foram dando lugar ao descrédito e desesperança. Durante o período de 1978 até meados de 1979, não se registra nenhum ato de abandono do Projeto, tendo sido este momento inicial de implantação e execução do projeto hortigranjeiro a administração do Coronel Jorge Teixeira.

No momento que se segue, em decorrência de mudanças de ordem estrutural-conjuntural, vão ocorrer também mudanças dos governos estadual e municipal. Essa passagem entre a administração do Prefeito Jorge Teixeira e seu substituto é percebida pelos ribeirinhos como extremamente prejudicial para a fase experimental do projeto, constituindo motivo básico para o seu fracasso.

Não é minha pretensão neste trabalho aprofundar a análise sobre o segundo momento histórico da Chisa, porém citarei alguns fragmentos dessa história que foram de suma importância para este estudo.

Entre as primeiras ações do novo governo municipal, destaca-se a demissão de toda a administração da Chisa e a conseqüente nomeação de nova equipe de trabalho.

Como meta inicial, a nova administração contra tou, com a mesma empresa de consultoria que elaborou o pro jeto original mesmo porque é a única especializada neste setor - a preparação de um novo projeto para ampliação da Chisa, de 200 para 300 hectares.

O referido projeto está consubstanciado em sete documentos condensados em 85 páginas das quais 56 são dedi cadas à descrição do Curriculum Vitae dos 12 técnicos con tratados para prestar consultoria ao projeto. Segundo o texto,

*"O projeto objetiva não só ampliar a área original mais inclusive re calcular os ajustes decorrentes da ampliação, revisando alguns as pectos, notadamente o estudo de mercado...a metodologia utilizada é a mesma que foi adotada para a elaboração do Projeto original" (Projeto de ampliação da Chisa, p. 3).*

O período que se seguiu à execução deste segundo projeto teve pouca durabilidade, não chegando a ser concre tizado por uma série de fatores, dentre os quais o quadro político e econômico-social para o qual se arrastava o país, vivendo as primeiras conseqüências do eufórico "milagre bra sileiro".

No plano local, enquanto os novos administra dos colocavam em prática as novas metas estabelecidas para ampliação da Chisa, apoiados nos recursos ideológicos usa dos para manipulação dos ribeirinhos, estes começavam a

perceber que as intenções proclamadas pelos governantes anteriores não se concretizavam, e que a "integração" pretendida pelo Estado enquanto força coercitiva, às políticas de modernização da agricultura, não respondiam aos seus anseios; pelo contrário, explorava-os cada vez mais, subordinando-os a uma complexa cadeia de relações sociais na qual se fortalecem como o elo mais fraco.

Na várzea, excluídos das políticas sociais do Estado, julgavam ter autonomia sobre os processos de trabalho utilizados, bem como formas de organização social; em terra firme, "integrados" aos projetos governamentais, eram destituídos de direitos básicos, via formulação de um direito dominante.

À medida que os administradores e técnicos da Chisa implantavam um novo sistema de trabalho, introduzindo novas especificações no trabalho agrícola, novos investimentos iam sendo exigidos. Para suprir essas exigências, uma das formas usadas foi a captação de recursos junto aos programas de crédito agrícola, agenciados pelos bancos já previstos nas cláusulas do Contrato de produção.

Essas relações sociais sustentavam-se na exploração econômica, no controle ideológico necessário como forma de legitimação da dominação, através dos quais os interesses das classes dominantes prevalecem sobre os dos excluídos. O Estado, organizador principal dessas relações, as organiza sob a formulação de um direito e atendendo a esses interesses, os quais, segundo O'Donnell (1986-89) eram aceitos como justos por muitos membros das classes dominadas por não terem uma consciência crítica, uma organi

zação que os instrumentalizasse para impor sua visão de mundo como forma de resistência à dominação.

Um dos mecanismos utilizados para a captação de recursos foi a manipulação dos ribeirinhos, ingenuamente envolvidos na assinatura de documentos para obtenção de empréstimos.

É possível afirmar que este fator foi fundamental para que os ribeirinhos - agora travestidos de parceleiros da Chisa - decidissem pelo abandono do trabalho na empresa. Ao buscar informações junto à Carteira de Crédito Agrícola do Basa, constatei que muitos parceleiros, após se desvincularem do Projeto e recorrerem individualmente ao financiamento agrícola, foram surpreendidos com a constatação de seu endividamento junto ao Banco da Amazônia.

Um longo depoimento de um ribeirinho mostra que,

"A Hortigranjeiro não era prá ter avançado muito, era prá ter ido de vagar. Aí, o que foi que aconteceu? Seu novo diretor, não sei se foi por pretensões de querer correr muito, né? Aí logo mandou preparar a 3, 4, 5 e 6. Nós tava com 23 parceleiros, aí subiu para 105, quer dizer, a 3, 4, 5 e 6 ele, me parece, segundo eu tive informação, que não veio mais a verba que era esperada; aí o homem se agoniou. Desmataram todinha a área, uma imensidão de terra e sem necessidade... nós estávamos começando a ampliar a 1 e a 2 que nem o Maquino ia fazendo, ele disse: 'olha daqui prá

setembro, nós vamos passar pra 4, e da 4 pra 5 até chegar a 6. Ele reuniu o pessoal; todo mundo lá de cima, queria porque queria; ele disse, olha pessoal, eu não vou botar 50 se só tem vaga pra 20, pois como vou fazer com os 20? Assim vamos fazer dentro das possibilidades! E em parte ele tinha razão, então foi aqui que isso caiu. Aí eles tentaram ajudar a 4, a 5, a 6 ao mesmo tempo, mas sem condições. Colocaram o pessoal todinho, mas sem condições. A parcela 6 não tinha água, até a 4 conseguiram colocar água, mas não conseguiram terminar, faltou tubo, faltou uma série de coisas, não tinha mais recursos, aí ficou um corre-corre. Foi a partir desse momento que vai esse financiamento, me parece que tava uma agonia e aí apareceu essa documentação pra gente assinar, que a gente nem sabia. Eu acredito até que alguns companheiros, eu pelo menos fui um que se tivesse de ir pra força eu tinha ido sem saber" (pequeno produtor ribeirinho - C).

Muitos aspectos podem ser destacados nesse depoimento. Entre os principais, podem-se ressaltar as formas utilizadas pelos representantes do Estado para manter sua hegemonia e, ao mesmo tempo, ganhar crédito junto à população de Iranduba, especialmente os parceleiros. Com a mudança da administração, as atenções concentraram-se no aumento da produtividade, no soerguimento da bandeira contra o "as

*sistencialismo*" praticado na outra gestão; porém a administração anterior mereceu crédito junto à opinião pública, não só de Iranduba, mas de toda a região circunvizinha, especialmente em Manaus.

Na visão da nova administração, os ribeirinhos "fo<sup>o</sup>ram mal-acostumados", pois ao serem deslocados para a vila de Iranduba, mesmo antes da implantação da cooperativa, "tudo lhes era dado", criando com isso um "grande incentivo à ociosidade e dependência que muito onerava o Estado". Era preciso romper com essas relações e substituí-las por "critérios de vida coletiva mais participativa e racional".

A descontinuidade que marcou a passagem das duas administrações, representativas de conjunturas políticas diferentes, era apenas um mecanismo a mais de fortalecimento do poder estatal sobre a sociedade, afiançando novos interesses econômicos, que sempre estão permeando as chamadas políticas sociais governamentais para as populações pobres.

Para os ribeirinhos, porém, o que via distinguir os dois momentos são as práticas concretas dos administradores da empresa, que oscilaram entre a afirmação ou negação dos interesses dos ribeirinhos, enquanto ponto de partida para fazer prevalecer os interesses econômicos que estavam na base da criação do Projeto hortigranjeiro em Iranduba.

A experiência com a nova administração da Chisa foi, para os ribeirinhos, a causa visível de decadência do projeto, uma vez que os recursos não chegaram a ser formalmente repassados aos parceleiros. Eles questionavam a forma como havia sido realizada tal ação, como mostra esse relato:

"[...] aĩ veio o secretário dele lã de Manaus; aĩ nōs assinamos es se documento em cima duma frente da Pick-up. Ele passou lã esse do cumento avechado: 'assina esse do cumento aqui prã gente levã amanhã pra Manaus'. Como a gente de vez em quando vinha um documento prã gente assinã, às vezes era negócio de veneno, semente, aquela coisa, nē? A gente encostou o pau e assi nou nē? Depois, jã com mais de dois meses que a gente veio saber que aquele documento prã ir prã Manaus foi prã emprêstimo de dinheiro. O dinheiro, parece, jã ti nha saído" (pequeno produtor ribeirinho - A).

Várias outras condições de trabalho vinham sendo questionadas pelos ribeirinhos como sendo completamente opostas às suas alternativas na várzea, como por exemplo as distâncias que haviam de percorrer diariamente da vila à Chisa, bem como questões ligadas ao processo de remuneração que parecem convergir para a confirmação de que os financiamentos não são aplicados de acordo com os orçamentos previstos:

"Aĩ foram trabalhar. Certo é que quem trabalhou atē certos tempos, o que deu de produção não pagaram mais atē hoje. Enganaram o pobre do agricultor que jã tinha vindo baqueado da várzea sem recurso.

Meu irmão ficou de costelinha pare

cendo. Dava prã morrer de pena saia, a pẽ prã gleba 4 onde ele trabalhava, era muito longe. E um dia que eu fui atrás de uma árvore de macaxeira prã plantar, eu fui com meu filho; digo, minha nossa senhora. Tinha razão do meu irmão tã aparecendo as costelinhas...passando mal! Ele recebia aquela micharia, que quem ganhava muito eram eles que ficava com a verdura que levavam, nê? E nãs sem recurso, aqui trabalhando pra poder produzir...tava prã se acabar" (pequena produtora ribeirinha e professora rural).

A percepção dos ribeirinhos quanto à descontinuidade do Projeto, culminando com a liquidação da Chisa, fixa-se na questão sobre a forma como se dá a gestão dos recursos públicos que, no plano nacional, repõe a discussão sobre o autoritarismo, presente na decisão sobre como e quando centralizar e descentralizar decisões que vão envolver os encargos financeiros; e, no plano local, passa pela interferência político-partidária na definição de políticas sociais. Assim, o conjunto de relatos transcritos a seguir denunciam:

"Depois que o Jorge Teixeira saiu, aĩ pronto...o japonês que tomava conta também saiu, aĩ entrou esses outros que acabaram com a Chisa" (professora rural da várzea e pequena produtora ribeirinha).

"A empresa serviu como instrumento de auto-promoção, como instrumento político-eleitoreiro para ganhar eleição!" (funcionário da primeira administração da Chisa).

"Porque eles derrubaram a Cidade Hortigranjeira toda. Se perguntar pelos tratores que foram comprados, todos novos, não tem nenhum. Num ano não tinha mais nenhum. Foram abandonados, destruídos" (funcionário da Chisa).

"Ela já veio desde a criação da cidade aqui, né? Já veio estruturado, como é que diz, tem um projeto. Esse projeto foi adquirido muito recurso; aqui veio muito dinheiro, só foi muito mal aplicado, porque seria a vida da cidade, o horti-granjeiro" (pequeno produtor ribeirinho - B).

"Muito mal administrada, como já disse. O pensamento do coronel era aquilo, era abastecer a Cidade de Manaus" (...) o coronel saía daqui às 5 horas da tarde, deixava tudo bem marcado, tudo bonitinho e tava lá pra senhora ver, a verdura, não era o parceleiro que entregava não senhora. O produto vinha lá de dentro e aqui tudo era selecionado por mulheres. Escolhidas, só ia o bom" (funcionário do estado e pequeno produtor ribeirinho - B).

A retirada dos recursos, dos incentivos pelo Estado representa um ponto de tensão nas versões dos vários en revistados que, por limitações, não percebem que além dos atos visíveis, a desativação da Chisa se dava dia desarticu lação das políticas de incentivo para trazer os ribeirinhos para terra firme. Ao mesmo tempo, verificavam-se novas arti culações com políticas para posterior transformação do dis trito de Iranduba em município, em 1982<sup>8</sup>, como fruto de ou tros interesses políticos que começavam a se desenhar no ce nário político estadual.

### 3.3.4 - A travessia final dos ribeirinhos

Para os ribeirinhos, o período compreendido entre 1980 a 1982 coincidiu com o momento de decadência da Chisa e, posteriormente, com o processo de emancipação da vila de Iranduba devido à sua transformação em município.

A política de criação de novos municípios no estado do Amazonas que sempre foi dirigida por interesses polí ticos-clientelistas, trouxe novas e graves consequências pá

---

<sup>8</sup> Em 1982, 15 municípios foram criados no estado do Amazonas, dentre eles o município de Iranduba, através do Decreto nº 6.158, de 25 de fevereiro de 1982, com desmembramento de localidades pertencentes a outros municípios (Careiro, Manacapuru e Manaus), passando a ocupar uma área total de 2.354km<sup>2</sup>, abrangendo uma população de 18 mil habitantes, localizados nas áreas de várzea e terra firme. O município de Iranduba está situado na sub-região do médio Amazonas, entre os rios Negro e Solimões, e limita-se com os municípios de Manaus, Careiro, Manacapuru, Manaquiri e Novo Airão (1985, IBGE).

ra as populações rurais que nunca foram beneficiadas com estas ações. Com a criação do município de Iranduba, consumou-se um novo ato à revelia dos ribeirinhos que certamente iria incidir sobre os mesmos de forma autoritária. Ao serem consultados sobre as razões da criação do município, foram unânimes em responder que "*eles lá é que decidiram tudo*", em contraposição ao discurso de políticos locais que justificavam essa medida como sendo resultado das "*reivindicações populares*".

Esses dois acontecimentos se deram quase simultaneamente e articulados com o movimento político que se desenvolvia em âmbito nacional, caracterizado por forte tensão entre a política de "*abertura*", instituída pelo Governo Figueiredo (1978-84) e os setores de oposição ao nível da política formal - setores representativos da sociedade civil, devidamente legalizados perante as normas legislativas no País - e a política informal (organizações de base seculares ou ligadas à Igreja que atuam "*fora do âmbito legal*").

A implantação autoritária dessa política de abertura, ou seja, de retorno "*ordenado*" da democracia tem na sua contradição o fortalecimento da oposição e a oclosão de movimentos sociais em aliança (comunidades de base ligadas à Igreja, Associações de bairro), do novo movimento sindical (cidade e campo) em busca de seu desatrelamento do Estado e os outros setores liberais da burguesia. (ALVES, 1984. p. 24-30).

Esses movimentos desempenharam papel decisivo, ampliando o espaço político, enfrentando o Estado, questionando a sua legitimidade em oposição às medidas coercitivas es

tabelecidas pelo Governo para fortalecer o estado de segurança nacional, com o fim de conter as pressões sociais.

Segue-se a esse movimento a concessão, pelo Estado, da anistia política há muito reivindicada pelas elites de oposição com apoio da população, e a remodelação do sistema político-partidário que culmina com a fragmentação dos dois partidos políticos - Arena e MDB.

Com o retorno das lideranças políticas a participação nacional, a discussão e a resistência às políticas de Estado caracterizavam o clima existente no interior do partido de oposição (MDB) legalmente reconhecido.

O Congresso Nacional em 1979, sob os pretextos do MDB, apóia a Lei Orgânica dos Partidos, cujos dispositivos visavam dificultar cada vez mais a "unidade" do MDB e excluir a participação de vozes mais radicais do novo movimento popular.

A referida lei teve efeito contrário: fragmentou a oposição e promoveu a discussão, o debate interno no MDB. A discussão girava entre conservadores e progressistas, enquanto setores da classe trabalhadora vêem a possibilidade de formar um partido identificado com os interesses dos trabalhadores.

É em meio a esse clima político nacional que as forças políticas no Estado do Amazonas buscam rearticular-se para enfrentar as eleições governamentais em 1982, sob forte tensão entre as forças situacionistas que dirigiam o Estado e as lideranças políticas de caráter populista-clientelista, que retornavam ao Estado anistiadas pela "abertura" política.

É então que sob o pretexto do crescimento econômico e demográfico do estado que são criados 15 novos municípios, dentre eles o município de Iranduba (Emenda Constitucional nº 12).

Não pretendo analisar a política que conduziu tais ações, mas somente mostrar que suas consequências incidiram de forma violenta, autoritária sobre os ribeirinhos, sem que estes estivessem tido sequer oportunidade de compreender o que ocorria a nível nacional. Ao ocuparem permanentemente o núcleo da vila onde residiam e, ao mesmo tempo, as parcelas onde trabalhavam, eles foram submetidos a extensos horários de trabalho. Passaram bruscamente a conviver com um conjunto de normas, regulamentos, enfim com uma burocracia com a qual não estavam habituados.

Nas transformações sociais e econômicas ocorridas em Iranduba - terra firme - houve uma orientação da produção para o mercado. Além da preferência dada ao cultivo de produtos orientados para o mercado, os produtores não tinham mais o controle da comercialização, que passou a ser feita pelos administradores da empresa (novo intermediário) junto a um mercado oligopsônico - hotéis, supermercados e restaurantes.

Com a criação do município, ao mesmo tempo que Iranduba conquistava sua autonomia política perdia as "bênçãos" outorgadas pelo Estado, uma vez que os serviços de água, luz, saúde e educação ali existentes, eram mantidos pela Prefeitura de Manaus.

Com a vitória do candidato do PDS em Iranduba, em oposição ao Governo do PMDB, vitorioso nas eleições de

82 para governo do Estado, acentuou-se a crise enfrentada pelos ribeirinhos que se encontravam agora na base do tri pé formado pelas tensas relações entre o prefeito eleito , o Governo do Estado e a nova administração da Chisa, ainda sob a gestão da Prefeitura de Manaus.

Cabe ressaltar aqui que, após a criação do muni cípio, mesmo sofrendo os impactos, as consequências dessas mudanças determinadas pelas diferentes políticas de Estado definidas para Iranduba, os ribeirinhos não questionaram es tes acontecimentos em suas narrativas, e é na versão apre sentada pelo prefeito do município, que se torna possível compreender os nexos existentes entre as questões estrutu rais e conjunturais que produziram os eventos ocorridos em Iranduba. No seu depoimento, o prefeito relata:

*"Cheguei na prefeitura de Iranduba e encontrei tudo fechado, os colégios, as professoras todas de mitidas, o posto médico, todos de mitidos, fechados. Tudo o que a prefeitura de Manaus sustentava fechou. A primeira, verba que veio para o município, que é o Fundo de Participação, veio uma insignificância tão pequena que não deu nem prã pagar nem a folha, mesmo dos mínguados funcionários que eu tinha... A dificuldade prã mim foi imensa, porque como eu podia cons cientizar o povo que aqui agora era um município, que nós é ramos independentes de Manaus e não po dia receber ajuda lã de Manaus?"*

A ausência de qualquer referência nos depoimentos dos ribeirinhos sobre as implicações decorrentes da emancipação político-jurídica da vila de Iranduba, ao tornar-se município, é a expressão de suas condições históricas, de suas reais possibilidades e limitações de projetar a sua percepção para os caminhos que estão além do visível imediato. Ao longo de sua entrevista o prefeito relata como procedeu para conciliar interesses que defendia com os interesses dos moradores do município:

"Fiz uma reunião em praça pública com os moradores e disse: olha gente, não vão mais ter agora luz de graça, água de graça, porque a cota foi cortada de Manaus, 10 litros de diesel que vinha para abastecer o motor e as pipas que o prefeito de Manaus dava de graça, tudo foi cortado, não veio mais. Como eu poderia mandar as pipas abastecer as casas que era tudo de graça e ninguém pagava nada? Segundo, os professores e os colégios tudo fechado porque eu não podia contratar ninguém, verba não dava. Aí realizei a primeira reunião com o povo e pedi que ajudasse e disse que iam pagar uma pequena taxa, nós iríamos comprar diesel pra poder funcionar as pipas e pra poder ter luz nas casas. Aí foi aquele comentário :

'nós votamos no prefeito prá melhorar e agora piorou, ninguém pagava luz, ãgua, agora temos que pagar.' É dificultoso prá um primeiro prefeito principalmente quando o povo tã mal-acostumado pelo Coronel Teixeira, que fez uma boa administração em Iranduba, mas criou esse impasse muito ruim para o primeiro prefeito que pegou o povo jã mal-acostumado a receber tudo de graça."

Os ribeirinhos, expropriados da várzea e posteriormente explorados com parceiros na Chisa recebiam a medida adotada pelo novo prefeito como mais um ato de dominação. Por um lado, o prefeito atribuía a situação a um possível paternalismo praticado na administração do Coronel Teixeira, e acreditava que o ponto de partida em sua gestão seria ensinar "cidadania" ao povo através das taxações impostas como obrigações. Por outro lado, os ribeirinhos, expropriados da várzea e explorados em terra firme, recebiam a medida como mais um ato contra a sua cidadania:

"Os moradores? uns pagavam e outros não; aí o encarregado do motor tinha que ir lã cortar a luz; cortava prá obrigar o camarada a pagar a luz. Cortava a luz e o cidadão queria cortar o poste como jã aconteceu que queria cortar o poste como motor serra porque cortaram a luz da casa dele. A parada foi difícil" (Prefeito de Iranduba).

Era necessário restabelecer primeiro a hegemonia do Estado (ameaçada pelas forças sociais em luta de todo o País), sem a qual tornava-se impossível fortalecer o processo de dominação. As relações antagônicas entre o Governo do Estado e Governo Federal se reproduziam a nível local, entre o Governo do Estado e prefeito do município de Iranduba:

"Tava uma calamidade a situação. Eu sem ter para onde apelar, primeiro eu era o prefeito do PDS e o Governo era PMDB, Gilberto Mes<sup>u</sup>trinho, tudo isso era dificuldade. O Governo era oposição e eu fui eleito pelo PDS, que na época era situação. Ficou tudo difícil. Eu não tinha condição de pedir ao governador porque era do outro lado, e ele também, aí fiquei na parede, e eu não tinha condições pra nada. Passou e foi o tempo que o Samuel Peixoto veio falar comigo e disse que eu tinha que tá do lado do Governo, eu tinha que tá do lado do homem, senão o serviço ia ficar ruim... Eu disse, rapaz coragem eu tenho, eu penso que ele não vai me aceitar porque eu, prefeito eleito pelo PDS, trabalhei contra ele; não, eu lhe levei lá. Levou, aí o governador abriu as portas, aí foi, Iranduba começou a ter luz, a cidade tomou outra

alma. Foi criada a luz, aĩ melhorou...aĩ começou a pegar estilo de cidade, aĩ a luz já era com a Celetra" (Prefeito de Iranduba)

Cabe ressaltar ainda que enquanto se fortaleciam as alianças entre Governo estadual e municipal, o Congresso Nacional, agora com maioria de oposição, vetou a Emenda Constitucional nº 12 e, conseqüentemente, sustou o repasse dos tributos devidos aos municípios criados no estado do Amazonas. No caso específico em estudo, a medida tomada pelo Congresso não reconduziu Iranduba à condição de distrito de Manaus, o que propiciaria aos ribeirinhos o retorno aos direitos anteriormente "concedidos" pela Prefeitura de Manaus:

"Aĩ veio o problema da extinção dos 15 municípios, descobriram que estavam ilegalmente criados. Aĩ os 15 passaram de novo à vida de origem, sem prefeito, sem nada, sem condições pra nada. Chegou toda a população, praticamente todo o comércio parou; não corria mais dinheiro na cidade e a maior parte do dinheiro era da prefeitura; os funcionários ficaram passando necessidade, a quantidade maior foi pescar, ficaram pescando e trabalhando na mandioca. Ficou tudo difícil era gente passando necessidade mesmo. Os comerciantes não queriam vender para os funcionários, pois sabiam que não tinham com que pagar". (primeiro Prefeito de Iranduba)

Durante seis meses, a população de Iranduba enfrentou crises de outra ordem, diferentes dos momentos críticos quando das enchentes na várzea. O "desenvolvimento" e o "progresso" tão apregoados pelos dirigentes do Estado não os atingiram de maneira satisfatória; pelo contrário, os violentaram, expropriando-os ainda mais. Foram invadidos em seu mundo, arrancados de suas terras na várzea, onde suas condições históricas não lhes possibilitavam a comprensão da força política do conjunto dos ribeirinhos. As suas consciências também começavam a superar a visão fragmentária própria do seu mundo, para se descobrir em enquanto membros de uma classe social. No momento histórico em que se encontravam, não lhes era possível perceber nitidamente seu real adversário - o capitalismo selvagem e excludente - e por isso coletivizaram suas forças contra aquele que imediatamente o corporificava, mostrava-se como a expressão concreta desse adversário, principalmente por mediar interesses visivelmente antagônicos aos seus: o prefeito eleito, contra que agiram violentamente, incendiando e destruindo suas propriedades e expulsando-o da cidade.

O município ficou sob intervenção do Estado e novamente administrado por forças militares. Posteriormente, para conter as tensões sociais que se acentuavam, provocadas pelas contínuas medidas espoliativas das quais os ribeirinhos eram sempre as vítimas, as forças políticas em aliança fundaramo Grupo da Paz como um novo instrumento de manipulação e controle social.

### 3.3.5 - Após a travessia, a resistência dos "excluídos"

Em Iranduba, em terra firme, a influência do Estado se generalizou em todos os setores da vida dos ribeirinhos: na economia, na cultura e no lazer.

Após a travessia, fora do quadro de suas moradias e relações anteriores da várzea, os ribeirinhos encontravam-se sujeitos às formas de organização manipuladas pelo burocratismo desempenhado pelos funcionários do Estado, através dos organismos criados para o controle social na vila.

Os ribeirinhos estavam como que "anestesiados" pelos discursos, pelas promessas, pelos mecanismos usados para fazê-los acreditar na sua participação política, cujo sentido não chegou em nenhum momento a inibir qualquer decisão do Estado. Como observa Lúcio Flávio Pinto (1989, p. 7), nenhuma região brasileira sente mais firmemente a presença do Estado como a Amazônia, nem agora, nem antes".

As experiências dos ribeirinhos estavam marcadas pelas contradições presentes na travessia. As suas lutas faziam com que recolocassem no passado às suas esperanças, a busca da liberdade de ser, da identidade:

*"O maior sonho meu é ainda voltar para o interior pra fazer essas coisas, criar galinhas, fazer farinha..." (pequena produtora ribeirinha e pequena comerciante em terra firme - ).*

A nova organização imposta, calcada em valores individualistas e competitivos não chegou a atingir as expectativas criadas pelos ribeirinhos. Ao perceberem que a proposta ali implantada não levou em conta as suas necessidades, condições sociais e culturais, pelo contrário, submeteu-os ainda mais - optarem por abandonar o projeto.

Em meados de 1981, cerca de 100 parceleiros estavam sob regime de contrato na Chisa. A maior parte destes abandonou o Projeto e retornou à várzea, mesmo porque atos de corrupção, desvios de equipamentos e endividamento dos parceleiros eram agora mais visíveis não só para os ribeirinhos que se encontravam envolvidos diretamente como parceleiros, também para residentes na vila que não aceitaram ou não foram selecionados pela empresa.

No entanto, o retorno para a várzea não ocorreu sem grandes obstáculos, pois as formas de socialização anteriores haviam sofrido rupturas que iriam culminar com a desarticulação da pequena produção familiar e a fragmentação dos laços de parentesco, um dos modos de resistência e controle da posse das terras na várzea.

Alguns ribeirinhos retornaram à várzea não mais como pequenos produtores, mas como arrendatários, diaristas e outras formas, pois haviam aceito a proposta de indenização de suas terras feita pela Prefeitura de Manaus e se transferindo definitivamente para a vila em terra firme. Outros, por reconhecerem no discurso persuasivo dos dirigentes do Estado a possibilidade de mais uma "farsa política", pois já haviam enfrentado algumas experiências, não se desfizeram de seus terrenos, deixando-os com parentes,

os quais nunca saíram totalmente da várzea, onde mantiveram suas moradias. Outros, ainda, impedidos pela idade, pela doença, tendo sua força física já esgotadas pela exploração a que se haviam sujeitado, permaneceram em terra firme, ocupando as parcelas que, por direito estabelecido nos contratos, deveriam pertencer à Cooperativa na qual a Chisa seria transformada após sete anos de funcionamento.

Em suma, os pequenos produtores de Iranduba distribuíram-se em diferentes atividades, como lenhadores (cortadores de lenha para as olarias), oleiros, pequenos comerciantes na vila, alternando com as atividades extrativistas, agrícolas e de pesca na várzea.

As mulheres, em sua maioria, permaneceram na vila, algumas trabalhando como domésticas para os mais "abastados" da cidade (funcionários do Estado, gerente de banco, empresários, donos de olarias e supermercado da cidade). Outras acompanharam o chefe da família no retorno à várzea.

Os filhos dos ribeirinhos, que antes participavam ativamente da unidade de produção familiar, passaram a negar sua identidade com o trabalho agrícola, como já ocorreu com outros amazonenses que, ao serem "integrados" na vida urbana, passaram por um processo de desmemoriação de suas raízes históricas, através de mecanismos de controle ideológico nos quais foram inseridos - entre eles a escola - passando a caminhar no sentido da cidade, em busca de alternativas mais coerentes com os novos valores adquiridos.

A empresa já no seu processo de insolvência, tentava sobreviver com os últimos contratantes de produção que permaneceram em luta pelos seus direitos de posse da

terra. Estes organizaram a primeira associação dos produtores rurais de Iranduba, com o objetivo de conquistar a direção da Chisa, apoiados no direito que uma das cláusulas do contrato lhes outorgava. Poucos aderiram a essa associação, que tentava se fortalecer contrapondo-se às investidas de cooptação do Grupo de Paz.

Uma das lutas desenvolvidas pela referida associação foi tentar resgatar parte das terras da Chisa ocupada por dirigentes de uma seita religiosa - Bahai - que ali pretendiam fundar uma escola agrícola. Ao consultar a Carteira de Crédito do banco Amazônia, responsável pela mediação dos financiamentos para implantação e implementação do Projeto Chisa, constatei que a dívida da empresa junto ao referido banco, havia sido liquidada, em nome da própria Chisa, pelo representante da Seita Bahai, que até a data em que esta pesquisa foi concluída, ainda permanecia com residência fixa nas terras que haviam sido expropriadas dos produtores rurais de Iranduba.

### 3.3.6 - Considerações finais

A travessia dos ribeirinhos de Iranduba, analisada neste trabalho como expressão maior de intervenção realizada pelo Estado, através da combinação de dois processos - transferência da vila para terra firme e criação da Chisa - ali desenvolvidos, ignorando o custo social que isto representou para os ribeirinhos, colocou-os na condição de "deserdados" (mais uma vez) do direito fundamental de exercerem sua cidadania.

Deserdados, expropriados, os ribeirinhos, que antes eram tido como "indolentes", "acomodados", "preguiçosos" e "ociosos", agora eram considerados "desordeiros" na visão preconceituosa dos dominantes. A "desordem" que realizaram - primeiro abandonando o Projeto Chisa, e depois investindo contra as formas de subordinação impostas pela nova administração do município - trouxe para eles o reconhecimento de que são capazes de retomar o curso de sua própria história, construindo a sua travessia, não como sonharam fazê-la um dia, mas forjando suas resistências, enfrentando novos obstáculos que possivelmente surgirão em sua caminhada.

Pode-se dizer que, no entanto, este reconhecimento ainda é limitado a uma consciência ingênua, fragmentada, pois suas forças organizativas não os constituíram ainda em "atores políticos" capazes de elaborar sua visão de mundo, seu senso comum, direcionando-os para uma construção coletiva que culmine com um Projeto Revolucionário.

Ficou evidente que a intervenção realizada pelo Estado em Iranduba foi permanentemente um trabalho de manipulação. Em nenhum momento houve chance de os ribeirinhos se tornarem "atores políticos" na luta contra a sua condição de excluídos no âmbito da sociedade.

A escola, que era supostamente um trabalho educativo, reverteu-se em um trabalho de promoção do Estado, contrapondo-se à formação do cidadão através da manipulação dos homens. Os agentes educacionais oriundos da cidade não foram capazes de refletir criticamente o caráter autoritário da intervenção que o Estado realizava e de fazer qual

quer contestação. Concordaram com a decisão e desenvolveram a pedagogia da persuasão.

Não estou propondo que as populações ribeirinhas devam permanecer como estão, "*isoladas*" de qualquer interferência de fora, porém essas intervenções não podem continuar desenvolvendo práticas que, por serem alheias as questões concretas dos ribeirinhos, vivenciadas no seu cotidiano, contribuem para a perpetuação da dominação.

É preciso reverter a prática pedagógica que vem sendo desenvolvida junto às classes populares, especificamente no meio rural, transformando-a em uma prática criadora, refletida, mediadora de transformações sociais: para isto, é preciso compreender-se que a "*tarefa pedagógica im*plica a compreensão da experiência vivida em suas contradições para elevá-la, transformando-a em conhecimento, capaz de gerar, além do pensamento, uma ação política organizada" (Cury, 1984, p. 98).

A forma brutal como os homens foram expropriados e transformados em objeto de manipulação não é especificidade apenas do projeto aqui analisado. Outros vêm sendo desenvolvidos na Amazônia da mesma forma, sendo esta uma questão menor diante do genocídio que vem ocorrendo nessa região com o aval do Estado. Podem-se enumerar, por exemplo, a legalização de garimpos nas terras da maior nação indígena - os Yanomami - que ocasionou a dizimação de significativos números de índios, contaminados pelas doenças trazidas pelos brancos; os grandes desmatamentos; o uso de mercúrio nos garimpos, além de outros. Vale ressaltar ainda que esses projetos e programa foram e vêm sendo defini

dos para a Amazônia sem que a sociedade nem a comunidade científica participem de sua discussão e elaboração.

Este trabalho prendeu-se a um fato específico que representa um caso isolado dentre tantos outros, do qual nem mesmo a população local se apercebeu. A questão do genocídio na Amazônia não é um fato atual, mas histórico, que se acentuou depois do chamado "*Milagre econômico*", como um fato voraz que se vem agravando com rapidez.

É necessário, pois, que outros estudos dessa natureza sejam realizados, pois se trata de uma situação peculiar, possibilitando o desvendamento das formas como se desenvolvem tais processos. Pretendi, ao tentar reconstituir a trajetória dos ribeirinhos de Iranduba, dá-lhes a palavra, na qualidade de atores principais dessa história, para que ficasse registrado aqui o propósito de pensar e explicar a sua realidade, sob a forma de denúncia contra a destruição dos povos da várzea, da floresta, dos rios e lagos, em suma, dos povos da Amazônia.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Maria Jose Ramos de: *Os técnicos na produção dos ribeirinhos do Amazonas*. Dissertação de Mestrado. 1984 - mimeo.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique et alii. *Política social de combate à pobreza*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987. p. 105-26.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Trad. de Ma. Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989. 201p.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. *O coletivo ilusório - uma reflexão sobre o conceito de comunidade*. Recife, Ed. Universitária, PROED, 1985. p. 27-41.
- BENEVIDES, Nice Ypiranga - "*O milagre dos manauaras*": Zona Franca de Manaus. (Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e na Universidade como fornecedora de mão-de-obra especializada - Dissertação de Mestrado - Fundação Getúlio Vargas - IESAE - 1986.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Amazonas*. Trad. Regis na Régis Junqueira. São Paulo, USP, 1979.
- BOLETIM da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Editorial "Amazônia cuidado..." São Paulo, Vol. 10 / Ano I/Out. 1971.
- BLACKBURN, Robin. A contribuição de Karl Max para a história da Ideologia da Ciência Social: *Ensaio crítico sobre a teoria social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 (44):244-261.
- BRAGA, Okiro de Sena. *Cultura e beneficiamento da juta*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, 1945. 55p. mimeo.
- CADERNOS de Educação Popular. São Paulo, Vozes, 2a. ed./nº 4/1984. 99p.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa (coord.). *A educação como mediadora das práticas sociais no campo: um estudo na região norte fluminense - 1970/1990*. Rio de Janeiro, IESAE / FGV. Projeto. 1988 - 47p. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Planejamento da educação no Brasil - Novas estratégias em busca de novas concepções*. Rio de Janeiro, IESAE/FGV. 1988. 22p. mimeo.
- \_\_\_\_\_. Professor/PRODUTOR Pural e seus múltiplos trabalhos Educ. Rev. Belo Horizonte (2): 2-18, dez. 1985.

- *Seletividade Social no Mundo Rural Brasileiro: uma proposta para estudo. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1 (4): P. 107-130, São Paulo, dezembro/1981.*
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara (e) equipe. *Programa de história oral. Catálogo de depoimento. Rio de Janeiro, In dipo/CPDOC, 1981. p.11-24.*
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As culturas populares no capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1983. 149p.*
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma introdução à história. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 124p.*
- CARDOSO, Fernando H. & MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. 208p.*
- CARDOSO, Myriam Limoeiro. *Para o conhecimento dos objetivos históricos: questões metodológicas. Rio de Janeiro, FGV/EIAP, 1979. (Série Desenvolvimento Agrícola). p. 39-55.*
- *A periodização e a ciência da história: observações preliminares. 1977. 65p. mimeo.*
- CARDOSO, Ruth C.L. (org.) et alii. *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.17-37.*
- "Aventuras antropológicas ou como escapar das armadilhas do método". (p.95 a 105). In: *A aventura antropológica; Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.*
- COHN, Bernard S. *O que é etnohistória - V.A. ICHL / Deptº de História (Série Etnohistória nº 01). set./1985. 20p.*
- CONDURÚ, José Maria Pinheiro. *Principais culturas da Amazônia. Belém, Instituto de Pesquisas e Experimentação Agro-Pecuárias do Norte, 1965. 39p.*
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes - Introdução à teoria marxista do estado e revolução. 1a. edição, São Paulo, Brasiliense, 1985. 80p.*
- COURE, Maria de Lourdes M. (org.) *A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986. 187p.*
- CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo, Cortez:Autores Associados, 1985. 134p.*

- ESPELETA, Justa & ROCKWELL, Elsic. *Pesquisa participante*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986. 92p.
- FEARNSIDE, Philip. *A floresta amazônica brasileira e o problema mundial do carbono*. Amazonas, INPA/Pasta 02 / Doc. 16 - 11/05/87 - 32p.
- \_\_\_\_\_. *Desmatamento na Amazônia brasileira: com que intensidade vem ocorrendo*. INPA/Pasta 01/Doc. 20 - pp.579 a 588.
- \_\_\_\_\_. *Deforestation and international economia: Development Projects in Brazilian Amazônia*. INPA/Pasta 2/Doc. 17 . pp. 214 a 221.
- FERREIRA FILHO, Cosme. *Amazônia em novas dimensões*. Manaus, Conquista, 1961. 262p.
- FONSECA, Maria Tereza Louza. *Condições escolares e expectativas da população de Goiás frente a seu processo de escolarização*. Goiás, UFG/Faculdade de Educação. 28 p. Mimeo.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improduti-va: Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo, Cortez , 1984. 235p.
- \_\_\_\_\_. *Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa histórica na pesquisa educacional*. IESAE-FGV/UFF, RJ, set./87. (Encontro Regional de Pesquisa Educacional Simpósio sobre diferentes enfoques teóricos na pesquisa educacional brasileira. Vitória (11.09.87). p.24.
- FROTA, Luciana Silveira de Aragão e. *O documento oral e algumas de suas fontes*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos (16), 1a. Série, nov. 1981.
- GIROUX, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação*. Petrópolis, Vozes, 1986. 336p.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho : Estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre, L & PM, 1985. 265p.
- GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. Trad. Estela dos Santos. São Paulo, Martins Fontes, 1980. 248p.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 2.ed. Rio de Janeiro. Trad. e seleção de Carlos Nelson Coutinho , Civilização Brasileira, 1978. 273p.

- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Trad. (de) Manuel Cruz; rev. (de) Nei da Rocha Cunha. São Paulo, Martins Fontes, 1978. 421p.
- GRZYBOWSKI, Cândido. O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos. *Proposta* (27), novembro/85. p.60-63.
- \_\_\_\_\_. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. *Contexto & Educação*. Universidade de Ijuí, ano 1, (4), out./dez./86. p.47-54.
- \_\_\_\_\_. *Análise de conjuntura*. Niterói, UFF/Centro de Estudos de Serviço Social, 19.09.85. 9p. Mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Método e análise de conjuntura*. São Leopoldo, RS, Centro de Evangelização e Catequese, 1985. 14p.
- \_\_\_\_\_. *Organização social dos produtores e trabalhadores rurais e as alternativas de desenvolvimento do setor agrícola*. Rio de Janeiro, IESAE/FGV, 1985. 6p.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 143p.
- GUILHERME VELHO, Otávio. *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 145p.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida; Trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. (Série Estudos Sociais sobre o Nordeste, v.7).
- HIRCHMAN, Albert O. *Duzentos anos de retórica reacionária: O caso do efeito perverso*. Trad. João Moura Jr. *Novos Estudos CEBRAP* (23):102-119, março/89.
- HOLANDA, Aurélio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.
- IANNI, Octávio. *A ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 249p.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. 228p.
- \_\_\_\_\_. *A luta pela terra; História social da terra numa área da Amazônia*. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1981. 236p. (Coleção Sociologia Brasileira v.8).
- \_\_\_\_\_. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento no Brasil (1930-1970)*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 316p.

\_\_\_\_\_. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis, Vozes, 1984. 112p.

\_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988. 190p.

\_\_\_\_\_. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 253p.

\_\_\_\_\_. *Populismo e Classes subalternas*. *Debate e Crítica* (1), julho/dez./1973. p.7-17.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis, Vozes, 1979. 149p.

IFIBRAM - Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia. Documento "IFIBRAM ORIGEM E ATUAÇÃO". Belém, 1985.

INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DO AMAZONAS - ITERAM. *Emenatório da legislação agrária do estado do Amazonas, versão preliminar*. Manaus, 1950-1983. 110p.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. 276p.

LEROY, Jean Pierre René Joseph. *Uma chama na Amazônia: Camapesinato, consciência de classe e educação. O movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA) (1974-85)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IEASAE, FGV, 1989. p.2-4.

LETTIERI, Antonio. *A fábrica e a escola*. São Paulo, Martins Fontes, 1980. p.193-209.

LUTZEMBERGER, José. Um holocausto biológico. In: *Tempo e Presença*, (236):15-19, nov./88.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis, Vozes, 1985. 134p.

\_\_\_\_\_. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo, Hucitec, 1986. 152p.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo: Estudos sobre as condições e tradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975. 161p.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Cooperativismo e Reprodução Camponesa. IM Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1981-136.

MINISTÉRIO DO INTERIOR - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM. Operação Amazônia. *Legislação Básica nº 2*. Belém, 1968. 163p.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MIRAD) - Instituto Nacional de Colocanização e Reforma Agrária - INCRA/Diretoria de Assentamento - *Política de Assentamento*. Brasília, INCRA, 1987.

MINISTÉRIO DO INTERIOR - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). *Plano de Desenvolvimento da Amazônia: Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 79)*. Belém, Coordenação de Informática/Divisão de Documentação, 1976. 334p.

MISSÕES SALESIANAS DO AMAZONAS - 1915-1965. *De Tupan a Cristo*. Arc. do Rio de Janeiro - 7 - 1965. 166p.

MIRANDA, Ricardo de. *Irânduba em prosa e versos*. Manaus, Gráfica Miranda, 1979. 70p.

MONTEIRO, Sílvio Tavares. *Anotações para uma história rural do médio Amazonas*. Manaus, EMATER, Seção de Produção Gráfica, 1981. 98p.

MOREIRA, Roberto José. *A pequena produção e a composição orgânica do capital*. Seminário sobre estrutura agrária do estado e da sociedade. Campinas, Grupo de Estudos Agrários do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1980. 26p.

MOTA, Sônia Borges Vieira. *Conhecimento, vida e educação: Saber popular e educação do povo*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1985. 135p.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo, Hucitec, 1980. 181p.

\_\_\_\_\_. *Os camponeses e as políticas no Brasil; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983. 185p.

MARX, Karl. In: *Contribuição à crítica de economia política*. Prefácio à crítica da economia política. São Paulo, Martins, p.23-27.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: A ilusão do paraíso*. Tradução de Ma. Yeda Linhares. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 202p.

MELLO, Guiomar Namó (coord.). *Educação e transição democrática*. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985. 134p.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Banco da Amazônia S/A (BASA). *Amazônia: instrumentos para o desenvolvimento*. Belém, BASA, Deptº de Estudos Econômicos, 1969.

MINISTÉRIO PARA COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. *Desenvolvimento florestal no vale do Amazonas*. Relatório ao Governo do Brasil. Trad. A. de Miranda Bastos. Rio de Janeiro, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1966. 87p.

NEVES, Delma Pessanha. *As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno: Análise das representações dos técnicos agrícolas sobre os agricultores*. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais, ANPOES, 1987. p.106-132.

\_\_\_\_\_. *Lavradores e pequenos produtores de cana: Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 212p.

O'DONNELL, Guilherme. *Contrapontos: Autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1986. 198p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, Papirus, 1987. 133p.

\_\_\_\_\_. *Integrar para não entregar: Políticas públicas e Amazônia*. Campinas, Papirus, 1988. 107p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Além da transição, quem da imaginação*. *Novos Estatutos* - CEBRAP (12), junho, 1985. p.2-15.

\_\_\_\_\_. *A economia da dependência imperfeita*. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980. 159p.

\_\_\_\_\_. *Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE, Nordeste*. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 132p.

\_\_\_\_\_. *O elo perdido - Classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 134p.

\_\_\_\_\_. Os sentidos da crise. *Teoria e Debate* (5), janeiro-março, 1989. p.35 a 37.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de et alii (org.) *A dívida e a pobreza: Quanto custa acabar com a miséria no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988. 35p.

PINTO, LÚCIO Flávio. *Decálogo da Amazônia in: tempo e presença* ( ) - 1989 - p. 05-07.

- PINTO, Renan Melo Freitas. *Os trabalhadores da juta: Estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas*. Dissertação de Mestrado. 1982.
- PLANO de Desenvolvimento da Amazônia: Programa de Ação do Governo para a Amazônia. 1975-1979, 2º, Belém, 1976. 100p.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 142p.
- PRETI, Orestes. *A questão da especificidade da educação no meio rural*. Florianópolis, julho, 1985. p.1-3.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1973. 242p. (Estudos Brasileiros, 3)
- \_\_\_\_\_. *Ensaio - Relatos Oraís: Do "indizível" ao "dizível"* - CERU/Deptº de Ciências Sociais - FFLCH - USP - Ciência e Cultura. Março/1987. p.272-286.
- REIS, Fábio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo (org.). *A democracia no Brasil; Dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais, 1988. 382p.
- REVISTA Proposta (26) - 1984 - *Construção social da identidade do assalariado*. p.47-60.
- REVISTA Manaus (4) - *Administração Jorge Teixeira*, 14.04.79, Ed. Umberto Calderaro Filho.
- REVISTA Quadrimestral de Ciências da Educação (31). Abril, 1989.
- \_\_\_\_\_. (32).
- SALES, Ivandro da Costa (e) Equipe. *Metodologia de aprendizagem de participação e de organização de pequenos produtores*. 01/jul./88. p.33-44.
- SANTOS, Eloina Monteiro dos. *A rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus, SUFRAMA/Editora Calderaro, 1985. 170p.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia, 1800/1920* - São Paulo, T.A. Queiroz, Biblioteca Básica de Estudos Sociais: Série I. Estudos Brasileiros. V.3. 1980.
- SILVA, Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.126/141 e 142/163.
- \_\_\_\_\_. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988. p.126-141.

- SILVA, Protásio Jr. *Tupi ou Nhegatu e Portugueses*. Gramática umbueçana mucamunçauêra. Mao/Am/1945.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: Ideologia e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 230p.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: Do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo, Alfa e Ômega, 1977. 217p.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho*. São Paulo, Hucitec, 1978. p.25-67.
- TAVARES, Vânia Porto. *Colonização dirigida no Brasil: Suas possibilidades na região amazônica*. IPEA/Coleção Relatórios de Pesquisa/Rio de Janeiro, IPEA/INPES/1972. 230p.
- TRIGGER, B.G. (e) GILL, M.C. *Etno-História: Problemas e perspectivas*. Série Etno-História nº 2. Universidade do Amazonas, ICHL, Deptº de História. 30p. 1982.
- VANSING, Jan. *A tradição oral e sua metodologia*. Série Etno-História nº 03 - UA/ICHL - Deptº de História - novembro - 1985. Manaus. 20p.
- WEFFORT, Francisco e. *Porque democracia*. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- WANGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: Estudo do homem nos trópicos*. Trad. de Clotilde da Silva Costa. 3.ed. São Paulo, Editora da Universidade, 1988. 316p.

**DOCUMENTOS SEM NOTAS TIPOGRÁFICAS**

Caderno Municipal de Iranduba.

Contrato para exploração da olericultura e formação de pomares em Iranduba. Manaus - AM.

Convênio entre Ministério da Agricultura e Prefeitura Municipal de Manaus, objetivando complementação de implantação da Cidade Hortigranjeira de Iranduba.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas.

IBGE - Divisão Administração do Estado do Amazonas - Relação dos 15 municípios criados em 1987.

Relatório sobre o projeto Chisa.

Informativo - O Hortigranjeiro - Iranduba. AM - ANO I - nºs 01/02 e 03 - ANO 1979.

JART - Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda. - *Projeto de criação da Cidade Hortigranjeira de Iranduba.* Julho de 1975.

JART - Desenvolvimento Agro-Industrial Ltda. - *Projeto de ampliação da Cidade Hortigranjeira de Iranduba* - Julho de 1979.

Mapa Demonstrativo do Pagamento dos Funcionários da Chisa.

Mapa Demonstrativo de Receita e Despesa dos Contratantes de Produção/1979.

Mapa do Município - ICOTI.

PROAGRO - Programa de Garantia de Atividade Agropecuária - Normas complementares decorrentes de adesão do produtor rural ao PROAGRO.

Projeto de Financiamento da Atividade Olerícola na Cidade Hortigranjeira de Iranduba.

Projeto de Financiamento da Atividade Olerícola na Cidade de Iranduba.

Projeto de Produtores e Trabalhadores Rurais. Parecer/ DCRP - Doc. nº 45/78.

Registro de Imóveis MAO/Cartório 3º Ofício - Chisa. Matrí  
cula 2431/Folha 1.

Relações de parceleiros.

Serviço de Extensão Rural - Irlanduba - Estudo e realidade  
do Distrito - 1971 - ACAR - Associação de Crédito e As  
sistência Rural do Amazonas.

Tese apresentada aos Srs.:

Nome dos  
componentes da  
banca examinadora

*Moana Inete Costa Calzavara*  
*Frederico*  
*André Luiz Pinheiro*

Viso e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 18/04/1990

*Newton Lucena*  
Coordenador Geral de Ensino

*Moana Inete Costa Calzavara*  
Coordenador Geral de Pesquisa